

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Rodrigo Alan Feltrin Ferraz

***“Impeachment”* ou “golpe”? Uma análise dialógica do discurso
sobre a crise política brasileira**

Mestrado em Língua Portuguesa

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Rodrigo Alan Feltrin Ferraz

***“Impeachment”* ou “golpe”? Uma análise dialógica do discurso
sobre a crise política brasileira**

Dissertação apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Língua Portuguesa,
sob orientação da Prof^a Dra. Mercedes
Fátima de Canha Crescitelli

SÃO PAULO

2019

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

e-mail: _____

Rodrigo Alan Feltrin Ferraz

***“Impeachment”* ou “golpe”? Uma análise dialógica do discurso
sobre a crise política brasileira**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Mercedes Fátima de Canha Crescitelli .

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento: 88887.196.126/2018-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code: 88887.196.126/2018-00

DEDICATÓRIA

*A minha mãe e minha irmã, ambas
chamadas Rosana; meu amor
incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP pela contribuição incomensurável à minha formação. Agradeço particularmente à professora Mercedes Fátima de Canha Crescitelli, por ter me ajudado e orientado durante todo o processo de feitura deste trabalho, e às professoras Sheila Grillo e Beth Brait, pelos pareceres à ocasião da qualificação que foram decisivos para que esta dissertação tomasse o rumo que tomou. Um muito sincero obrigado.

RESUMO

O tema neste estudo é a investigação dos discursos que sustentam os termos antinômicos “*impeachment*” e “golpe” como predicados para a crise política brasileira ocorrida em 2016. Tendo constatado que essas duas palavras de valor antagônico têm tido validação social para qualificar um mesmo fenômeno histórico, buscamos por meio da análise discursiva dialógica esclarecer aspectos relevantes das relações sociais numa determinada conjuntura histórica. Nossa hipótese se baseia na proposta de Valentin Volóchinov (1895-1936) segundo a qual as ideologias que circulam socialmente materializadas na forma de discursos são representações dos embates de forças sociais antagônicas que operam sob um mesmo conjunto de signos. À vista disso, nosso objetivo geral neste trabalho é examinar o *discurso do impeachment* e o *discurso do golpe* com base no referencial teórico presente nas obras do Círculo de Bakhtin, e nosso objetivo específico é analisar, apoiado nas categorias do enunciado (situação, auditório, tema, valoração) tal como vistas nos textos de Volóchinov e seus colegas do Círculo, textos de divulgação oficial de partidos políticos, os quais têm a qualidade de servir de mostra de cada um desses discursos (*impeachment* e *golpe*). Nossos resultados apontam que, em sua caracterização da crise política de 2016, a oposição que os dois termos representam na disputa ideológica da sociedade tem base verificável na materialidade de seus enunciados e refletem diferentes interesses sociais em disputa.

Palavras-chave: análise do discurso; dialogismo; crise política brasileira de 2016

ABSTRACT

In this study, we seek to propose a dialogical analysis of the discourses that support the antinomic terms "*impeachment*" and "coup" as predicates for the Brazilian political crisis that occurred in 2016. Having found that two antagonistic terms have had social validation to qualify the same phenomenon, through discursive analysis, we seek to clarify relevant aspects of social relations at a given historical juncture. Our hypothesis is based on Valentin Volóchinov's (1895-1936) proposal that the ideologies that circulate socially materialized in the form of discourses are representations of the clashes of antagonistic social forces operating under the same set of signs. Accordingly, our general objective in this paper is to examine *impeachment discourse* and *coup discourse* based on the theoretical framework present in the works of the Bakhtin Circle, and our specific objective is to analyze, supported by the categories of enunciation as seen in the works of Volóchinov and his colleagues from the Circle, texts of official dissemination of political parties, which have the quality to serve as a display of each of these speeches. Our results indicate that, in their characterization of the political crisis of 2016, the opposition that the two terms represent in the ideological dispute of society has a verifiable basis in the materiality of its enunciations and reflects different social interests in dispute.

keywords: discourse analysis; dialogism; Brazilian political crisis of 2016.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	04
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1. HORIZONTE SOCIAL E IDEOLOGIA	10
1.2. PSICOLOGIA E IDEOLOGIA	15
1.3. COMUNICAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA	18
1.4. ENUNCIADO	20
1.4.1. SITUAÇÃO E AUDITÓRIO	31
1.4.2. TEMA E VALORAÇÃO	34
1.4.3. ENTONAÇÃO	38
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS ENUNCIADOS	41
2.1. SITUAÇÃO E AUDITÓRIO	42
2.2. TEMA E VALORAÇÃO	48
2.2.1. <i>IMPEACHMENT</i> : TEMA E VALORAÇÃO	49
2.2.2. GOLPE: TEMA E VALORAÇÃO	52
2.3. ENTONAÇÃO	59
2.3.1. O <i>CORPUS</i>	59
2.3.2. DISCURSO DO <i>IMPEACHMENT</i>	62
2.3.3. DISCURSO DO GOLPE	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
SITES	115

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Acompanhar a vida social do signo verbal deve ser
uma das tarefas da ciência das ideologias
(Valentin Volóchinov)*

Em agosto de 2016, uma longa batalha política consumou-se com a cassação do segundo mandato da Presidenta da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Até o momento do aceite do pedido de *impeachment* por parte das Casas Legislativas, o país havia passado por um longo processo de mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira, estando eles em apoio ao impedimento ou em sua denúncia.

Com base na constatação de que duas palavras de valor semântico antagônico têm circulado socialmente para qualificar um mesmo fenômeno histórico, apuramos a existência do problema de como se poderia compreender o aparente contrassenso que envolve o fato de dois conceitos de significação oposta serem validados para classificar o referido fenômeno. Esse dissenso nos dá uma pista: segundo a avaliação de Valentin Volóchinov (1895-1936) (2017: 98, 100, 94, respectivamente), “a palavra é fenômeno ideológico *par excellence*” pois ela “acompanha toda criação ideológica como seu ingrediente indispensável”. Assim, o “caráter sígnico é um traço comum a todos os fenômenos ideológicos” e a palavra é o “*indicador* mais sensível de *mudanças sociais* [...] capaz de fixar todas as [suas] fases”.

O fato se deve, ainda segundo o linguista soviético (2017: 113), à “*dialética interna do signo*”, segundo a qual cada palavra, ou “signo ideológico”, na terminologia do autor, possui “como Janus [...] duas faces”, que só se revelam em sua totalidade em momentos de crise social ou mudança revolucionária. Logo, por meio da análise linguística seria possível alcançar “as profundezas e nuances das estruturas ideológicas ‘imanescentes’” dos discursos verbais:

A significação, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura sígnica já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência das ideologias. É justamente no material da palavra que se pode explicar, do melhor modo possível, as principais formas

À vista disso, nosso objetivo geral neste trabalho é examinar o *discurso do impeachment* e o *discurso do golpe* com base no referencial teórico presente nas obras do Círculo de Bakhtin. Como objetivo específico, definimos analisar, apoiado nas categorias do enunciado tal como vistas nos textos de Volóchinov e seus colegas do Círculo, textos de divulgação oficial de partidos políticos, os quais têm a qualidade de servir de mostra de cada um dos referidos discursos

Devido à própria natureza de nossa pesquisa, o *corpus* que elegemos como mostra e objeto de análise se concentra em textos de instituições que participaram ativamente do processo em questão que, por seu lugar destacado na formação ideológica nacional, auxiliam a esclarecer as forças sociais presentes nessa disputa discursiva. Selecionamos materiais de fontes oficiais de partidos políticos que apoiaram o referido processo e o caracterizam como *impeachment*, que são o PSDB, DEM e PR, e outros que a ele se opuseram e caracterizam o processo como *golpe*, no caso, o PT e PCdoB. Os textos coletados são contemporâneos à crise, referem-se diretamente ao processo, e foram retirados de seus *sites* oficiais, o que os torna representações do posicionamento de cada instituição, pois se trata de material de divulgação de sua posição aos partidários, simpatizantes, imprensa, analistas, a sua militância etc.

Para nossa análise, utilizamos os estudos desenvolvidos principalmente por Volóchinov e o assim chamado Círculo de Bakhtin¹, pois oferecem meios para analisar as ideologias que circulam socialmente materializadas na forma de discursos como embates de forças sociais antagônicas operando sob um mesmo conjunto de signos e, por essa mesma razão, trata-se de uma via que pode auxiliar a esclarecer aspectos fundamentais das relações políticas numa determinada conjuntura histórica, o que torna a análise discursiva um elemento relevante para a compreensão desse processo social assim como de suas vicissitudes.

¹ Segundo Sériot (2015: 28), o *Círculo de Bakhtin* “nunca existiu”; tratava-se de uma “invenção tardia e apócrifa”, questionando igualmente o protagonismo daquele que lhe dá o nome. A nós, a existência de um “grupo” é indiferente e seu nome, contingente: uso da expressão se justifica pela unidade teórica dos textos a ele vinculados, além de facilitar o leitor a se situar sob uma expressão já consagrada. Denominamos nossa análise *dialógica*, adotando o sugerido por Brait (2006b: 58).

A fim de ilustrar essa consideração, que tomamos como justificativa de nosso trabalho, consideremos como exemplo o prefácio escrito em 1962 pelo filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) a seu texto publicado quase 50 anos antes, *A teoria do romance* (1914). Nesse escrito, o autor (Lukács, 2000: 18-9) entende sua obra de juventude como percussora da “ideologia dos anos vinte”, em que boa parte dos intelectuais se encontrava numa concepção de mundo que fundia “ética de ‘esquerda’ e epistemologia de ‘direita’”, a qual, embora estando “norteadada pela revolução radical, aparece alinhada a uma exegese tradicionalmente convencional da realidade”, o que Lukács explica devido à desorientação causada por um momento no qual se buscavam meios para lutar contra o surgimento do nazifascismo.

Em se referindo à posição conservadora em relação à realidade social de “boa parte da nata da intelectualidade alemã”, o autor húngaro escreve um de seus trechos mais célebres no qual aloja essa posição teórica e política no “Grande Hotel Abismo”, um “belo hotel, provido de todo o conforto, à beira do abismo, do nada, do absurdo. E o espetáculo diário do abismo, entre refeições ou espetáculos comodamente fruídos, só faz elevar o prazer deste requintado conforto”. Assim, para evitarmos uma postura inerte, ou, nos termos de Lukács, um “conformismo disfarçado de não-conformismo”, que acaba por ser objetivamente uma capitulação perante a crise, buscamos neste trabalho uma compreensão teórica verdadeiramente crítica da crise política para passarmos, assim, a uma posição “efetiva, fecunda e progressista” perante o momento histórico que nos é contemporâneo.

Neste trabalho, compactuamos com a perspectiva de que as obras² pertencentes ao Círculo, embora evidentemente respeitadas sua autonomia e singularidade, podem ser resumidas sob o termo *dialogismo*. A posição encontra apoio a princípio nas palavras do próprio Mikhail Bakhtin (1895-1975), que, em entrevista concedida muitos anos após a publicação das obras do Círculo,

² Não entraremos na polêmica e inconclusa questão da autoria das obras vinculadas ao Círculo e a elas nos referimos pelo seu nome de capa quando da primeira publicação, seguindo a sugestão de Grillo (2017: 8). Sobre o assunto, além do já citado livro de Sériot (2015: 46-61), ver a *Introdução* de Grillo (2016: 24-36) a *O Método Formal* de Medviédev, em que a autora expõe a posição de Morson e Emerson (*apud* GRILLO, 2016:33), segundo os quais “a atribuição a Bakhtin dos textos disputados sustenta-se em testemunhos orais de caráter anedótico”.

esclarece que ele e seus pares, nomeadamente Valentin Volóchinov e Pavel Medviédev (1891-1938), na feitura de seus trabalhos teóricos do período dos anos 1920, basearam-se em “uma concepção comum da linguagem e da produção discursiva” (*apud* GRILO, 2016: 34).

Com base em uma afirmação tão clara e categórica, pode-se facilmente compreender o suporte dessa ideia em afirmações como a de Magalhães e Brait (2014: 13-15), em obra dedicada justamente ao tema do dialogismo, entendido “a partir da visitação a fontes do pensamento bakhtiniano”, que “diz respeito à diversificada produção não apenas de Mikhail Bakhtin ele mesmo, como também pensadores como Valentin Volóchinov e Pavel Medviédev”. Em outro momento, Brait (2006: 58) sugere denominar a pesquisa científica baseada nas obras do Círculo como “análise/ teoria dialógica do discurso”, proposta que seguimos neste escrito.

Outras afirmações que sustentam a posição de Bakhtin defendendo o fundamento teórico comum das obras do Círculo, sobretudo em torno do tema do dialogismo, abundam em textos analíticos dos mais diversos especialistas. Puzzo (2014: 171), por exemplo, compreende a “teoria dialógica” como característica do Círculo, diferenciando-a, dessa forma, das outras abordagens da discursividade, e destaca que “nessa vertente teórica, a linguagem é concebida em sua duplicidade discursiva”, ou, em outros termos, é concebida dialogicamente. Já Costa (2014: 162), ao tratar da teoria dialógica da linguagem em Bakhtin, afirma que ele se baseia em “uma concepção de linguagem construída em intersecção com as produções de Volochinov e Medviédev” e, mais adiante (2014: 167), complementa que o dialogismo “constitui o eixo central da análise empreendida por Bakhtin”. Bezerra (2017: 81-2), no posfácio de obra que reúne os últimos textos conhecidos escritos por Bakhtin, afirma que se trata de uma “uma síntese do que ele pensou e produziu em sua existência”, concluindo que o tema central de toda sua obra é o dialogismo.

Reconhecido o dialogismo como categoria fundante da teoria discursiva dos autores do Círculo, cabe-nos agora tratar da dificuldade de conceituar dialogismo com exatidão, pois os autores não definem o termo univocamente, ou seja, por meio de uma axiomática imutável que seja retomada em todas as suas

obras. Se, por um lado, é verdadeiro que os autores não operaram à maneira dos geômetras, por outro lado, seria um equívoco concluir que em suas obras não há uma caracterização precisa de sua concepção linguística. Por essa razão entendemos que o conceito de dialogismo é construído dialeticamente no decorrer dos textos, fato ao qual se deve justamente a frequente afirmação de que é esse o conceito que os unifica.

Para caracterizar a concepção dialética da construção de conceitos, Netto (2011: 52-53), referindo-se à dialética materialista de Karl Marx (1818-1883) – referência a todos os autores do Círculo –, afirma que o pensador alemão “não operava com definições”, pois, segundo seu método, não é possível apresentar “um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas”; essa seria a concepção metafísica do conhecimento, que opera com base em um sistema gnosiológico construído *a priori*.

Se vamos definir um objeto material e dinâmico, seja a linguagem no Círculo ou a sociedade moderna em Marx, a pesquisa consiste num processo gradual de descoberta de suas determinações constitutivas, pois “a estrutura e dinâmica reais do objeto é que comandam os procedimentos do pesquisador”, ou, em síntese: “quanto mais se avança na pesquisa, mais se descobrem determinações”. Vemos esse procedimento em momentos como aquele em que, ao apresentar o livro que busca ser uma crítica à sociedade burguesa [*bürgerliche Gesellschaft*], Marx (1996: 131) afirma que “a finalidade última desta obra [*O Capital*] é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”. Note-se que o autor alemão se refere à *lei*, no singular, da mesma maneira que os autores do Círculo conceituam o discurso sob a rubrica do dialogismo.

Evidentemente, em se tratando seja da *lei do valor* no filósofo alemão ou do *dialogismo* dos linguistas soviéticos, os autores perpassam toda a sua obra acrescentando determinações às categorias definidoras de seu objeto. Esse é o movimento do tornar-se concreto do objeto ao qual o próprio Marx (2011: 78) se refere quando afirma que “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental”.

Os procedimentos metodológicos deste estudo envolveram inicialmente o levantamento bibliográfico de obras dos autores do Círculo em busca de uma visão geral sobre a teoria dialógica do discurso, pesquisa que nos permitiu optar por seguir o caminho teórico de Volóchinov, embora em referência também a outros autores, como Bakhtin e Medviédev. Por essa razão, iniciamos o percurso teórico estudando como esses autores chegaram a uma questão central de sua teoria discursiva, o *enunciado*, discussão que nos levou a buscar e estudar textos que foram direta ou indiretamente referenciados nas obras do Círculo, para, desse modo, chegarmos às categorias de análise tal como expostas por Volóchinov. É esse aporte teórico que apresentamos no capítulo 1.

Isso feito, iniciamos a segunda parte do trabalho, a análise dos enunciados, à qual dedicamos o capítulo 2, em que apresentamos o *corpus* e sua contextualização, que no caso envolve uma caracterização geral da crise política de 2016, *o onde e o quando* dos enunciados, que correspondem às categorias de **situação e auditório**, segundo nossa leitura de Volóchinov. Passamos em seguida ao **tema e à valoração** de cada um dos dois discursos, partindo de uma abordagem inicial dos conceitos de *impeachment* e golpe. Em seguida, dedicamo-nos a apresentar a análise dos enunciados pela categoria de **entonação**.

Ao final, discutimos os resultados da análise e retomamos brevemente o percurso teórico-analítico para tecer as considerações finais.

Passemos agora a tratar de questões gerais sobre o dialogismo e a teoria linguística do Círculo.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Volóchinov (2017: 91) inicia seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem* (doravante MFL) afirmando que busca uma “ciência das ideologias” cuja problemática está ligada diretamente e de modo íntimo “aos problemas da filosofia da linguagem”. Por essa razão se compreende sua afirmação programática de princípio, segundo a qual a ciência da linguagem se define como “filosofia do signo ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017: 102). Dessa forma, para tratarmos da discussão do enunciado tal como se encontra nas obras do Círculo, em particular em Volóchinov, temos a necessidade de introduzir essa questão considerando o debate em que os autores explicitamente se inserem, a ideologia e sua relação com a linguagem.

1.1. HORIZONTE SOCIAL E IDEOLOGIA

A questão da ideologia é demasiado complexa e polêmica para ser tratada nas modestas pretensões deste trabalho. A título de exemplo, em *Ideologia, uma introdução*, Eagleton (1997: 12) inicialmente constata que a palavra *ideologia* “tem uma série de significados [...] nem todos eles compatíveis entre si”; depois, lista 16 acepções do termo que se mantém “em circulação”. Em posição semelhante, Konder (2002), em *A questão da ideologia*, destaca a polissemia do conceito, salientando a “vastidão das publicações que veiculam as ‘leituras’ diversas e contraditórias” do termo. No entanto, apesar de sua amplitude, é nesse terreno de que parte Volóchinov e seus colegas, o que nos obriga a tratar dele e, para isso, reduzimos o assunto à teoria marxista da ideologia (em que MFL explicitamente se insere), e seu *locus classicus* – muito provavelmente uma das referências imediatas de Volóchinov e dos autores do Círculo – o prefácio da obra *Contribuição à crítica da economia política* (1859) de Marx.

Buscando resumir os resultados gerais de suas pesquisas, Marx (2008: 48, grifos nossos) apresenta sua teoria da ideologia partindo de uma descrição de sua ciência da sociedade, denominada Materialismo Histórico: após determinada

etapa da evolução das forças produtivas da sociedade e da decorrente contradição com suas respectivas relações de produção, o resultado desse embate leva a uma mudança mais ou menos rápida na “colossal superestrutura”, que são as “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, *formas ideológicas* nas quais os homens adquirem consciência deste conflito [a luta de classes] e o levam até o fim [à revolução social]”. Salientemos que Volóchinov (2017: 213) se refere às formas ideológicas em termos quase idênticos: são “a moral social, a ciência, a arte e a religião”, de modo que se pode supor que se trata da razão pela qual o autor soviético não se deu ao trabalho de citar esse texto diretamente.

Seguindo a afirmação de Marx, Volóchinov considera necessário precisar de que modo a relação entre a base e a superestrutura na sociedade se apresenta em seu objeto de análise, a ideologia. Para isso, fazemos um recurso a uma categoria que Volóchinov (2017: 237) utilizada em diversos momentos no decorrer de sua obra: o “horizonte social” – em outros momentos, “horizonte valorativo”³ (VOLÓCHINOV, 2017: 110) – conceito que Grillo e Vólkova Américo (2017: 360) descrevem como “constituído pelo conjunto de interesses e valores, sempre em processo de formação, de um determinado grupo social”. Acreditamos que a formulação aponte para a parte mais universalizante de sua teoria, o limite da possibilidade de criação das ideologias, que, significativamente, Volóchinov tematiza de maneira mais detalhada no fim de seu último capítulo teórico antes de iniciar sua análise. Julgamos estar diante da forma mais abstrata – em sentido empírico, embora a mais concreta em sentido dialético, por ser a mais repleta de determinações – do problema da ideologia, a própria condição de possibilidade para a consciência humana produzir ideias.

Como veremos com mais clareza adiante, o desenvolvimento histórico da base socioeconômica condiciona o *horizonte social* possível do modo de produção capitalista e com isso das ideologias que nele se inserem. Além disso, essa mesma base leva à existência de sujeitos sociais, que são as classes e seus interesses em conflito, que refletem e refratam diferentemente o horizonte social

³ Grillo e Vólkova Américo (2017:360), autoras da tradução, notas e glossário da última edição brasileira da obra magna do autor soviético, concordam que se trata de uma variação terminológica do mesmo conceito e colocam ambas as expressões sob o mesmo verbete em seu Glossário.

da era capitalista. Assim, temos a questão da ideologia dividida em duas esferas: primeiramente, a da ideologia dominante, a burguesa, que reflete e refrata a realidade social com base em seus interesses de classe; e a subalterna, proletária, que surge como uma crítica à primeira com base em outros interesses de classe. Assim, para explicar a relação entre base e superestrutura da sociedade como determinantes da ideologia, foi necessário a Volóchinov – assim como foi a Marx, em toda a sua obra – explicitar sua origem social no desenvolvimento das forças produtivas e no fato de que elas são reflexo e refração da sociedade capitalista com base em seus interesses.

Embora Marx não se refira explicitamente à questão do horizonte social, vemos constantemente na sua obra críticas a concepções de mundo que deshistoricizam a si mesmas, o que as leva a se compreenderem como naturais, necessárias, inevitáveis, em autonomia absoluta em relação à sociedade em que foram concebidas. Esse é o núcleo do comentário que o autor alemão (MARX, 2007: 538) faz à crítica da religião por L. Feuerbach (1804-1872), que “consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano”, o que é insuficiente pois “não penetra na crítica dessa essência real”, e assim “ele [Feuerbach] ignora que, após a realização desse trabalho, o principal ainda resta por fazer”.

Por não criticar o horizonte social em que se apoia a forma ideológica da religião, “Feuerbach não vê [...] que o próprio sentimento religioso é um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence a uma determinada forma de sociedade” e por isso é obrigado “a fazer abstração do curso da história”. Em outras palavras, a crítica de Feuerbach à religião é insatisfatória porque ela pressupõe que o “sentimento religioso” existe *a priori* no “gênero humano”, e não como resultado de uma forma ativa de consciência que cria uma forma ideológica com base na determinação de um tipo específico de sociabilidade, de um determinado horizonte social.

Volóchinov (2017: 205, grifos nossos) faz referência ao horizonte social quando o coloca como condição de possibilidade da comunicação entre os indivíduos num determinado momento histórico: “pressupomos *um certo* horizonte social típico e estável”, isto é, reconhecível por todos daquela sociedade, “para o qual se orienta a criação ideológica do grupo social e da época a qual pertencemos”. Nele se encontra o que Volóchinov (2017: 205-6) denomina de a

“reserva social de signos disponíveis” que torna a comunicação sógnica compreensível “para um contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, das nossas leis”, isto é, que torna as formas ideológicas inteligíveis.

O autor então explicita a origem do horizonte social como determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo em que esclarece a afirmação segundo a qual é desse assunto que deriva a questão do sentido da língua e, portanto, da análise linguística. Ele afirma:

A formação do sentido na língua está sempre relacionada com a formação do horizonte valorativo do grupo social, e por sua vez, essa formação, compreendida como um conjunto de tudo que possui significação ou importância para o grupo, é determinada inteiramente pela ampliação da base econômica. Em decorrência da ampliação da base, amplia-se significativamente o horizonte da existência acessível, compreensível e essencial para o homem.

(VOLÓCHINOV, 2017: 237-8, grifos nossos)

A ampliação da base econômica leva ao surgimento de novas classes sociais e com isso à possibilidade da ressignificação dos signos, pois os novos interesses de classe refratam a realidade social de maneira diferente. Dessa forma, de um horizonte social num determinado modo de produção as diferentes classes que nele habitam criam suas ideologias com base em seus interesses:

O criador de gado primitivo não se interessa por quase nada e quase o afeta. O homem do fim da época capitalista se interessa por quase tudo [...]. Essa ampliação do horizonte valorativo se realiza de forma dialética. Os novos aspectos da existência que passam a integrar o horizonte de interesses sociais abordados pela palavra e pelo pathos humano não esquecem dos elementos de existência integrados anteriormente, mas entram em embate com eles, reavaliando-os, alterando o seu lugar na unidade do horizonte valorativo. Essa formação dialética se reflete na constituição de novos sentidos linguísticos. Um sentido novo se revela em um antigo e com a ajuda dele, mas com o objetivo de entrar em oposição a ele e o reconstruir. (VOLÓCHINOV, 2017: 238, grifos nossos)

Nesse trecho de excepcional clareza no que concerne ao assunto de que tratamos, ele se refere à possibilidade de ressignificação nos signos que existem socialmente ao mesmo tempo em que destaca a determinação do desenvolvimento histórico nesse processo. Assim, o horizonte social não determina a formação de sentido da língua de modo absoluto, mas é apenas a base da qual as ideologias serão construídas partindo de um interesse de classe específico, o que esclarece o porquê de haver diferentes ideologias num mesmo modo de produção, pois elas refletem e refratam interesses de classe diversos.

Mais adiante, Volóchinov (2017: 313) se refere a esse fato explicitamente: “o proletariado trará consigo novas formas de comunicação e de interação sociodiscursiva dos falantes, bem como todo um universo novo de entonações e ênfases sociais” e, por essa razão, essa classe “trará consigo também uma nova concepção linguística da personalidade falante, da própria palavra, da verdade linguística”.

Como se vê, os limites de ressignificação têm origem histórica, pois a burguesia e o proletariado vivem sob o mesmo modo de produção; logo, o reflexo de sua consciência tem uma base comum e, portanto, um limite comum, o horizonte social do modo de produção capitalista. Do ponto de vista da criação sógnica, isso se apresenta no processo que Volóchinov (2017: 238, grifos nossos) chama de ressignificação, o qual “resulta em um embate incessante de ênfases em cada elemento semântico da existência. *Na composição do sentido não há nada que esteja acima da formação e independente da ampliação dialética do horizonte social.* A sociedade em formação amplia a sua percepção da existência em formação”.

É de fundamental importância destacar que o embate entre as ideologias é a forma sógnica pela qual a luta de classes toma forma. Nesse plano, um dos mais abstratos da teoria, é justamente o momento em que fica mais explícita a determinação mais concreta dos signos, os diferentes interesses sociais de classe. A luta pela significação é a luta de classes em sua expressão ideológico/sógnica:

A existência não apenas é refletida no signo, mas também é *refratada* nele. O que determina a refração no signo ideológico?
– O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade sógnica, isto é, a *luta de classes*.
A classe não coincide com a coletividade sógnica, ou seja, com a coletividade que utiliza os mesmos signos da comunicação ideológica. Por exemplo, várias classes podem utilizar a mesma língua. Em decorrência disso, *em todo signo ideológico cruzam-se ênfases multidirecionadas*. O signo transforma-se no palco da luta de classes. (VOLÓCHINOV, 2017, 112-113)

Tendo introduzido a questão da ideologia usando o recurso à categoria de horizonte social e, com isso, buscado esclarecer a relação da teoria da ideologia de Volóchinov com o Materialismo Histórico, isto é, sua relação com a base e a superestrutura na sociedade, vejamos na sequência como o autor soviético

apresenta seu método, partindo da discussão entre psicologia e ideologia.

1.2. PSICOLOGIA E IDEOLOGIA

Em MFL, Volóchinov (2017: 110) expõe seus três princípios metodológicos fundamentais a serem seguidos: (1) “*não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo*”; o que consistiria em imputá-la à consciência e levaria a teorias de tipo idealistas, que são brevemente comentadas a seguir; (2) “*não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social*”, pois assim o signo tornar-se-ia simplesmente uma “coisa”, um objeto material qualquer, e não o resultado do reflexo e da refração na mente humana que se objetiva por meio de enunciados; e (3) “*não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material*”, isto é, do enunciado, que deve ser determinado pela realidade objetiva exterior à consciência assim como pela base socioeconômica da sociedade agindo sobre os sujeitos sociais.

Tratamos de cada um desses três pontos em cada um dos itens que seguem neste capítulo, iniciando por aquele que consiste em estabelecer “como a existência real (a base) determina o signo, e como o signo reflete e refrata a existência” (VOLÓCHINOV, 2017: 106), pois, conforme afirma o autor, o signo não se limita a existir como “um reflexo ou uma sombra da realidade”, mas “reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico” (2017: 93, 94), em suma, um “meio que reflete e refrata a existência” (2017: 113). A questão do reflexo e refração como elementos determinantes do signo ideológico leva à indagação sobre a condição de possibilidade da consciência humana em apreender a realidade e sobre o papel da base socioeconômica da sociedade nesse processo. Segundo Volóchinov (2017: 127-40), a solução para essa questão se encontra na relação entre psicologia e ideologia.

Em se tratando de um complexo ao mesmo tempo psicológico e social, com uma dimensão subjetiva e objetiva, o erro das teorias idealistas, explica Volóchinov (2017: 94), consiste justamente em terem compreendido a ideologia

unilateralmente como um fenômeno exclusivamente da consciência, ora objetivamente de modo hipostasiado, ora subjetivamente de modo psicofisiológico. Embora metodologicamente opostas, as duas teorias são em realidade mutualmente complementares, o que leva o autor (2017: 127), que as resume sob a mesma rubrica de “filosofia burguesa”, a afirmar que seus problemas são “simultâneos e interligados”. Em vista disso, a solução para tais questões consiste no apelo a um mesmo recurso teórico, a “filosofia do signo”, pois “o signo ideológico é o território comum tanto do psiquismo quanto da ideologia; é o território material, sociológico e significativo”. Segundo ele, é justamente no fenômeno do signo ideológico que se deve marcar “a delimitação entre a psicologia e a ideologia”.

Ao comentar a “filosofia idealista da cultura” e os estudos culturais “de cunho psicológico” – denominados “idealismo” e “psicologismo”⁴, respectivamente –, apesar de suas diferenças metodológicas, devido ao fato de conceberem as ideologias e, portanto, os signos, como fenômenos da consciência, Volóchinov (2017: 95) afirma que ambas “transformam a ciência das ideologias em ciência da consciência e suas leis”, sejam essas leis de tipo “transcendentais ou empírico-psicológicas”. Para Volóchinov (2017: 96 e 115), o fenômeno ideológico não pode ser explicado nem por uma consciência “colocada em algum lugar acima da existência, passando a defini-la” como quer o idealismo, nem como uma pré-consciente “soma de reações psicofisiológicas”, que tornar-se-iam uma forma ideológica “consciente e integrada”, como quer o psicologismo. O autor conclui que, para a fundamentação de uma teoria científica das ideologias, é necessário primeiramente “a elaboração de uma psicologia verdadeiramente objetiva, sem fundamentá-la em uma psicologia fisiológica ou biológica, mas *sociológica*”.

A sociabilidade reivindicada se faz ver na psicologia desenvolvida por Volóchinov (2017: 97, 97-8 e 129), assim o autor compreende a constituição da consciência individual por meio do “outro”, que é condição para a existência do “eu”, pois “a consciência se forma e realiza no material sócio criado no processo de comunicação social”, portanto “uma definição objetiva do que é consciência só pode ser sociológica”. A consciência individual “se nutre dos signos”, cresce com

⁴ Volóchinov se refere a tendências do neokantismo – em particular, àquela denominada *Lebensphilosophie*, ou “filosofia da vida” – e ao positivismo, respectivamente.

base neles, “reflete em si as suas lógicas e suas leis” e, desse modo, “o psiquismo individual é tão social quanto a ideologia”.

Em seguida, buscando exemplificar o argumento por meio de uma imagem arquitetônica, Volóchinov (2017: 98, 96 e 97) afirma: “a consciência individual não é o arquiteto da superestrutura ideológica, mas apenas sua inquilina alojada no edifício social dos signos ideológicos”. Sendo os fenômenos ideológicos “um fato material e social”, uma ciência das ideologias deve se ocupar com seu “*material sígnico* específico”, cuja particularidade consiste exatamente no fato de que a ideologia existe somente por meio de “indivíduos organizados” em sociedade e se encontra em seu interior como um “médium para a comunicação entre eles”. Em síntese, ele define que a “*consciência individual é um fato social e ideológico*”.

O pressuposto da consciência individual constituída por meio de signos concebidos socialmente e as consequências metodológicas dessa afirmação são fatores imprescindíveis para a proposta elegida por Volóchinov (2017: 97), pois o trato da consciência em sua relação com a ideologia é o fator que causa “uma profunda confusão” nas teorias idealistas, as quais transformaram a mente humana no “depósito para todos os problemas insolúveis” tanto da ciência das ideologias quanto da psicologia.

Para resolver o problema referente à relação entre a consciência e a ideologia, em se tratando do “conteúdo ideológico”, isto é, do signo, “não há e não pode haver fronteiras entre o psiquismo e a ideologia”, para Volóchinov (2017: 127, 138 e 139 - 140), pois “qualquer conteúdo ideológico, sem exceção, independentemente do tipo de material sígnico em que ele estiver encarnado, pode ser compreendido e, por conseguinte, assimilado psiquicamente”. Há, portanto, entre o psiquismo e a ideologia, uma “interação dialética indissolúvel”, pois o “psiquismo desaparece, anula-se ao tornar-se ideologia, assim como a ideologia anula-se ao tornar-se psiquismo”. Seguindo seu princípio autodenominado “monismo materialista”, o psiquismo e a ideologia se encontram, se expressam, se realizam objetivamente no processo único da comunicação social e por meio dos enunciados.

Vejamos agora o item seguinte das reivindicações metodológicas de Volóchinov, a qual trata justamente das formas de comunicação social.

1.3. COMUNICAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA

No que diz respeito a esclarecer os elementos que determinam as formas da comunicação social, Volóchinov (2017: 108-9) introduz conceitos da filosofia marxista dos quais parte para fundamentar sua teoria do enunciado: ele se refere às “formas de interação discursiva” como a “psicologia social materializada na palavra”, que se cristaliza como “produtos ideológicos acabados”. Ele não se preocupa em definir *psicologia social*, uma vez que menciona explicitamente que o conceito deve sua origem à obra do filósofo russo Gueórgui Plekhánov (1856-1918), muito influente à época, em particular em seu país, como vemos na afirmação de Lênin (*apud* Plekhanov, 1987: 5), segundo o qual “educou uma geração inteira de marxistas russos”. Quanto àquilo a que Volóchinov (2017: 106) se refere como “sistemas ideológicos organizados”, como vimos, remete diretamente à obra de Marx e sua célebre referência às *formas ideológicas*.

Vejamos em maior detalhe a relação entre a psicologia social de Plekhanov e as formas ideológicas de Marx.

Em ensaio denominado *A concepção materialista da história* (1901), Plekhanov (1987: 296) afirma que, para se compreender o pensamento científico ou a arte de um país ou época, não basta remeter somente à estrutura econômica da sociedade, mas é necessário, com essa base, reportar-se à *psicologia social*, pois do contrário “não se pode fornecer uma explicação materialista da história das ideologias”.

Em raciocínio quase idêntico àquele que vimos em Volóchinov, o filósofo russo destaca que, em se perdendo de vista a base econômica, seria necessário supor uma entidade metafísica como uma “alma social” ou um “espírito do povo [*volksgeist*]” com leis próprias, solução encontrada por tendências do idealismo objetivo, ou “objetivismo abstrato”, como foram criticadas pelo linguista soviético. Esse recurso seria “puro misticismo”, conforme explica Plekhanov, pois psicologia

social se refere ao “estado de espírito e de sentimento que prevalece numa certa classe numa dada época e num dado país”, que “tem as relações sociais por causa”.

Vejamos como o filósofo russo se refere à questão. Ele afirma:

[...] não são as formas da consciência que determinam no homem o seu ser social, mas que pelo contrário as formas da sua consciência são determinadas pelas formas do seu ser social. Todavia, ao tirarem a sua origem do ser social, as formas de consciência humana fazem parte integrante da história, com ciência, não se pode limitar à anatomia econômica da sociedade: visa *todo o conjunto dos fenômenos direta ou indiretamente* condicionados pela economia social, inclusive o trabalho da imaginação. Não existe um único fato da história que não tenha sua origem na economia social. Mas não é menos verdade que não existe fato histórico que não tenha precedido, acompanhado e seguindo um certo estado de consciência. Daí a considerável importância da psicologia social. (PLEKHÁNOV, 1987: 296-7)

Plekhanov (1987: 296-7) acrescenta em seguida que as “relações econômicas condicionam, mas *indiretamente, mediatamente*, todas as criações do pensamento e da imaginação: a arte, a ciência etc.”. Vemos, assim, que a sua explicação está perfeitamente no espírito do que defende Volóchinov (2017: 103-4, 106), o qual adverte que, se a relação entre base econômica for entendida de maneira direta e causal, a tese estaria “totalmente errada e contradiria as próprias bases do materialismo dialético”. Segundo o linguista soviético, isso levaria a uma “simplificação do fenômeno ideológico”, pois deve ser respeitada a “diferença qualitativa dos campos em interação”, nos quais “qualquer área ideológica deve ser tratada como uma totalidade que reage com toda a sua composição à alteração da base”. Se a base econômica não é suficiente para explicar a psicologia social, ela é, no entanto, necessária, como se vê na seguinte assertiva de Plekhanov: “enquanto as relações sociais não tiverem mudado, a psicologia social também não muda” (PLEKHANOV, 1987: 297).

Grillo e Vólkovo Américo (2017: 360) definem a psicologia social como “conjunto de vivências e expressões cotidianas de caráter social” que se caracterizam por não terem um caráter ordenado ou fixado. Nos termos de Volóchinov (2017: 106-7), ela é “elo transitório entre o regime sociopolítico e a ideologia em sentido estrito (ciência, arte etc.)”. Evidentemente, devido a seus objetivos referentes à linguagem verbal, o autor se restringe ao âmbito da

expressão verbal dentro da psicologia social, como, por exemplo, quando afirma que “na maioria das vezes [portanto, não sempre], a psicologia social se realiza nas mais diversas formas de enunciado” (p. 107, grifos nossos).

O enunciado é determinado pela psicologia social materializando-a como discurso verbal, que mantém conexão “com outros tipos de manifestação e interação por meio de signos” como, por exemplo, “a expressão facial, a gesticulação, os atos convencionais”, entre outros (VOLÓCHINOV, 2017: 107). Isso está em concordância com seu entendimento da relação entre psicologia e ideologia, que, como vimos, liga a consciência à psicologia social e às formas ideológicas com base em seu conteúdo, o signo ideológico que constitui o enunciado.

Passemos, agora, ao último item dos princípios metodológicos de Volóchinov, e talvez o mais importante: o enunciado.

1.4. ENUNCIADO

Os três autores, que estão entre os principais do Círculo, que foram consultados para este trabalho (Bakhtin, Volóchinov e Medviédev), coincidem ao entenderem a comunicação social fundada em uma forma mínima do discurso, compreendida como uma totalidade, uma unidade de sentido, a que denominam *enunciado*. É preciso dizer, porém, que cada autor chega a essa posição por meios diferentes, como é possível acompanhar na síntese abaixo, e também na apresentação e discussão que fazemos na sequência de cada um dos três estudiosos.

Para Bakhtin (2016: 11-2), o “emprego da língua efetua-se em forma de enunciados” para assim se chegar aos gêneros do discurso, que são “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”. Já Volóchinov (2017: 107), partindo da ideologia e de sua relação com a linguagem, sintetizada no conceito de signo ideológico, afirma que o enunciado – aqui denominado discurso verbal⁵ – é a

⁵ Segundo Grillo e Vólkova Américo (2017: 356), Volóchinov utiliza como sinônimo de

forma de “manifestação e interação por meio de signos”. Medviédev (2016: 183-4), por fim, que realiza uma discussão polêmica com a escola por ele denominada formalista em torno das questões referentes à obra literária, afirma que o enunciado é um “acontecimento da história” cuja peculiaridade consiste em ser realizado “em determinada época e com determinadas condições sociais”. Vejamos agora em maior detalhe como cada um dos autores trata do assunto.

Segundo afirma Bakhtin (2016: 11), em seu texto *Os gêneros do discurso*, doravante OGD – escrito por volta de 1953 e publicado em 1978 (BEZERRA, 2016: 8) –, todos os âmbitos da atividade humana estão inexoravelmente ligados ao uso da linguagem, sendo o *enunciado* a forma pela qual a língua se realiza em tais interações. Ele é a “unidade real da comunicação discursiva” (p. 22) e por isso cada enunciado individual é “concreto e único” (p. 11), o “elo na cadeia da comunicação discursiva” (p. 46), tão antigo quanto a própria sociedade por estar ligado a todas as práticas humanas. Para melhor esclarecer o assunto, o autor busca diferenciá-lo da oração.

A oração distingue-se do enunciado pois ela é a “unidade da língua”, entendida como sistema abstrato de representações, e por conseguinte se caracteriza por possuir “natureza gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade” (BAKHTIN, 2016: 33). Diferentemente do enunciado, a oração “não tem contato imediato com a realidade”, ou seja, com a situação extraverbal; não é delimitada “pela alternância dos sujeitos do discurso”, pois não advém de um indivíduo concreto que a verbaliza; não tem “contato imediato com enunciados alheios” por não permitir “determinada posição responsiva do outro falante” e por isso não pode ter “plenitude semântica” (p. 33).

Mais adiante, Bakhtin (2016: 45) ainda esclarece que a oração não pode dispor da plenitude de que o enunciado dispõe porque não apresenta meios de saber se o falante disse tudo que pretendia dizer, e por essa razão não pode gerar uma resposta que suscite a alternância dos falantes, característica do enunciado. Se estiver claro que o falante disse tudo que seu projeto discursivo pretendia, estamos lidando com um enunciado pleno, cujo conteúdo teria apenas

“enunciado” as expressões “discurso verbal” e “ato discursivo”. Por essa razão, as menções ao termo no presente trabalho têm como referência, no texto de Volóchinov, quaisquer uma delas.

uma oração. Para isso ser possível, a oração deve estar envolvida num contexto extralinguístico e teria um sentido apenas nele, ou, em outros termos, estaria dentro de um enunciado pleno e sua resposta só seria possível com base nele.

A oração, compara Bakhtin (2016: 46), é semelhante à palavra, pois ambas “não têm autor” e só têm a possibilidade de expressar algum sentido por meio de um enunciado. Por isso a análise da oração, assim como a da palavra, é de índole extremamente abstrata, pois é restrita à precisão que só se faz possível dentro de limites gramaticais. Em suma, “a oração é o elemento significante do conjunto de um enunciado”, e enquanto tal só pode adquirir sentido dentro da totalidade de sentido que o enunciado lhe proporciona.

A discussão sobre a impossibilidade de a oração possuir sentido pleno por carecer de uma situação concreta que lhe proporcione o caráter responsivo que levaria à alternância dos sujeitos do discurso levanta a questão sobre os limites específicos do próprio enunciado, e com eles a possibilidade de ser a “unidade de sentido” da comunicação discursiva. Dessa forma, ao caracterizar o enunciado, Bakhtin (2016: 35) acrescenta a essa primeira definição seu segundo elemento específico, diretamente vinculado ao primeiro, que é sua conclusibilidade específica, cuja marca é a alternância dos sujeitos do discurso.

Trata-se de uma alternância delimitada pelo fato de que o sujeito falou ou escreveu “*tudo* o que quis dizer em um determinado momento”, de modo que o critério mais importante que marca a conclusibilidade do enunciado é a “possibilidade de se responder a ele” ou, em outros termos, a possibilidade de se ter uma posição responsiva perante ele, como concordar ou discordar (BAKHTIN, 2016: 35). A completude do enunciado, que possibilita uma resposta ou, em seus termos, a “compreensão responsiva”, é determinada por três fatores, a saber: a (1) “exauribilidade semântico-objetiva”; (2) o “projeto do discurso” também entendido como “vontade de discurso” do falante e (3) as “formas típicas de composição” do gênero (BAKHTIN, 2016: 36). Vejamos com maior detalhamento cada um dos três.

Sobre a exauribilidade semântico-objetiva do enunciado, Bakhtin (2016: 36) afirma que ela “difere profundamente nos diversos campos da comunicação discursiva”. A conclusividade poderia, segundo o autor, chegar à sua “plenitude

quase absoluta” em alguns âmbitos de natureza factual, empírica, cujos gêneros têm a forma muito rígida e fortemente padronizada, como, por exemplo, em ordens militares. Em terrenos da criação humana, dentre os quais o autor cita a criação científica ou artística, essa exauribilidade só pode obter uma forma muito relativa, pois seu próprio objeto é inexaurível. Dessa forma, tais âmbitos só podem adquirir uma completude sob determinadas condições específicas, dados determinados fins colocados pelo seu autor. Isso leva invariavelmente ao segundo ponto, inexoravelmente ligado a este elemento, isto é, a vontade do sujeito em produzir sentido.

A vontade de sentido ou, em outros termos, a “intenção discursiva”, que está presente desde as formas mais simples de enunciado como no diálogo cotidiano até formas complexas como obras científicas ou literárias, advém da capacidade do ouvinte de interpretar e sentir o que o autor quis dizer em cada enunciado (BAKHTIN, 2016: 37). Os ouvintes têm a capacidade de supor a intenção verbalizada do falante, ou sua vontade verbalizada, uma vez que essa intenção determina a escolha do objeto, seus limites, em suma, sua exauribilidade semântico-objetal. Essa intencionalidade, que Bakhtin (2016: 37) classifica como “momento subjetivo do enunciado”, combinada indissolúvelmente ao seu aspecto semântico-objetal, vincula e restringe o enunciado a uma situação concreta material e singular da comunicação discursiva, com seus participantes, intervenções e suas relações com os enunciados que o antecedem.

Isso feito, Bakhtin introduz o terceiro elemento, que é o *gênero*. Para o autor, o enunciado se realiza sobretudo na escolha do gênero do discurso. A subjetividade do falante em produzir um sentido deve se adaptar ao gênero escolhido, forma por meio da qual os enunciados se constituem e se desenvolvem. A diversidade dos gêneros pode ser delimitada como elementos como a situação da comunicação, posição social dos falantes assim como das relações pessoais entre os participantes da comunicação, razão pela qual há gêneros de grande formalidade e respeitosos bem como há outros familiares e muito íntimos. Ele acrescenta que é uma característica da comunicação discursiva a “reacentuação” entre os gêneros, sendo possível, por exemplo, que a forma de um gênero cerimonioso, como uma saudação oficial, possa ser utilizada no âmbito familiar, entre infinitas possibilidades análogas para diferentes fins.

Ele também explica que, para o recurso da comunicação discursiva funcionar, é necessário o conhecimento de diversos gêneros a fim de se poder utilizar habilmente as possibilidades da comunicação discursiva. Assim, quanto maior for o domínio dos gêneros do discurso do falante, quanto maior for a desenvoltura com que ele os empregue, mais se faz transparecer a individualidade do sujeito do discurso ou, em seus termos, “mais plena é a forma com que realizamos o nosso livre projeto do discurso” (BAKHTIN, 2016: 41)

De acordo com o autor, a riqueza e a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso são infinitas, pois igualmente infinitas são as possibilidades de atividades humanas que estão necessariamente acompanhadas de linguagem. Esse fato poderia conduzir à ideia de que não seria possível haver um meio único de se estudá-los, pois, no que diz respeito a um fenômeno de tal forma heterogêneo que engloba réplicas lacônicas do cotidiano até tratados científicos ou filosóficos de milhares de páginas, esse projeto desafiaria a possibilidade de uma compreensão unitária. Por essa razão, Bakhtin (2016: 15) propõe classificar os gêneros discursivos em *primários*, chamados simples, e os *secundários*, complexos.

Os primeiros se formam nas condições concretas e imediatas da comunicação discursiva, enquanto os últimos surgem de condições de um convívio social e organização cultural muito mais complexa e organizada. Quando os gêneros simples perdem o vínculo imediato com a realidade empírica com que se relacionam, passam a ser integrantes dos domínios dos gêneros complexos. Bakhtin insiste nessa divisão, que considera essencial à compreensão da natureza do enunciado, uma vez que o estudo unilateral de qualquer um desses pontos redundaria na “vulgarização” do problema dos gêneros. Segundo o autor, o estudo dos gêneros esclarece os fatos empíricos da língua, sendo, portanto, o método da análise discursiva.

Encerrando a apresentação acerca do enunciado na ótica de Bakhtin (2016: 16), é relevante dizer que ele chama atenção ao fator de determinação mútua entre os gêneros primários e secundários, assim como à sua formação histórica: ambas “lançam luz sobre a natureza do enunciado” e sobre “o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia, linguagem e

visão de mundo”.

Passemos, agora, à compreensão de Volóchinov – cujo texto parte justamente do problema da relação entre a comunicação discursiva e a ideologia – sobre o enunciado.

Para explicar a relação entre uma teoria da ideologia e a filosofia da linguagem, Volóchinov (2017: 91, 93) parte do conceito de *signo*, explicando-o da seguinte maneira: “tudo o que é ideológico possui significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um signo. Onde não há signo também não há ideologia”. Assim, os produtos ideológicos não são apenas uma parte da vida social; mais do que isso, eles na verdade representam alguma realidade que se encontra fora de si mesmos, pois “além dos fenômenos da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo, existe um mundo particular: *o mundo dos signos*”.

Uma vez que os signos são representações da realidade, eles podem retratá-la de diferentes formas (sendo-lhe fiel ou distorcendo-a), podem concebê-la sob um ponto de vista específico etc. Por essa razão, atributos como falso e verdadeiro, belo ou feio, justo ou injusto, ou seja, as “categorias de avaliação ideológica”, nos termos do autor, são aplicáveis a qualquer signo, portanto “o campo ideológico coincide com o campo dos signos. *Eles podem ser igualados*” (p. 93, itálicos nossos).

Se cada âmbito da criação ideológica retrata a realidade a seu modo, por exemplo, por representações científicas ou religiosas, o caráter sígnico é comum a todas as concepções. Para Volóchinov (2017: 98), é “o caráter sígnico” o “traço comum a todos os fenômenos ideológicos”, ideia complementada pela sua máxima de que “onde há signo há também ideologia. Tudo que é ideológico possui significação sígnica”. Grillo e Vólkova Américo (2017: 366), no verbete “*signo* ou *signo ideológico*” do glossário da obra de Volóchinov, salientam que o signo existe somente em um sistema ideológico coletivo, que ele surge da interação social de indivíduos organizados e que ele é a “realidade material da ideologia”.

Volóchinov (2017: 101) entende que, entre os mais diversos signos, a

palavra é privilegiada. Ele a compreende como o fenômeno ideológico por excelência e, portanto, como o “médium mais apurado e sensível da comunicação social”, cujas características, a seguir enumeradas, a tornam elemento determinante para a análise na ciência das ideologias:

- (1) sua “pureza sígnica”, pois “sua realidade é integralmente absorvida na sua função de signo”;
- (2) seu caráter ideológico neutro, pois pode assumir qualquer função ideológica, seja artística, científica, filosófica etc.
- (3) sua “participação na comunicação cotidiana”, terreno importante e rico em conteúdo analítico, por se relacionar com vários âmbitos ideológicos já formados;
- (4) sua “capacidade de ser palavra interior”, em outros termos, “medium predominante da consciência individual”, traço que será essencial para sua análise da consciência e, por fim,
- (5) sua “presença obrigatória como fenômeno concomitante em qualquer ato ideológico consciente” ou, em outros termos, seu caráter de acompanhar todo fenômeno ideológico comentando-o e dando-lhe sentido, pois todos os signos ideológicos são envolvidos pelo universo verbal e não podem ser isolados dele por completo.

Volóchinov (2017: 101) destaca em seguida que, apesar de ser o *medium* mais adequado à avaliação ideológica, a palavra, que acompanha todo signo ideológico, não pode substituí-lo. Segundo Grillo e Vólkova Américo (2017: 364), no sistema de Volóchinov, *palavra* equivale a *signo verbal*, logo, conclui-se que ela não pode substituir signos não verbais, como imagens, gestos etc.

Mais adiante, no momento em que discute a relação entre a filosofia da linguagem e a psicologia, já rapidamente abordado por nós neste item, Volóchinov (2017: 132, 136) elucida a relação do signo com o enunciado, quando define o último como forma da “expressão sígnica exterior”. Ele explica que o enunciado pode se orientar em duas direções, perante o sujeito ou perante a ideologia, sendo que a primeira, chamada por ele de “discurso interior”, só pode ser esclarecida com base na “revelação das formas dos enunciados integrais”, ou seja, pela segunda, portanto, é preciso uma compreensão “puramente ideológica e objetiva” do enunciado. Essa postura está de acordo com o monismo

materialista de Volóchinov, segundo o qual a realidade objetiva é o momento determinante em sua relação com a consciência.

Referindo ao enunciado de modo mais descritivo, Volóchinov (2017: 107-8) afirma que se trata de um fenômeno multiforme incluso em todos os tipos de criação ideológica. Segundo o autor, os enunciados estão estritamente condicionados pelas condições presentes na “situação social concreta” em que ele acontece, exemplificando: “conversas dos bastidores, a troca de opiniões no teatro, no concerto e em todo tipo de reuniões públicas, conversas informais e eventuais”, entre muitas outras. Determinado pelas formas da interação social, o enunciado não é outra coisa senão a materialização de suas formas de expressão verbal, de modo que suas “mudanças e alterações” vem a ser realizadas na sua expressão mais estável em “produtos ideológicos acabados”.

Grillo e Vólkova Américo (2017: 357-8) resumem a concepção de Volóchinov sobre o enunciado como “elo na cadeia da comunicação discursiva”, “indissociável das diversas esferas ideológicas”, que se caracteriza por sempre responder a algo e “orientar-se para uma resposta” e, por isso, sua análise não se bastaria às formas linguísticas habituais e sistemáticas, pois elas acabariam por torná-lo uma abstração de sua forma linguística, característica essa que o autor soviético denomina “objetivismo abstrato”.

Passemos agora a Medviédev. Na obra *O método formal nos estudos literários* (1928, doravante OMF), Medviédev (2016: 183) afirma, em raciocínio análogo àquele que se encontra em Volóchinov, que um dos erros fundamentais da teoria linguística a que denomina formalista, com a qual pretende explicitamente polemizar, é “abstrair-se [...] das formas concretas do enunciado”. Segundo o autor, a ligação entre o sentido e o signo de uma palavra depende do enunciado concreto, sem o qual ela se torna uma “palavra de dicionário”, um artefato “arbitrário e técnico”, um “signo convencional”, cuja ligação com o significado é rompida e só pode ser recuperada por meio de uma “ligação mecânica” ou “por meio da associação”.

Essa ligação mecânica ou associação não ocorre quando o que é levado em consideração é o enunciado concreto, pois ele é “um ato social”, que leva consigo “um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual” que é, ao

mesmo tempo, a “parte da realidade material” que “organiza a comunicação”. A sua relação com a comunicação social parte do fato de que o enunciado concreto é sempre voltado para “uma reação de resposta”, que ele “reage sobre algo”, sendo assim “inseparável do acontecimento da comunicação”. A condição específica do enunciado concreto como fenômeno social consiste em que ele é “um fenômeno histórico”, cuja realidade não é mais aquela de “um corpo físico”, pois passou de “uma realidade natural” para “a categoria de uma realidade histórica”. Dessa forma, o enunciado não é “um corpo ou um processo físico”, mas um acontecimento de envergadura histórica, nem que nela ele seja “infinitamente pequeno”. Em suma, o enunciado possui um sentido “histórico e social”, cuja realização se passa “em dadas circunstâncias, em dado momento histórico, nas condições de dada situação social” (MEDVIÉDEV, 2016: 183).

Dessa forma, o sentido de um enunciado, ainda segundo Medviédev (2016: 184), “é inteiramente determinado pelo conjunto das condições histórico-sociais e pela situação concreta desse enunciado individual”. Buscando esclarecer a relação entre o sentido do enunciado e o ato de se enunciar, o autor considera que “entre o ato e a situação concreta histórico-social” se estabelece “uma ligação histórica, orgânica e atual”. De uma enormidade de objetos e significados possíveis para um grupo social, é justamente no enunciado que “um significado determinado” e “um objeto determinado” entraram “no horizonte das pessoas que falam ou que se comunicam de modo ideológico nesse momento e nesse lugar”.

Num raciocínio mais uma vez análogo àquele de seus colegas de Círculo, o autor afirma que, caso se afaste “o enunciado da comunicação social”, ele será transformado num objeto que perde “a união orgânica” de todos os seus aspectos enumerados anteriormente. Essa forma de ligação orgânica entre o sentido e o signo não pode ser fixada em formas idênticas para, assim, serem transmitidas ou, em seus termos, “não pode gramaticalizar-se”, mas ela pode ser “destruída e recriada”, dessa vez “em novas formas, nas condições de um novo enunciado”. Por essa razão, complementa Medviédev (2016: 185): “entender um enunciado significa entendê-lo no contexto de sua contemporaneidade e da nossa (caso elas não coincidam)”, para o que é necessário “compreender o sentido no enunciado, o conteúdo do ato e a realidade histórica do ato em sua união concreta e interna”.

Sugerida a proximidade da categorização do conceito de enunciado em Medviédev, Volóchinov e Bakhtin, cremos agora poder passar à busca de uma síntese que situe em termos gerais a questão.

Segundo Costa (2014: 107), em trabalho no qual é debatida a questão da ideologia nas obras do Círculo, as noções fundamentais sobre a comunicação discursiva desenvolvidas nas obras de Volóchinov e Medviédev são adotadas por Bakhtin a partir de 1929 – portanto, em OGD – o que revela “uma concepção de linguagem de fundo comum” na obra dos três autores. O autor brasileiro (2014: 108-9) salienta que, embora a assimilação do conceito de ideologia e por conseguinte da concepção de linguagem dos dois autores incorra em Bakhtin por “um trajeto específico” – fato já mencionado de passagem no início de nossa discussão sobre a questão do enunciado –, sua produção intelectual a partir da data mencionada se orienta para o âmbito desenvolvido anteriormente por seus colegas, a partir do qual são “agregados novos desenvolvimentos”.

Comparando as obras do Círculo nos anos 1920 e as obras tardias de Bakhtin dos anos 1950, Costa (2014: 187) destaca que ambas são constituídas tendo como núcleo as relações sociais no processo de comunicação verbal: “tanto a criação estética quanto a atividade linguística são inerentemente constituídas por relações sociais, e portanto, atravessadas por julgamentos, valorações e tensionamentos da realidade histórico-social” (COSTA, 2014: 108). Seria, portanto, o “método sociológico” que se encontra no subtítulo do livro de Volóchinov que indica o mais fundamental na abordagem comum aos autores do Círculo. E, apesar de uma ou outra diferença terminológica, a proximidade das formulações teóricas de Bakhtin em OGD e àquelas feitas anteriormente por Volóchinov em MFL e por Medviédev em OMF é, nos termos de Costa (2014: 189), “patente”. Ele elabora uma tabela em que os termos utilizados por Volóchinov e Medviédev são seguidos de seus equivalentes utilizados por Bakhtin: “Comunicação social/ Comunicação dialógica; Interação social, interação verbal/ interação dialógica; Ângulo sociológico/ ângulo dialógico” etc.

No que concerne mais exatamente à discussão sobre enunciado nessas que estão entre as principais obras do Círculo, o aspecto mais relevante no que diz respeito às similaridades entre as posições dos autores, como levantadas por

Costa (2014: 108), consiste na sua noção de linguagem ter como momento fundamental sua concepção comum a respeito do enunciado, correspondência que já foi por nós anunciada.

Para expor uma visão geral da questão, começamos por recapitular as determinações do enunciado segundo os autores, as quais, mesmo não sendo idênticas e com alguma diferença terminológica, são ao menos não-excludentes:

– em Bakhtin, o enunciado é (1) o modo como o emprego da língua efetua-se; (2) unidade real da comunicação discursiva; (3) concreto e único; determinado pela (i) exauribilidade semântico-objetiva marcada por sua conclusibilidade específica, a possibilidade de se responder a ele, pela (ii) vontade de discurso do falante e, sobretudo, pelas (iii) formas típicas de composição do gênero;

– em Volóchinov, é a (1) manifestação e interação por meio de signos na linguagem verbal, em que eles são a realidade material da ideologia e traço comum a todos os fenômenos ideológicos, sendo, portanto, o âmbito ideológico e o dos signos equivalentes; é a (2) expressão sígnica exterior, forma objetiva material do signo verbal, condicionado pelas condições da “situação social concreta” em que se realiza; são os (3) produtos ideológicos acabados, ou formas ideológicas, sua expressão mais estável; é (4) o elo na cadeia da comunicação discursiva indissociável das diversas esferas ideológicas;

– em Medviédev, é um (1) “acontecimento da história”, realizado (2) “em determinada época e com determinadas condições sociais”, um (3) “ato social”, que contém (4) “um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual”, é a (5) “parte da realidade material” que “organiza a comunicação”, (6) sempre voltado para “uma reação de resposta”, que “reage sobre algo”, é (7) “inseparável do acontecimento da comunicação” e (8) “um fenômeno histórico” que estabelece “uma ligação histórica, orgânica e atual” entre “o ato [do enunciar] e a situação concreta histórico-social” e entre o sentido e o signo.

Dada nossa consideração metodológica salientada anteriormente, o levantamento das determinações do enunciado deveria esclarecer o fenômeno em sua maior concretude. Costa (2014: 108) sintetiza a posição dos autores como se segue: “a comunicação discursiva na sociedade se realiza por meio de

unidades (os enunciados), cujas propriedades ultrapassam a dimensão puramente linguística”. Vemos um exemplo dessa concepção no texto *A construção da enunciação* (1930, doravante ACE), no qual Volóchinov (2013a: 171) busca conceituar o enunciado e suas partes com a afirmação de que “cada enunciação”⁶ é composta por “duas partes: uma *verbal* e outra *não verbal*”. Tendo agora uma definição geral, vejamos cada uma dessas partes em maior detalhe, tendo como referência uma série de ensaios publicados por Volóchinov no ano de 1930 e a já citada obra magna de Medviédev, na qual são descritos os elementos constitutivos do enunciado e da qual extraímos as categorias utilizadas para a análise de nosso *corpus*.

1.4.1. Situação e Auditório

Segundo Volóchinov em ACE (2013b: 159, 188), em “cada enunciação da vida cotidiana” se compreende, “além da parte expressa”, isto é, da materialidade linguística do enunciado, “uma parte extraverbal não expressa, mas subentendida”, sem a qual “não é possível entender a própria enunciação”. Isso se deve ao fato de que a “peculiaridade linguística” do discurso é “determinada totalmente pelos elementos sociais” que estão fora do âmbito material do enunciado. Volóchinov propõe denominar esses elementos de “a *situação* e o *auditório* da enunciação”.

No texto *A palavra e suas funções sociais* (1930, doravante PFS), o autor defende que “o conjunto todo das condições de uma dada situação histórica e de um dado auditório” são elementos que determinam “toda a construção da enunciação”. Em resumo, esses dois fatores são os responsáveis pela “passagem da linguagem anterior a uma expressão externa a qual é parte integrante de uma situação da vida”, mas que, no entanto, permanecem não expressos objetivamente no enunciado, estão presentes de modo subentendido, e que se completam “por meio de uma ação, de um ato ou de uma resposta verbal dos

⁶ Bezerra (2016: 11) afirma que Bakhtin e/ou Volóchinov “não faz[em] distinção entre enunciação e enunciado” e utilizam o mesmo termo em russo para aquilo que “aparece traduzido para o português como ‘enunciado’ e ‘enunciação’”.

outros participantes da enunciação” (VOLÓCHINOV, 2013b: 189).

Ainda no texto ACE, Volóchinov (2013a: 150) descreve a *situação* que determina o enunciado: “chamaremos *situação* à circunstância de um acontecimento dado”. Uma nota à edição brasileira informa que o conceito “indica circunstância, a condição em que algo ocorre”. Essa circunstância, ainda segundo o autor, “não é senão a *efetiva realização na vida real de uma das formas, de uma das variedades, do intercâmbio comunicativo social*”, a forma pela qual a linguagem verbal se realiza como enunciado (ou enunciação).

Dessa forma, “cada enunciação” dispõe de “um significado, um conteúdo”, pois do contrário “a enunciação se tornaria um encadeamento de sons sem sentido e perderia seu caráter de interação verbal”. A “enunciação efetiva, real, tem um *significado* determinado”, singular e único, o qual nem sempre pode ser imediatamente fixado, pois não se pode compreendê-lo “se não se conhecem todas as condições nas quais ela [a enunciação] foi pronunciada”, ou seja, se não se conhece a *situação* na qual o enunciado ocorreu. Assim, “em condições distintas, em situações distintas, essa enunciação terá também significados distintos” e, por essa razão, “quase todas as palavras de nossa língua podem ter significados distintos segundo o sentido geral de toda enunciação” (VOLÓCHINOV, 2013a: 170-1, 173).

Dizemos, então, que o sentido geral da enunciação “depende tanto da situação imediata” que a gerou “como de todas as causas e condições gerais mais remotas daquele intercâmbio comunicativo verbal específico”. Assim, “se os falantes não tivessem unidos por essa situação” no momento em que ocorre a criação do enunciado, “se não tivessem uma compreensão comum do que está ocorrendo e uma clara atitude a esse respeito, suas palavras seriam incompreensíveis, insensatas, inúteis”. Todavia, devido a esse elemento “subentendido”, a *situação*, é possível ser realizada a “comunicação verbal, sua interação verbal”. Em suma, “a *diferença das situações é que determina a diferença dos sentidos* de uma mesma expressão verbal” (VOLÓCHINOV, 2013a: 171-2).

Visando englobar os elementos extralinguísticos determinantes do enunciado, Volóchinov (2013a: 159-60) acrescenta um elemento fundamental ao

seu conceito de *situação*. Ele afirma que, em “qualquer situação da vida que se organize numa enunciação”, tem-se como pressuposto “inevitavelmente protagonistas, os falantes”, que são o “*auditório da enunciação*”, que ele denomina como a “*presença dos participantes da situação*”. Para esclarecer como esse elemento extraverbal compõe a situação e fundamenta o enunciado, no texto PFS, Volóchinov (2013b: 168-9) se refere àquilo que chama de *orientação social* da enunciação, que ele define como “a dependência da enunciação do peso socio-hierárquico do auditório, isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, da sua condição econômica, profissional, posição no serviço”. Essa orientação está “sempre presente em qualquer enunciação do homem”, pois ela é “uma das forças vivas organizadoras” do enunciado que constitui “não só a forma estilística, mas também a estrutura puramente gramatical da enunciação”.

Nessa orientação se encontra o “reflexo do auditório da enunciação”, o qual pode ser “presente ou pressuposto”, tendo em vista que o auditório não precisa estar fisicamente presente no momento do ato enunciativo e pode ser simplesmente presumido pelo enunciador. Como explica o autor, sem o auditório “não teria nascido, nem teria podido nascer nenhum ato de comunicação verbal”. Para exemplificar a orientação social da enunciação e o reflexo do auditório na comunicação verbal, ele dá o exemplo daquilo a que se refere como “maus-modos”, que se “devem ao fato de não levar em conta o próprio interlocutor, por ignorar um vínculo sócio-hierárquico que existe entre falante e ouvinte”, ou seja, indicam que não foi alterada a orientação social da enunciação – pela palavra ou pelo gesto – quando mudou o auditório. Com isso se conclui que “a orientação social da enunciação tem um papel decisivo para a construção da estrutura” da enunciação (VOLÓCHINOV, 2013b:169,189-90).

Em resumo, segundo Volóchinov, (2013a: 172), “a segunda parte da enunciação”, a parte extraverbal, que compreende a situação e o auditório, é aquela que “determina o significado da primeira parte, a verbal”. Assim, compreendemos afirmações como “a situação e o auditório” são os elementos que “determinam sobretudo a orientação social da enunciação, e, finalmente, o próprio tema da conversação”, assim como “a situação e o auditório correspondentes determinam precisamente a entonação” (VOLÓCHINOV, 2013a: 180, 174-5). Partindo disso, o autor soviético lista os três elementos

“subentendidos da parte não verbal” do enunciado, que são “o *espaço e o tempo* em que ocorre a enunciação – o ‘onde’ e o ‘quando’; o objeto ou *tema* de que se trata a enunciação - ‘aquilo de que’ se fala; e a *atitude* dos falantes em relação ao que ocorre – ‘a valoração’”.

Tomando como exemplo as análises de Volóchinov (2013a: 173-188, 2013b: 201-212), o primeiro fator, *o onde e o quando*, a *situação* ela mesma, da qual, como vimos, decorre o *auditório*, presente ou pressuposto, constitui a contextualização dos enunciados, que envolve uma breve macrodescrição do contexto histórico e dos acontecimentos singulares em torno dos quais eles foram enunciados. Essa é a primeira parte de nossa análise, que contempla também a análise dos participantes dessa situação, que são seu auditório.

Dito isso, tratemos agora das outras categorias: o *tema* e a *valoração*, para em seguida nos ocuparmos da categoria que determina a materialidade linguística do enunciado, a *entonação*.

1.4.2 Tema e valoração

Em PFS, Volóchinov (2013b: 197) afirma que “na comunicação social viva” não é avaliada “a palavra como som articulado” ou mesmo como “objeto de estudo gramatical”; o que se tem em conta é “o significado, o conteúdo, o tema”. Ainda nesse texto, ele se refere à enunciação como totalidade, como uma “enunciação tematicamente concluída” (VOLÓCHINOV, 2013b: 191). Complementando a ideia exposta em PFS, em MFL, Volóchinov (2017: 227-8) explica que o tema é “o sentido da totalidade do enunciado”, que deve ser único, pois do contrário não seria possível tratar do enunciado como unidade de sentido, logo, ambos devem ser compreendidos “como uma totalidade”.

Dessa forma, o tema é igualmente tão individual e irrepitível como o enunciado, pois expressa a “situação histórica concreta” que possibilitou a existência do enunciado e, por essa razão, não é definido, como vimos, pelas “formas linguísticas que o constituem” dentro do enunciado, mas pelos “aspectos

extraverbais da situação”, sem a qual o enunciado singular seria incompreensível, por isso o “enunciado só possui um tema ao ser considerado um fenômeno histórico em toda sua plenitude concreta” (VOLÓCHINOV, 2017: 227-8).

Ao que concerne à origem dos elementos extraverbais que determinam o tema, Volóchinov afirma, em MFL (2017: 110), que “em cada etapa do desenvolvimento social existe um conjunto específico e limitado de objetos” que ganham atenção da sociedade e, por essa razão, passam a ter forma sígnica. Para que um objeto da realidade “provoque uma reação ideológica sígnica”, seu conteúdo deve estar relacionado às premissas essenciais da existência de um grupo, deve ser advindo de suas “bases de existência material” (VOLÓCHINOV, 2017: 110). Por essa razão, “uma mesma palavra nos lábios de pessoas de classes distintas reflete também pontos de vista distintos” e, além disso, “mostra relações diferentes com a mesma realidade, com o mesmo fragmento de realidade que constitui o tema daquela palavra” (VOLÓCHINOV, 2017: 197).

Para tratar da categoria de *tema*, consideremos igualmente o trabalho do teórico da literatura e colega de Círculo que, na obra OMF, também trata da questão em detalhe. Sobre o conceito, Medviédev (2016: 196-7) afirma que “é impossível construir a unidade temática de uma obra como se ela fosse uma combinação dos significados de suas palavras e de suas orações isoladas”, pois “o tema não se forma, em absoluto, desses significados”, o que está em concordância, como vimos, com as afirmações de Volóchinov. O tema “constitui-se somente com sua ajuda”, isto é, com a ajuda dos elementos linguísticos materiais do enunciado, “assim como com a ajuda de todos os elementos semânticos da língua, sem exceção”, pois “dominamos o tema com a ajuda da língua, mas não devemos incluí-lo na língua, como se fosse um elemento dela”.

Dessa forma, “o tema transcende sempre a língua”, pois diz respeito ao “todo do enunciado como apresentação discursiva”; assim, o que determina o tema “é justamente esse todo e suas formas, irredutíveis a quaisquer formas linguísticas”. Em resumo, “o tema de uma obra é o tema do todo do enunciado considerado como determinado ato histórico” e, por essa razão, “é inseparável tanto do todo da situação do enunciado quanto dos elementos linguísticos” da mesma maneira que a unidade temática do enunciado é, por sua vez,

“inseparável de sua orientação original na realidade circundante, isto é, inseparável das circunstâncias espaciais e temporais” em que a comunicação verbal ocorre (MÉDVIÉDEV, 2016:196-7).

Ademais, o enunciado não pode ser resumido a um tema “no sentido objetivo, conteudístico” do enunciado, conforme afirma Volóchinov, em MFL (2017: 223, 235-7), mas também comporta uma *valoração*⁷, pois “todos os conteúdos objetivos” que existem são determinados por alguma “ênfase valorativa”. Não considerar esse aspecto levaria a um tipo de compreensão passiva, na qual o enunciado parece não conter nenhuma avaliação social, sendo assim transformado em uma abstração hipostática, universal e igual a si mesma. Por essa razão, o autor reafirma que “não há enunciado sem avaliação”, pois todo enunciado carrega consigo necessariamente “uma orientação avaliativa”. Essa valoração é definida na maioria das vezes pela “situação social mais próxima”, entendida a situação também num sentido amplo, como que apoiada “num vasto auditório social”. Por isso a avaliação e a entonação que a acompanha “não precisam de nenhuma referência concreta” na materialidade linguística do enunciado, isto é, a avaliação pode ter “uma significação totalmente independente de sua composição semântica” no enunciado.

Em PFS, Volóchinov, (2013b: 172, 196, 199) explica que “a enunciação não reflete passivamente a situação”, mas “representa sua solução, torna-se sua conclusão valorativa”. Assim, nos enunciados, “as palavras do falante estão sempre embebidas de opiniões, ideias, avaliações que, em última análise, são inevitavelmente condicionadas pelas *relações de classe*” e, por isso, “qualquer palavra dita ou pensada não é somente um ponto de vista, mas um ponto de vista *avaliativo*”, pois é “somente graças a essa refração das opiniões, avaliações e pontos de vista que o signo é móvel e é capaz de desenvolvimento”. Em síntese, “em um enunciado vivo, cada elemento não só significa, mas também avalia” (VOLÓCHINOV, 2017: 236).

Medviédev (2016: 184), em OMF, também se ocupa largamente da

⁷ Pelo contexto, pela construção conceitual e pela proximidade semântica entre as palavras e expressões nas traduções em língua portuguesa, entendemos neste trabalho que as expressões traduzidas como “ênfase valorativa” ou “avaliação social” em MFL e em OMF correspondem ao termo “valoração” na tradução de *A construção da enunciação e outros ensaios*, livro do qual tomamos os ensaios de Volóchinov citados neste trabalho.

valoração. Para ele, a valoração é “justamente essa atualidade histórica que reúne a presença singular de um enunciado com a abrangência e a plenitude do seu sentido”, isto é, trata-se do elemento que “individualiza e concretiza o sentido e compreende a presença sonora da palavra aqui e agora”. Em suma, ela “atualiza o enunciado tanto no sentido da sua presença factual quanto no seu significado semântico” e é fundamental para a constituição linguística do enunciado, uma vez que “determina a escolha do objeto, da palavra, da forma e a sua combinação individual no limite do enunciado” e determina, ainda, “a escolha do conteúdo e forma, bem como a ligação entre eles”.

Vejamos como o autor sintetiza a avaliação:

Existem avaliações mais estáveis e profundas que são determinadas pela situação econômica de uma classe em dada época de sua existência. É como se formulassem, nessas avaliações, as grandes tarefas históricas de uma época inteira da vida de um dado grupo social. Outras avaliações estão relacionadas aos fenômenos mais próximos e de curta duração da vida social e, finalmente, como o tema do dia, da hora, do instante. Todas essas avaliações penetram-se mutuamente e estão ligadas de forma dialética. A tarefa da época transforma-se em uma tarefa de cada dia ou até de uma hora. A avaliação social reúne a minuta da época e o assunto do dia com a tarefa da história. Ela determina a fisionomia histórica de cada feito e de cada enunciado, sua fisionomia de indivíduo, de classe e de época (MEDVIÉDEV, 2016: 185)

Ao que concerne à relação entre tema e valoração, o enunciado comporta uma síntese multideterminada de ambos, indivisíveis e, por essa razão, decidimos tratá-los em conjunto na análise dos enunciados neste trabalho. A fim de esclarecer essa relação entre os dois elementos, Volóchinov (2017: 237) afirmou que “a significação objetual [referente ao tema] é formada pela avaliação, pois é ela que determina a inserção dessa significação objetual tanto no horizonte mais próximo quanto no mais amplo dos falantes desse grupo social”, pois a “formação de sentido da língua sempre está relacionada com a formação do horizonte valorativo do grupo social”. Ainda sobre a relação entre tema e valoração no interior do enunciado, o autor defende que a “avaliação social é necessária justamente para compreender a formação histórica do tema e das significações que o realizam”.

A diferenciação entre a situação supralinguística que determina o tema e a

valoração e os aspectos linguísticos comportados pelo enunciado levou Volóchinov (2017: 228-9) a se referir a esses elementos materiais que são “repetíveis e idênticos a si mesmos em todas as ocorrências” e que estão necessariamente dentro de cada enunciado embora não se confundam com ele, sendo somente seu “artefato técnico de realização”, embora “parte inseparável e necessária do enunciado”. Se, por um lado, o tema e a valoração são fundamentalmente indivisíveis, por outro, os elementos materiais do enunciado podem ser fracionados em conformidade com os elementos linguísticos, que podem ser “as significações das palavras, das formas da sua ligação morfológica e sintática, da entonação interrogativa” etc. Esses elementos empíricos do enunciado, que são o suporte material para a realização do tema e da valoração, são denominados *entonação*.

1.4.3 Entonação

Como “fora de uma expressão material, não existe enunciação”, Volóchinov em PFS (2013b: 174-5), para se referir aos elementos linguísticos materiais do enunciado, introduz a categoria de *entonação*. É por meio do suporte empírico da entonação que os elementos extralinguísticos “realizam a seleção de palavras e sua disposição, dando sentido à enunciação toda”. O autor busca explicar como os fatores extraverbais determinam a materialidade da enunciação marcada pela entonação, que “é a *expressão sonora da valorização social*” e “o condutor mais dúctil, mais sensível, das relações sociais existentes entre os falantes de uma dada situação”.

Para explicar de que partes materiais o enunciado é composto, Volóchinov (2013b: 174, 176-7) cita o que chama de “elementos fundamentais” internos à entonação, que são “o som expressivo da palavra” e “também a seleção das palavras e finalmente sua disposição no interior da enunciação”. Além de reafirmar sua determinação extraverbal, reiterando que “a entonação é, sobretudo, a expressão da valoração da situação e do auditório”, ele considera que “cada entonação necessita de palavras que lhe sejam correspondentes”.

Assim, “a mudança de auditório” leva a uma “distinta orientação social da enunciação”, que se reflete “na entonação” e também “na seleção e na disposição das palavras na frase”. Concluímos, dessa forma, que a entonação determina a seleção e a disposição das palavras no interior da enunciação ou, em suma, é o conjunto da “peculiaridade linguística da enunciação”. Por essa razão, a análise dos enunciados neste estudo é realizada tendo como referência a categoria da entonação conjuntamente aos elementos que dela se compõe, como a seleção e disposição das palavras no interior de cada frase.

Por fim, reiteramos que “a ideologia de classe entra para o interior” da enunciação “por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras”, sendo, dessa forma, o elemento ao qual se deve a análise linguística da teoria da linguagem reivindicada por Volóchinov (2013b: 188-90, 199) que tem como centro a luta de classes. É “com sua entonação insinuante e bajuladora, com a seleção particular de palavras” que a entonação determina o estilo linguístico do texto, colocando em evidência os conflitos de classe pressupostos nas categorias extralinguísticas que se fazem ver no enunciado por meio dela.

Desse modo, explica o autor, “toda realidade objetiva, todo o ser do homem e da natureza não só se refletem no signo, como são por eles refratados” e essa refração da realidade “é determinada pelo entrecruzamento de interesses sociais orientados de maneira diferentes no âmbito de uma comunidade semântica, ou seja, pela luta de classes”.

Vejamos essa questão como foi resumida pelo próprio autor:

A realidade objetiva histórica e natural torna-se tema de nossas palavras enquanto signos ideológicos. A palavra, como qualquer signo ideológico, não reflete simplesmente a realidade, mas a interpreta no intercâmbio comunicativo social vivo, na interação verbal viva. Isto ocorre porque as relações de classe refratando-se nas palavras impõem-lhe certo sombreamento do significado incluindo nela certo ponto de vista e dando-lhe certa avaliação. Com isso as relações de classe entram na enunciação inteira como um fator, uma força objetiva com influência determinante sobre sua estrutura estilística (VOLÓCHINOV, 2013b: 200)

No próximo capítulo discutimos os conceitos de “*impeachment*” e “golpe”, a que os enunciados se referem, procurando explicitar ao mesmo tempo tanto seu conteúdo/ tema quanto a avaliação/ valoração que é feita da crise política quando optam pelo uso de um ou de outro desses dois signos ideológicos em seu discurso.

Também analisamos a materialidade linguística do discurso. Iniciamos com a apresentação da forma como foi constituído o *corpus* para, adiante, por meio da categoria de *entonação*, a qual inclui elementos como a seleção e disposição das palavras em cada frase, mostrar como esses elementos extralinguísticos aparecem dentro dos enunciados.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Conforme adiantado na introdução e em nosso trajeto de exposição categorial, a apresentação de nossa análise faz o percurso descrito a seguir.

Primeiramente, introduzimos o objeto de disputa dos discursos, a crise política de 2016, a **situação** na qual ocorrem os enunciados e, a partir disso, enfocamos seu **auditório**, isto é, o sujeito social ao qual os enunciados eram destinados.

Em outras palavras, para tratar da situação, o *onde* e o *quando* dos enunciados, iniciamos com uma rápida apresentação do contexto histórico e dos principais acontecimentos contemporâneos ao impedimento, em torno do qual os enunciados estavam em disputa. Já para lidar com a categoria auditório, é realizada uma breve descrição dos sujeitos sociais envolvidos na situação.

Em seguida, selecionamos os **temas** referentes ao *discurso do impeachment* e ao *discurso do golpe*, o que comporta uma breve recapitulação histórica e conceitual dos signos ideológicos que foram escolhidos em cada discurso para serem seu objeto e, depois, a **valoração** que podemos deduzir de tal escolha, isto é, procuramos explicitar ao mesmo tempo tanto seu conteúdo/tema quanto a avaliação/ valoração que é feita da crise política quando optam pelo uso de um ou de outro desses dois signos ideológicos em seu discurso.

Examinamos, posteriormente, a **entonação** de cada discurso, a qual, como vimos, envolve seus elementos linguísticos materiais, como a disposição e seleção de palavras, que será operada de maneira descritiva e analítica e inclui uma descrição do *corpus*. Ao fim da análise de cada discurso, faremos um breve levantamento dos resultados alcançados.

Partimos agora para o primeiro movimento, que concerne à situação e ao auditório dos enunciados.

2.1. SITUAÇÃO E AUDITÓRIO

Tendo em vista que se trata do objeto comum aos discursos, e também com o intuito de situar o leitor, iniciamos a investigação apresentando a *situação* dos enunciados, isto é, o fenômeno histórico cuja caracterização está em disputa: o processo político que levou à destituição de seu cargo a então Presidenta do Brasil Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Preliminarmente, fazemos uma breve descrição do ocorrido tal como foi sublinhado por analistas que se ocuparam do assunto para, em seguida, apresentar uma cronologia dos principais acontecimentos do processo.

Para a economista Leda Paulani (2017: 59-60), o contexto socioeconômico da destituição do mandato da presidenta Dilma é marcado por uma contradição advinda da simultaneidade entre uma “agenda liberal” na economia, por um lado, e “políticas sociais de alto impacto” que afetaram diretamente a vida de milhões de pessoas, por outro. Essa política econômica liberalista seguida pelo governo petista seria a continuidade herdada da implementação do Plano Real em 1994 pelo então candidato e posterior Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que à ocasião mantivera a estabilidade monetária nacional em contraste com a política inflacionária do governo anterior. Tais resultados teriam sido possíveis por meio de uma direção econômica que visava “beneficiar o capital financeiro” com “um agressivo programa de privatizações”, cujo resultado foi o “prejuízo da prestação de serviços públicos”. Essa política teria prejudicado em níveis alarmantes a grande maioria das massas populares, elevando a taxa de pobreza absoluta e da fome no país.

Foi em meio à grande rejeição popular a esse tipo de administração pública que, em 2002, o primeiro governo do PT, encabeçado por Lula, assumiu a Presidência da República. Embora mantendo a agenda liberal na política monetária, o novo governo bloquearia a maior parte das privatizações e, por essa razão, teria conseguido implementar políticas sociais cujo apoio advinha de sua base popular.

Entre essas ações, Paulani (2017: 61) enumera:

(1) acesso à educação superior por pessoas de baixa renda e construção

de mais de uma dezena de novas escolas técnicas e universidades espalhadas pelo país;

- (2) ações contra a seca no Nordeste;
- (3) subsídio à criação de moradias populares;
- (4) acesso à energia elétrica por mais de 3 milhões de pessoas;
- (5) cotas para minorias, como negros, pardos e indígenas em diversos setores sociais;
- (6) elevação de direitos de categorias de trabalhadores de baixa renda, como das empregadas domésticas.

Tais programas teriam assegurado a redução da pobreza de maneira relativamente contínua até o advento da crise financeira internacional de 2008. Entre os resultados dessa crise, a autora destaca que o ano de 2015 fechou com grande queda no PIB e “enorme elevação do desemprego”, o que levaria à “conturbação do cenário político”.

Em termos gerais, concorda com Paulani o sociólogo Ruy Braga (2017: 50), o qual acrescenta que, no período dos governos petistas, teria havido um aumento enorme no assalariamento formal no país, precisando que, no entanto, cerca de 97% pagavam apenas até 1,5 salário-mínimo. A concorrência por postos de trabalhos no período de crise econômica que se agravaria no governo Dilma seria uma das causas da “crise orgânica” ocorrida no país. Segundo Braga (2017: 50), a inclusão social resultante dos programas sociais por parte do “proletariado precarizado”, cujo apoio garantiu a vitória da presidenta em 2014, acabou por aumentar a concorrência por empregos normalmente destinados às camadas médias da população, cuja insatisfação tomou a forma de uma “gigantesca onda de protesto, monopolizada por uma pauta política reacionária”.

Para Souza (2016: 87), existiria “uma clara linha de continuidade” entre a série de manifestações ocorridas ainda em 2013, cunhadas *jornadas de julho*, e a destituição da Presidenta da República em 2016, uma vez que até esse momento Dilma desfrutava de sua maior taxa de aprovação. A questão fulcral estaria em se compreender como foi possível que esses primeiros protestos de 2013, focados nas políticas municipais e estaduais, cujas reivindicações eram de caráter popular, desembocariam em 2016 com mobilizações dos setores médios de que fala

Braga (2017), uma outra camada da sociedade, agora canalizada contra o governo federal e com pautas que faziam confronto direto com essas mesmas políticas de inclusão.

Referindo-se às *jornadas*, cujo epicentro foram as mobilizações em São Paulo – capital, Souza (2016) observa que o foco dos protestos capitaneados pelo movimento estudantil chamado Movimento Passe Livre – MPL – era o preço das passagens de ônibus municipais que haviam sido aumentadas. Para o autor, os jovens envolvidos nessa ação, cuja pluralidade e descentralização contemplava tanto elementos advindos das classes médias quanto das baixas, refletiriam o aumento no acesso à educação proporcionado justamente pelos então mais de 10 anos de governos do PT. Apesar de que, como Souza (2016: 87, 90) constata, a categoria estudantil provavelmente portava uma insatisfação maior do que simplesmente o aumento das passagens, pois o setor produtivo da economia não conseguira abarcar a nova quantidade de mão de obra qualificada e o resultado era que “os empregos disponíveis eram precários e de baixa produtividade”.

Passou, então, a interferir um fator exógeno decisivo que “mudou o panorama completamente”. O autor se refere à transformação do teor da cobertura desses atos públicos pela grande mídia brasileira, em especial a Rede Globo, cujo posicionamento Souza (2016: 90-5) analisa detalhadamente. Conforme ele salienta (2016: 92), a partir desse momento, o público das manifestações passaria a mudar radicalmente, tomando a frente “famílias de classe média com perfil de renda alta” (p. 92), as quais teriam a Rede Globo como seu “porta-voz” e passariam a ser denominados o *povo* por dessa mesma pela mídia que há pouco criminalizara os estudantes. Segundo Souza (2016: 96), essa “estratégia de pautar as manifestações e distorcer seu sentido original” viria a ter resultados “extraordinários” no futuro.

Em resumo, segundo o autor, embora protestos de rua datassem de pelo menos junho de 2013, o governo federal não era à ocasião o foco de sua luta, mas sim os governos municipais e estaduais que haviam aprovado medidas antipopulares, como o aumento das passagens do transporte público. No entanto, ao menos a partir desse momento, um novo ator social passa a ter um papel cada vez mais destacado na luta política e ideológica da sociedade. Tratava-se de um

público advindo predominantemente da alta classe média, que não costumava sair às ruas para se manifestar, não era organizado na forma de instituições civis, como movimentos sociais ou partidos, e sua pauta não era libertária, mas reacionária, formada com palavras de ordem vindas da grande mídia, que os aprovava e estimulava, assim como do apoio de outros setores da classe dominante, como partidos conservadores e sindicatos patronais.

Dada essa visão ampla do contexto social dos enunciados, buscamos agora sintetizar o sujeito social que participa da comunicação social de cada discurso ou, nos termos de Volóchinov, o *auditório* de cada discurso. Conforme mencionamos na introdução, a sociedade brasileira à época da crise estava dividida em torno da questão do apoio ou da rejeição ao referido processo político, conforme apontam estudiosos como Souza (2016: 51), por exemplo, que afirma: “O Brasil se dividiu ao meio” desde a ascensão dos governos do PT. Dessa forma, é razoável deduzir, como uma definição geral, que o *discurso do impeachment* tinha como base social e, portanto, como *auditório*, a camada da população que aprovava o processo, enquanto o *discurso do golpe* tinha como base social e, portanto, como *auditório* aqueles que a ele se opunham.

No entanto, essa afirmação não basta: é necessário considerar a divisão social de classes na sociedade brasileira. Souza (2016: 46, 103) resume a questão como segue: “A partir de 2006, um claro recorte de classes dividiu o voto e as opiniões dos brasileiros em duas fatias: a classe média votava nos partidos da elite, e as classes populares, mais numerosas, votavam no PT”. Para ele, a base social do *discurso do impeachment* adveio da cooptação de parcela da classe média por parte da burguesia para se opor ao governo Dilma, o que teria sido essencial para o sucesso da política do *impeachment* se tornar vitoriosa em 2016.

Ainda segundo Souza (2016), foi a partir da estratégia de cooptação da classe média por parte da burguesia por meio da mídia que foi percebida a especial sensibilidade que essa camada sofria em relação ao mote da *corrupção*. De acordo com o autor (2016: 103), ao contrário da maioria das classes populares, cuja “racionalidade prática” acarretaria numa menor propensão a ser ludibriada por um conceito impreciso e facilmente manipulável, a classe média,

embora se considere refletida e crítica, não participa efetivamente da luta por sua própria sobrevivência, o que faz com que lhe sobre somente a *moralidade* como via de compreensão da realidade.

Vejamos a seguir com maior detalhamento a descrição de Souza a respeito do mecanismo que proporcionou que a classe média construísse uma narrativa em que ela se transforma “no sonho de si mesma”:

Como a complexidade do funcionamento da engrenagem social é muito alta e desafiadora, a perspectiva da moralidade faz possível tornar o mundo compreensível do mesmo modo que as novelas e os filmes de grande bilheteria. O mundo deixa de ser um palco de interesses opacos em disputa para se tornar supostamente transparente; um lugar onde as boas ou más intenções de seus atores se transformam nos pilares do entendimento. Assim, torna-se possível separar o mundo entre bandidos e mocinhos, com base em uma oposição binária e simplista, mas de fácil compreensão, posto que colada nas avaliações práticas que todos realizam no senso comum do dia a dia. A mídia passa a ser a instância que torna esse julgamento e separação entre as pessoas boas e más possível e crível, simplesmente ampliando o horizonte interpretativo das novelas e passando-o à política e à sociedade. (SOUZA, 2016: 102)

A partir disso, concluímos que o auditório composto de setores pró-*impeachment* advinha predominantemente das classes médias assim como da burguesia, as quais refletiam a situação de tal forma similarmente que seus interesses e objetivos pareciam, ao menos dentro de sua perspectiva, os mesmos. Por isso, do mesmo jeito que a burguesia “cria” um movimento que estimulava e divulgava por meio da grande mídia, como se refere Souza, setores de classe média se apropriavam dele. Do mesmo modo, com sua referida “razão prática”, a camada popular foi quem, nas palavras de Souza (2016: 56), “salvou o PT” no início da crise política, “os novos agentes sociais empoderados pelas políticas redistributivas”. Como o *discurso do impeachment* se opõe ao *discurso do golpe*, podemos deduzir sua camada social e, portanto, seu auditório por essa relação de contraste entre ambos.

Vejamos agora, por fim, uma cronologia resumida dos principais acontecimentos da crise, partindo da eleição de Dilma em 2014 e chegando a sua destituição provisória em maio de 2016, que tornar-se-ia definitiva três meses depois (JINKINGS, I. et alii, 2017: 163-168):

26/10/2014: A presidenta Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos.

31/10/2014: O PSDB pede auditoria na eleição presidencial.

18/12/2014: O PSDB pede a cassação da candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral, requerendo a posse de seu candidato, Aécio Neves.

01/01/2015: Dilma é empossada em Brasília.

01/02/2015: Eduardo Cunha (PMDB) é eleito presidente da Câmara dos Deputados.

15/03/2015: Milhões de brasileiros participam de atos contra o governo em cerca de 160 cidades do país.

17/07/2015: O presidente da Câmara anuncia oficialmente o rompimento com o governo.

06/08/2015: O *Datafolha* registra a maior taxa de rejeição à Dilma Rousseff: 71%.

16/08/2015: Todos os estados e o DF recebem protestos contra a presidenta.

02/10/2015: Dilma anuncia reforma ministerial e amplia participação do PMDB no governo.

06/10/2015: O TSE reabre a ação do PSDB para impugnar a candidatura de Dilma e Temer.

07/10/2015: O Tribunal de Contas da União recomenda que o Congresso reprove as contas do governo devido a irregularidades, como as chamadas “pedaladas fiscais”.

21/10/2015: Oposição entrega a Eduardo Cunha o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma, assinado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.

02/12/2015: Cunha autoriza a abertura do processo de *impeachment*.

08/12/2015: A votação secreta e tumultuada da comissão especial do *impeachment* é suspensa pelo ministro Luiz Edson Fachin.

13/12/2015: Novos protestos contra Dilma são deflagrados no país, os menos numerosos desde março.

17/12/2015: O STF estabelece o rito do *impeachment*.

05/01/2016: Cunha rejeita pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer.

01/02/2016: A Câmara recorre contra o rito estabelecido pelo STF.

04/03/2016: Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal durante a 24ª fase da operação Lava Jato.

13/03/2016: Os maiores protestos contra Dilma são registrados em mais de trezentos municípios pelo país.

16/03/2016: O STF recusa o recurso de Cunha quanto ao rito do *impeachment*.

16/03/2016: Dilma anuncia Lula como ministro da Casa Civil.

16/03/2016: O juiz federal Sergio Moro torna pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal no contexto da operação Lava Jato, entre 17 de fevereiro e

16 de março, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16/3, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente. Apesar de amplamente divulgado na imprensa, o áudio não produziu repercussões imediatas na investigação da PF.

17/03/2016: Um juiz de primeira instância concede liminar que suspende a nomeação de Lula, que recorre.

17/03/2016: A Câmara forma a comissão do *impeachment*.

18/03/2016: Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula para a Casa Civil.

28/03/2016: A OAB protocola novo pedido de *impeachment* contra Dilma.

29/03/2016: O PMDB rompe oficialmente com o governo.

30/03/2016: Começam os trabalhos da comissão do *impeachment* na Câmara.

01/04/2016: Dois pedidos de *impeachment* de Michel Temer são protocolados na Câmara.

04/04/2016: Eduardo Cunha rejeita o pedido de *impeachment* do vice-presidente Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes.

05/04/2016: O ministro Marco Aurélio Mello manda Eduardo Cunha aceitar o pedido de *impeachment* do vice-presidente.

06/04/2016: O relator do processo de *impeachment* na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidenta.

11/04/2016: A Comissão Especial do *Impeachment* na Câmara aprova o parecer do relator.

17/04/2016: Com 367 votos, a Câmara aprova a abertura do processo de *impeachment* depois de três dias de sessão.

25/04/2016: É formada a Comissão Especial do *Impeachment* no Senado.

06/05/2016: A Comissão Especial do *Impeachment* no Senado aprova o parecer do relator, favorável à continuação do processo contra a presidenta.

12/05/2016: O Senado decide abrir o processo de *impeachment* e afasta provisoriamente a presidenta Dilma Rousseff.

12/05/2016: No mesmo dia do afastamento da presidenta, Temer anuncia seu ministério.

2.2. TEMA E VALORAÇÃO

Como vimos quando tratamos dos conceitos de *tema* e *avaliação*, em MFL Volóchionov (2013: 197) afirma que “uma mesma palavra nos lábios de pessoas

de classes distintas reflete também pontos de vista distintos”, o que demonstra “relações diferentes com a mesma realidade, com o mesmo fragmento de realidade que constitui o tema daquela palavra”. Assim, a escolha de dois termos de valores antagônicos – “*impeachment*” e “golpe” – para caracterizar o tema de seus discursos indica as diferentes valorações que cada sujeito social faz de um mesmo fenômeno histórico, no caso a crise política de 2016. Em termos volochinovianos, a escolha desses dois signos ideológicos aponta para o reflexo e a refração de duas posições de classe distintas perante um mesmo fragmento de realidade, o tema, e sua valoração por um sujeito social.

Tratemos agora dos conceitos de *impeachment* e golpe, de um ponto de vista conceitual e histórico para encontrar os reflexos e refrações que carregam consigo na cadeia interrompida da comunicação social, os quais devem nos indicar não somente o tema dos discursos, a que eles se referem diretamente, mas também a valoração que cada sujeito faz desse acontecimento histórico.

2.2.1. *Impeachment*: Tema e Valoração

Começemos com a definição de *impeachment*. Segundo o dicionário *online* Priberam (*IMPEACHMENT*, 2008-2013), trata-se de uma palavra de origem inglesa, que nomeia um conceito pertencente à área do Direito e se refere a “ato ou processo legal que pretende a destituição de alguém de um cargo governativo”, sendo sinônimo de “impedimento” em língua portuguesa. É fundamental a indicação de que o conceito se deve à área do Direito: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em vigência desde então, se refere ao *impeachment* em três de seus artigos e em uma lei.

O Artigo 51 (BRASIL, 1988) atribui à Câmara dos Deputados a potência de “autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado”. No Artigo 52, agora em relação ao Senado Federal, lhe compete “processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade”, além de outros cargos públicos, como os “Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”. E, por fim, o Artigo 85 classifica em que condições o *impeachment* pode ocorrer, que são “crimes de responsabilidade

os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal”, os quais se referem especialmente:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais. (BRASIL, 1988)

O mesmo artigo termina com o Parágrafo único em que está registrado que “esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento”.

No que diz respeito à legislação, há a lei 1.079 de 10 de abril de 1950, denominada “lei do *impeachment*”, que autoriza o processo nos artigos que seguem:

Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República (BRASIL, 1950).

Quanto ao crime de responsabilidade *fiscal*, ao qual se deve, juridicamente, a queda da presidenta Dilma Rousseff, há a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”, a qual

pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000).

Por fim, ao que concerne especificamente ao caso de afastamento do cargo da presidência, que é o foco da disputa discursiva a que nos referimos, o Artigo 86 (BRASIL, 1988) descreve o desenvolvimento do processo de

impeachment como segue: “admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade”. Assim:

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

- I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;
- II – nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções (BRASIL, 1950).

Por fim, vejamos uma fonte extrajurídica. No *Dicionário de Política* organizado por Noberto Bobbio (1998: 107), não há um verbete exclusivo para o termo *impeachment*, que, no entanto, é citado no verbete *Bicameralismo*: ele “se desenvolve em sua plenitude, tanto quando as duas câmaras têm iguais poderes no exercício de determinadas funções, como quando os poderes, embora diversos, são complementares” e menciona como exemplo o que ocorre “quando, em certos países, ambas as câmaras participam no processo de *impeachment*: uma - a câmara baixa - apresentando a moção de acusação, e a outra - a alta - constituindo-se em Alta Corte de justiça” para julgar “atos contrários aos interesses gerais do Estado, cometidos por personalidades políticas no exercício das suas funções”. Esse seria o “Bicameralismo perfeito ou integral, que alguns consideram como o único Bicameralismo autêntico e verdadeiro”.

O mesmo verbete cita como exemplo histórico, ou em seus termos, “exemplos particularmente significativos”, a “fidelidade às instituições” como um “elemento que caracteriza o desenvolvimento constitucional do Reino Unido, onde o Bicameralismo possui origens remotas”. Assim a câmara dos “Lordes e Comuns, embora com atribuições parcialmente diferentes - como no já citado processo de *impeachment* -, se encontra em posição de igualdade no exercício dos principais poderes parlamentares”.

Terminemos este item com uma rápida recapitulação dos elementos aqui levantados. Segundo o dicionário consultado, o termo se situa na área do Direito. Na Constituição Federal, como vimos, o *impeachment* é previsto em, pelo menos, quatro artigos, dois dos quais autorizam à Câmara e ao Senado o poder de destituir o Presidente da República nos casos apontados por um terceiro, que cita a lei orçamentária, que foi o motivo alegado para o afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, e o último descreve o afastamento do cargo e as suas consequências para o presidente uma vez aceito o pedido de *impedimento*.

Ao que diz respeito à lei orçamentária, há uma denominada “lei do *impeachment*”, que descreve o crime de responsabilidade fiscal. No dicionário de política, é notável que não haja um verbete específico sobre o termo - diferentemente do que acontece com o termo “golpe”, como veremos em seguida -, e que tenha apenas entrada em um verbete, *bicameralismo*, que utiliza *impeachment* quando aponta o que seria o funcionamento ideal das câmaras, que agem juntas no processo, e menciona como exemplo histórico o caso da Inglaterra. Como veremos no próximo item, esses temas estão presentes no *discurso do impeachment*.

Podemos concluir o levantamento desses usos do termo com a valoração imprescindível do *discurso do impeachment*, a qual se pauta fundamentalmente no aspecto legal do processo, isto é, que o *impeachment* é previsto pela lei federal e que isso lhe salvaguarda como um processo legítimo. Fica claro pelo exemplo inglês que essa valoração está ligada aos valores da democracia liberal ocidental, e com eles da classe social que sustenta essa forma de dominação, que é a burguesia. Há, portanto, uma valoração *legalista* no *discurso do impeachment*, que é o fio constante que une esse discurso, como veremos.

Vejamos, na sequência, sobre tema no *discurso do golpe*

2.2.2. Golpe: Tema e Valoração

Ao que concerne o conceito de “golpe”, o dicionário *on-line* Priberam (GOLPE DE ESTADO, 2008-2013) o define, no verbete *golpe de estado*, como a “ação de uma autoridade que viola as formas constitucionais; conquista do poder

político por meios ilegais”. Já o Dicionário de Política organizado por Bobbio (1998) trata do golpe de Estado de maneira abrangente e em diversos verbetes. Vejamos.

No verbete *defesa*, lê-se que, tomado como referência um determinado sistema constitucional, “as tentativas de modificação antijurídica” do código, sendo “com ou sem recurso à força armada, com ou sem ligações com ordenamentos externos”, podem ser provenientes dos “órgãos constitucionais de cúpula (seria o chamado *golpe de Estado*) ou da coletividade nacional (seria, então, a chamada *ação subversiva* ou *revolução*)” (BOBBIO: 1998: 314). Uma ideia bem parecida é encontrada no verbete *democracia* (BOBBIO: 1998: 326), no qual se afirma que, da fonte de poder, quando exercido por “uma classe política representativa” que se baseie numa “delegação periodicamente renovável e fundada sobre uma declaração de confiança” no âmbito de uma constituição e “não em virtude de dotes carismáticos do chefe”, a conseqüente tomada do poder pode ser “um golpe de Estado, revolta militar, revolução etc.”

Já no verbete específico *golpe de Estado* (BOBBIO: 1998: 545-7), há uma longa definição que versa sobre alguns dos problemas já levantados nas definições apresentadas. O verbete parte de uma evolução histórica do significado, aborda a mudança dos atores políticos, as modalidades dos golpes de estado, a relação entre golpe de estado e golpe militar, a distinção entre golpe de estado e revolução.

Em relação ao significado da expressão *golpe de Estado* de um ponto de vista histórico, no verbete afirma-se que o significado da expressão mudou significativamente com o passar do tempo, e envolve diferenças que vão “desde a mudança substancial dos atores (quem o faz), até a própria forma do ato (como se faz)”. Em seguida, o autor destaca que “apenas um elemento se manteve invariável” e une todas as definições, que é o fato de que “o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado” (BOBBIO: 1998: 545).

Fazendo um levantamento histórico do uso do termo, afirma-se que ele foi se tornando mais preciso “paulatinamente, sobretudo com o advento do constitucionalismo” quando o termo passa a indicar “mudanças no Governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma

violenta, por parte dos próprios detentores do poder político”. Cita-se como exemplo “o Golpe de Estado [...] que Luís Bonaparte realizou em 1851, quando deu um golpe de graça na 11 República de que era presidente, conseguindo proclamar-se o novo Imperador da França” (BOBBIO: 1998: 545).

Depois, encontramos o que o autor, considerando tempos mais recentes define como “uma verdadeira proliferação de golpes, embora com características bem diferentes” a partir do início dos anos 1970, época em que “mais de metade dos países do mundo tinha governos saídos de Golpes de Estado”, o que o tornou, por conseguinte, “mais habitual como método de sucessão governamental do que as eleições e a sucessão monárquica”. O autor enfatiza que, a partir desse momento, os autores dos golpes mudam, sendo “a forma mais frequente do Golpe de Estado” o “golpe militar”. Assim, chega-se a quem são os autores do golpe: em tempos antigos, “o soberano”, em seguida “o titular ou os titulares do poder político legal” e, mais recentemente “um setor de funcionários públicos, ou seja, os militares” (BOBBIO: 1998: 545).

Ao que concerne às modalidades de golpe de Estado, ou, à maneira como o autor se expressa, isto é, “*Como se faz um Golpe de Estado?*”, deve-se ter em vista que “o Golpe de Estado é executado não apenas através de funcionários do Estado” e que “mobiliza até elementos que fazem parte do aparelho estatal”. Mais do que “atacar as sedes do Parlamento ou dos ministérios”, o que, embora possa ser o “objetivo final”, a maneira de se operar um golpe de Estado estaria em “ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários”, que “permitirá o controle dos órgãos do poder político”, “característica indiscutível do Golpe de Estado” (BOBBIO: 1998: 546).

Analisando os problemas práticos de se realizar esse procedimento, o autor afirma que “a complexidade do aparelho tecnológico do Estado moderno é fonte, tanto da sua força, como da sua eventual fragilidade”. Por isso, “o Estado prevê a manutenção da prestação destes serviços”, que é “atribuída às forças armadas e às forças policiais”. Como “o primeiro objetivo da estratégia do Golpe de Estado é a conquista dos centros tecnológicos do aparelho estatal”, é necessário que essas forças sejam neutralizadas ou que se “consiga a

participação de um setor-chave dessas forças no Golpe de Estado que se imponha aos restantes setores”. A única possibilidade restante seria uma “neutralização das forças armadas por ocasião do evento”, que consiste de fato “num apoio passivo ao Golpe de Estado”. Dessa forma, no Estado moderno não há a possibilidade de um “Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou da neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas” (BOBBIO: 1998: 546).

Considerando a relação com o Direito, o autor afirma que “o Golpe de Estado instaura sempre um novo ordenamento jurídico”, pois a “violação da legalidade do ordenamento precedente implica também a mudança da sua norma fundamental e, por conseguinte, a invalidação de todas as leis e disposições emanadas em nome dela” ou, em resumo, “o Golpe de Estado implica a instauração de um novo poder de fato, que imporá por sua vez a legalidade”. Dessa forma, para “evitar o beco sem saída a que conduzem as exposições de tipo jurídico”, destacando que “em seu aspecto jurídico não há diferença entre Golpe de Estado e revolução” e que o golpe “é tradicionalmente um método da direita para conquista do poder político”, se o “Golpe de Estado for pelo menos o primeiro passo de um processo revolucionário (quanto aos fins últimos, sociais e econômicos), isso dirá respeito às ações futuras daqueles que conquistam o poder” e, dessa forma, o golpe seria em si mesmo “pura e simplesmente um método para conquistar o poder”(BOBBIO: 1998: 546-7).

Por último, vejamos a definição que se encontra no *Dicionário de conceitos históricos* (SILVA; SILVA, 2009: 173-177), no verbete *Golpe de Estado*, em que são mencionados diversos elementos relacionados especificamente aos golpes de Estado na América Latina, que foi “o cenário político desde a independência sempre tumultuado por insurreições e movimentos armados”. O autor do verbete informa que golpe de Estado é “uma característica de sociedades politicamente instáveis e subdesenvolvidas, sobretudo no século XX, raríssimas vezes sendo visível na Europa e na América do Norte anglo-saxã”. Ele cita em particular a grande incidência de golpes de Estado na América Latina (SILVA; SILVA, 2009: 173-5).

Em seguida, o autor explica que “nessa região e nesse momento o próprio

Estado nacional era não só recente como importado de modelos externos europeus, e como tal tinha pouca ou nenhuma base na sociedade” devido ao fato de que “as Constituições, elaboradas por elites dominantes, não tinham sido construídas em cooperação com a sociedade”(SILVA; SILVA, 2009: 176).

Assim, “a mudança brusca de elites governantes pouco interessava às massas, que, de qualquer forma, não participavam nem do processo de construção do Estado nem de seu governo”. O autor alerta que “o golpe de Estado é uma realidade na América Latina até hoje”, citando o exemplo do Brasil, que “teve sua vida política e social no século XX grandemente influenciada por diversos golpes de Estado”(SILVA; SILVA, 2009: 176-7).

O autor destaca que o golpe de Estado é “construído na clandestinidade, preparado com considerável antecedência e planejamento” e, dessa forma, não se pode “estudar o golpe simplesmente a partir da tomada do poder”, pois sua “preparação talvez diga mais sobre seus objetivos e componentes do que o golpe em si”. Por essa razão, é fundamental que “antes mesmo da tomada de poder, os golpistas iniciem um processo de destruição da legitimidade do governo junto ao povo, atacando politicamente e por meio da mídia”, citando como exemplo o golpe contra Salvador Allende no Chile, no qual “a oposição conservadora tentou um golpe branco no Congresso, sem sucesso, e iniciou um intenso processo de sabotagem do governo, por meio de boicotes e campanhas negativas” de modo que é igualmente comum que “no período de preparação os golpistas invistam na cooptação de aliados, de lideranças políticas e sociais”, agora citando o golpe de 1964 no Brasil, uma vez que “os militares golpistas se preocuparam de antemão em constituir alianças e conseguir apoio social antes do golpe, nesse caso, o apoio da Igreja e do empresariado”(SILVA; SILVA, 2009: 176-7).

Além disso, afirma o autor que “nem todos os golpes de Estado são militares”, pois há “o chamado golpe branco”, que ocorre quando “grupos políticos e sociais usam de pressão – e não de força – para forçar uma decisão governamental ou impor um governante”. Ele cita como exemplo que “o golpe branco aconteceu após a renúncia do presidente brasileiro Jânio Quadros, em 1961”, a qual ocorre quando “os militares e as elites se recusaram a aceitar a posse do vice-presidente, o esquerdista João Goulart, e pressionaram

politicamente, conseguindo transformar o regime de governo de presidencialismo em parlamentarismo”. Entretanto, a crise gerada pelo governo Goulart, que restituiu o presidencialismo, “terminou por levar ao golpe de 1964, desfechado por militares de direita”, dessa forma, “enquanto o golpe do parlamentarismo foi um golpe branco, realizado pelo Congresso, o movimento de 1964, por sua vez, foi um *pronunciamiento* típico, ou seja, um exemplo de golpe de Estado militar clássico”(SILVA; SILVA, 2009: 174-5).

Por isso o conceito de golpe de Estado se afastaria daquele de revolução, pois se têm em comum “rupturas bruscas da ordem institucional”, a revolução é uma “modificação radical das estruturas econômicas e sociais” enquanto o golpe “é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas *elites orgânicas*, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares”(SILVA; SILVA, 2009: 175).

Terminemos este item com uma recapitulação dos temas e sua valoração. O dicionário mais uma vez define o golpe de Estado em termos jurídicos: ele seria a tomada do poder político *por meios ilegais*, especificando que por parte de autoridades. Embora a Constituição Federal não cite o termo, o assunto é deveras comentado no âmbito da política e da história, de modo que os dois dicionários específicos aos assuntos consultados em nossa pesquisa tratam do tema em profundidade. No dicionário que trata da política, o próprio verbete golpe de Estado termina com um resumo de seus elementos principais, o que é entendido como “sua manifestação histórica concreta”:

- 1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade;
- 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política;
- 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe;
- 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado;
- 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos (BOBBIO, 1998: 547)

Já o dicionário de termos históricos, além de retomar diversos termos que já vimos no dicionário anterior, acrescenta diversos elementos típicos ao caso da América Latina, na qual os golpes lhe parecem particularmente frequentes. As razões para tal são atribuídas à estrutura social, uma vez que as massas não participam do poder público. Ele ainda acrescenta elementos relevantes para a compreensão do problema, como o fato de que o golpe começa muito antes da destituição do governo com um processo de desmoralização do governo perante a população, citando a importância da mídia nesse processo e as articulações políticas e sociais da parte dos golpistas.

Embora enfatize a importância dos militares no processo da mesma maneira que o dicionário político, o verbete do dicionário histórico acrescenta um tipo de golpe sem intervenção militar, que é denominado *golpe branco*, definido como um golpe por “pressão”, e não por violência, e realizado pelo congresso, ou seja, pela estrutura do poder do Estado. Isso está em consonância com a ideia apresentada ao fim quando se busca diferenciá-lo da revolução, pois o golpe seria uma artimanha das *elites*, principalmente aquelas que já fazem parte da estrutura estatal, enquanto a revolução seria popular e viria de fora do poder institucional.

A valoração presente nesses temas é evidentemente bem diferente daquela em que tratamos do *impeachment*. Ao invés da “letra dura da lei”, ou seja, um argumento de autoridade de tipo jurídico baseado em como as instituições deveriam funcionar cujo exemplo é um país de primeiro mundo do ocidente, temos uma descrição dinâmica de como o poder é constituído e substituído nas sociedades modernas, nas quais o golpe de Estado aparece como um modo de sucessão de poder relativamente comum, principalmente na América Latina, acrescentando que sua característica principal não se deve à determinada legislação ou procedimento das Câmaras, mas a *elites* que tomariam o poder de maneira ilegítima, com ou sem uso direto da violência, o que faz a questão de classe aparecer explicitamente.

Assim, a valoração do *discurso do golpe* se deve a quem toma o poder, as elites, e tem embasamento na dinâmica histórica das sociedades modernas, em particular na América Latina. Por essa razão, vamos resumir a valoração desse discurso com o termo *político*, que inclui a luta social em torno do poder em

países periféricos e a quem esse poder pertence, no caso às elites, em contraste com a argumentação *jurídica* do *discurso do impeachment* que se apoia em uma lei abstrata e universal convenientemente copiada de um país de tradição liberal. Passemos, agora, à análise da *entonação*, isto é, da maneira pela qual esses temas e suas valorações aparecem concretamente nos discursos.

2.3. ENTONAÇÃO

Conforme visto em Volóchinov (2013: 176-177), “a entonação é, sobretudo, a expressão da valoração da situação e do auditório” e por isso “cada entonação necessita de palavras que lhe sejam correspondentes – que se adaptem – e indica, assinala, a cada palavra, o posto que deve ocupar na proposição, a proposição na frase, a frase na enunciação completa”. Dessa forma, neste item, analisamos a entonação de cada discurso, a parte linguística e material dos enunciados e, partindo dela, salientamos a valoração de cada discurso, colocando em evidência sua relação com a situação e com o auditório.

Antes da análise propriamente dita, porém, apresentamos o *corpus* utilizado neste estudo.

2.3.1. O Corpus

Foram analisados, para cada discurso, três enunciados de cada partido (3 partidos para o *discurso do impeachment*, PSDB, DEM e PR, e 2 partidos para o *discurso do golpe*, PT e PCdoB), totalizando 9 textos do primeiro grupo e 6 do segundo. A assimetria no número de textos se explica pelo fato de os enunciados do *discurso do golpe* serem comumente mais extensos, de modo que, com a opção que fizemos, mantivemos as análises de cada discurso em tamanhos semelhantes. Os partidos foram escolhidos por terem participado ativamente, na Câmara ou no Senado, do processo de impedimento ao qual seus discursos se referem, assim como por terem buscado divulgar sua posição em seus *sites*

oficiais, seja para apoiar o impedimento (o caso dos três primeiros partidos) seja para opor-se a ele (o caso dos dois últimos).

Todos os enunciados aqui analisados são assumidos como oficiais por serem advindos de fontes confiáveis, isto é, *todos* foram coletados *diretamente* dos mecanismos *oficiais* de difusão de informação e propaganda de cada partido. Por essa razão, o suporte por meio do qual esses enunciados circulam não é considerado um fator de análise, ao contrário do que seria caso fossem, por exemplo, retirados de uma mídia externa como um jornal. Essa decisão visa justamente evitar ter de considerar que algum veículo de mídia sem envolvimento com o partido possa ter editado ou modificado o material etc.

Ademais, de modo que todos os enunciados são considerados como posições oficiais, é indiferente a nós se os partidos têm divergências internas sobre o assunto ou se um ou outro texto em particular eventualmente não compactuaria com as ideias do partido como um todo. O que nos garante a autenticidade dos enunciados é sua fonte oficial de divulgação, e por isso assumimos que eles refletem as posições de sua instituição.

Ainda, por se tratarem de fontes oficiais de instituições, a autoria individual de cada texto – caso haja alguma, mesmo porque, em sua grande maioria, os artigos não são assinados por um indivíduo, mas publicados em nome do partido – é omitida. Assim, mesmo se por ventura assinados, os artigos são referidos pela instituição que representam, sendo portanto um dado indiferente à análise de sua autoria individual. Como veremos, frequentemente são reproduzidas falas de parlamentares do seu partido ou doutrem, que são referidas nominalmente por estarem no corpo do texto. De qualquer forma, esses indivíduos citados somente interessam para nossa análise como personificações de um determinado discurso e, por essa razão, não trazemos informações a seu respeito, afora aquelas que estão nos próprios textos, isto é, as que a instituição considerou relevante divulgar.

Consideramos que o volume dos enunciados coletados é suficiente para expor as características fundamentais de cada discurso. Selecionamos mais de um partido para cada discurso justamente para não se limitar à posição de uma única instituição; no entanto, como se verá, os elementos destacados pela análise

repetem-se constantemente.

Todos os enunciados aqui contemplados são contemporâneos à crise, sendo alguns deles publicados durante o processo de impedimento, isto é, antes da saída definitiva da presidenta. A grande maioria deles é do ano de 2016, estendido a no máximo o ano de 2017. A escolha dos textos foi feita baseada em seu conteúdo, isto é, foram privilegiados aqueles que tratavam *diretamente* da crise política referente à destituição da então presidenta. Por essa razão, eles não estão analisados em ordem cronológica, pois não nos interessa particularmente sua ordem de publicação, mas o objeto do qual eles tratam, o processo de impedimento ocorrido em 2016. A coleta dos enunciados ocorreu entre julho de 2017 a julho de 2019, sendo que nesse último mês cada um deles foi acessado novamente e verificado que ainda se encontravam disponíveis *on-line*.

Em referência à metodologia de análise, conforme vimos nos autores consultados, os enunciados são considerados como uma totalidade, por isso o trabalho analítico sempre os considera como um todo: disso advém o fato de que *nenhum* trecho de *nenhum* dos textos foi omitido. Logo, a análise reproduz cada um dos enunciados em sua totalidade, mantida a ordem em que as frases e parágrafos estão no texto, mesmo porque sua própria disposição dentro deles é considerada um dado para análise. Os trechos entre aspas são reproduções diretas e sem nenhuma modificação dos textos das instituições; as aspas simples são citações originalmente entre aspas nos textos, as quais reproduzem falas de outrem, normalmente dos políticos dos partidos; os trechos em itálico – e nunca entre aspas – correspondem a momentos dos textos que a análise buscou destacar; os títulos estão em negrito.

Os enunciados analisados como *discurso do impeachment* são:

Partido PSDB	“Página virada”
	“Em dia histórico, Senado decide pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República”
	“‘Um ano livres do PT’, análise do ITV”

Partido DEM	“Caiado: ‘Estamos interrompendo o maior desastre político-administrativo do país’”
	“Fim do ciclo petista dá esperança ao Brasil, diz Marcos Rogério”
	“Para Sóstenes, Brasil está livre de governo que assolou o país”

Partido PR	“Wellington Fagundes defende vitalidade para as instituições em votação do <i>impeachment</i> ”
	“Magno Malta prevê 63 votos favoráveis ao <i>impeachment</i> de Dilma na batalha final”
	TV-PR: Quintella faz a defesa da legalidade no <i>impeachment</i> ”

Os enunciados analisados como *discurso do golpe* são:

Partido PT	“Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Dilma Rousseff”
	Manifesto ‘Em Defesa do Estado Democrático de Direito’”
	“Nota do PT sobre admissão do <i>impeachment</i> no Senado”

Partido PCdoB	“Unir sempre, dividir jamais”
	“Nossa elite é pior”
	“128 dias de Golpe: O assalto final”

2.3.2. *Discurso do Impeachment*

Do Partido PSDB

O artigo **Página virada** (PSDB, 2016a), publicado em 31/08/2016, se inicia com o seguinte parágrafo: “estamos vivendo um desses históricos momentos da nossa República. Não há a menor dúvida que o dia 31 de agosto de 2016 [o dia do *impeachment*] ficará imortalizado nos livros de história de todo o mundo, tendo em vista tratar-se da consagração da nossa jovem Democracia”. O elemento de valoração legalista aparece claramente logo no início do texto: o autor abre sua argumentação enfatizando que o *impeachment* viera para consagrar a democracia

e o republicanismo, os quais, como se verá em seguida, são entendidos como o cumprimento da lei por meio das instituições do Estado. Essa afirmação evidentemente exclui a possibilidade de se considerar tal processo ilegítimo e, portanto, um golpe, como diz o discurso adversário. Isso fica evidente na conotação positiva que ele dá ao fato, a qual se faz ver na escolha de termos como *imortalizado* e *consagração*, além de acentuar a grandiosidade do acontecimento.

No parágrafo seguinte, o autor faz um apelo à sua base social: “Nos últimos meses vimos a população brasileira indo às ruas de maneira pacífica e espontânea para manifestar sua indignação e seus justos anseios por um futuro melhor”. É notável que ele se refira aos manifestantes pró-*impeachment* como a *população brasileira*, o que busca assegurar que o *discurso do impeachment* seria a posição de toda a população ou, ainda, que o autor só considera *população brasileira* o conjunto daqueles que concordavam com a política que seu partido seguia àquela altura. A orientação com valor positivo mais uma vez se faz ver na escolha dos termos e expressões como *maneira pacífica e espontânea* ou, ainda, *anseios por um futuro melhor*.

Ele também busca estabelecer que a política do *impeachment* seguida por seu partido não só é o anseio espontâneo da população como também o caminho para um futuro melhor, ainda que essa política seja a resposta à indignação justa da população, que anseia pelo *impeachment*, que trará finalmente um futuro melhor. Também vemos na escolha de termos como *pacífico* e *população*, dentro do todo dessa argumentação, que o autor busca desvincular a possibilidade de o *impeachment* ser compreendido como um golpe das elites; ao contrário, não houve violência e o povo teria agido ativamente em favor do processo.

Em seguida, verificamos ainda mais claramente um dos mais fundamentais alicerces da valoração social legalista do *discurso do impeachment*, aquele que afirma que não se trata de um golpe, pois as instituições estão funcionando normalmente, o bicameralismo está de pé e, portanto, a democracia liberal não só está preservada como é reforçada pelo processo:

“acompanhamos nossas instituições cumprindo com suas respectivas funções de maneira ativa e honrada. No Congresso Nacional

travaram-se os mais calorosos e respeitosos debates ideológicos. A Câmara debateu incansavelmente e com total imparcialidade o assunto em Comissão Especial, a qual tive a honra de participar”.

Vê-se que o autor faz questão de salientar que participou ativamente do processo como parlamentar e votou favoravelmente ao *impeachment* quando estava em julgamento na Câmara dos Deputados. Segue reafirmando, com a mesma ênfase favorável com a qual iniciou o texto, o valor positivo do processo, tendo selecionado termos que destacam que as instituições são altivas e honradas, promovem debates calorosos, mas respeitosos, e que lhe fora igualmente uma honra deles participar. Salientemos que a escolha por mencionar a *imparcialidade* se adianta à acusação que viria da oposição segundo a qual as instituições teriam privilegiado um dos lados no processo, aquele que acusou o impedimento. Somados, todos elementos levantados apontam para o normal e ideal funcionamento do regime bicameral da democracia liberal, ou seja, para a valoração legalista desse discurso.

Algo semelhante se vê no trecho “agora, quase cinco meses depois, após cumprimento de todos os ritos, o Senado Federal encerra uma etapa da nossa história de maneira exemplar, em consonância com a vontade popular”. Mais uma vez, nota-se a ênfase que o autor dá ao funcionamento das instituições, as quais cumpriram todos os ritos requeridos e, dessa vez se referindo ao Senado, agiu em acordo com o que chama de *vontade popular*. Isso ainda se encontra como elemento da valoração legalista, uma vez que, na democracia liberal, o parlamento deve, em teoria, ser o representante da vontade geral. A afirmação de que o processo de *impeachment* é representação da vontade do povo é um tema fundamental desse discurso que se repete frequentemente, como veremos.

Adiante, o autor busca culpar seus adversários que sofrem o *impeachment* como os responsáveis pela própria fortuna: “trata-se da conclusão do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e da finalização da era petista no Governo Federal. Uma era manchada de muita corrupção e extrema má gestão”. A menção à corrupção é significativa, pois ela é, para um discurso calcado na valoração institucional, o símbolo do rompimento com a legalidade do governo anterior, o que o autor busca caracterizar como a razão pela qual a presidenta veio a cair.

O autor prossegue:

“uma era que levou nosso país ao colapso. Nossa economia foi à bancarrota, nossa Política afundou em uma crise jamais vista e, na esfera social, a população ficou à míngua. São 12 milhões de desempregados e uma dívida externa gigantesca”.

É importante lembrarmos, nesse momento, que a presidenta foi deposta sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal, o que alude ao já citado fato de que o governo seria responsável pela crise econômica sob a rubrica, novamente, da valoração legalista subjacente a esse discurso.

Em seguida, vemos diversas menções diretas à legalidade institucional:

“é bem verdade, que, no último minuto, alguns senadores optaram por rasgar a Constituição, ao votar pela manutenção dos direitos políticos da ex-presidente. Afinal, julgada culpada, como o foi, a inelegibilidade por oito anos deveria vir junto. Não há como separar essas duas questões”.

Todos os termos do campo semântico do Direito, como *direitos*, *Constituição*, *culpado*, *inelegibilidade*, são utilizados para embasar seu argumento. O autor defende que o erro dos senadores foi *rasgar a Constituição*, ou seja, não cumprir a lei, reforçando a valoração legalista de seu discurso.

Depois, ele busca dar destaque ao núcleo fundamental do acontecido: “no entanto, não podemos desviar nossa atenção do fato mais importante: de enfim podermos falar que a era petista felizmente é uma página virada. A nossa jovem democracia dá um passo adiante, dizendo que não basta ter 50 milhões de votos”. Esse ponto é particularmente notável, uma vez que o autor parece dialogar com o argumento do discurso adversário, que objetaria que a presidenta teve mais de 50 milhões de votos e que, portanto, destituí-la não seria seguir a vontade do povo. No entanto, o autor parece ter uma outra visão do que seria a *vontade popular*, porque para ele uma maioria de votos não seria razão suficiente para que essa seja considerada a vontade do povo.

De acordo com os princípios da democracia liberal, os parlamentares eleitos são representantes da vontade popular e, por isso, devem eles decidir o que seria essa vontade, mesmo que, contraditoriamente, não pareça ser essa vontade popular. Podemos dizer que aqui o *discurso do impeachment* entra em uma aporia, ele de certa forma é e não é reflexo da vontade popular ao mesmo

tempo, a depender do que se considera essa vontade. Contudo, o elemento legalista prossegue determinante, uma vez que as instituições estariam operando de maneira ideal e a lei continuaria sendo cumprida.

No período seguinte, isso fica mais evidente ainda: “todos entendemos que Dilma rasgou a Constituição. Porém, a Constituição é para todos, a lei é para todos. E quem comete crime de responsabilidade fiscal não vai continuar a presidir este País”. A afirmação anapodítica que abre o período nos leva a questionar: quem são os *todos* aos quais ele se refere? a população brasileira? os parlamentares? a classe social que ele representa? Em nosso ver, a afirmação é propositalmente vaga e caberia em qualquer um dos casos citados, desde que o leitor tivesse essa mesma valoração que o autor busca enfatizar, a de que a presidenta foi deposta porque agiu contra a lei, e a legitimidade do processo estaria em que a lei estava sendo cumprida.

Adiante, o autor busca preparar o leitor para as tarefas do futuro: “de agora em diante teremos a importante responsabilidade de reconstruir nosso país de forma a resgatar a dignidade do nosso povo, devolver a capacidade de sonhar com um futuro melhor e avançarmos nas reformas tão necessárias para o desenvolvimento do nosso país”. Afora as frases de apoio moral, que são características desse discurso (ainda as veremos se repetir), o tema desse período se encontra sintetizado no termo *reforma*, isto é, na constatação de que a presidenta foi destituída do cargo e que seus substitutos devem atuar realizando mudanças na situação.

No trecho seguinte o autor esclarece a que mudanças se refere:

“A resolução do processo de *impeachment* já resgatou um processo importantíssimo para a economia. Trouxe de volta o otimismo e confiança para empresários e para a população em geral. Mas a troca de governo, por si só, está longe de ser suficiente”.

Enfatiza, novamente, a necessidade de mudanças e detalha que a simples troca do governo não será suficiente para resolver a situação. Desse modo, ele deixa claro que uma consequência positiva do *impeachment* será a implantação de reformas econômicas, as quais, no entanto, não são mencionadas. Todavia, o caráter de classe do discurso fica evidente em sua menção aos *empresários*, cujo interesse estaria em harmonia com *a população em geral*. Evidentemente, tal

aspecto não poderia vir de uma valoração que compreendesse a sociedade como palco de luta de interesses opostos, mas a universalidade abstrata da Lei, que seria necessária e universal, igual a si mesma e para todos, correspondente ao legalismo da valoração social desse discurso.

O autor termina o texto enfatizando a sua responsabilidade e a do seu partido tanto no processo de *impeachment* quanto no das reformas que seguirão:

“nós, no Congresso Nacional, temos a responsabilidade de atuar para aprovar as medidas necessárias para ajudar o nosso país a voltar a crescer dignamente. E o PSDB está ao lado da população e pronto para ajudar o Brasil de uma vez por todas”.

No texto **Em dia histórico, Senado decide pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República** (PSDB, 2016b), publicado em 31/08/2016, revemos a valoração social legalista já indicada no texto anterior. Ele inicia como se segue: “o dia 31 de agosto de 2016 entra para a história da democracia brasileira com o afastamento definitivo da presidente da República Dilma Rousseff do cargo, em julgamento no Senado Federal”. Mais uma vez, é utilizada a expressão *dia histórico*, com evidente valoração positiva, e se enfatiza a participação das instituições no processo: “foram 61 votos favoráveis ao impeachment da petista, e 20 contrários, em votação conduzida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski”.

O texto segue:

“após 13 anos e quatro meses no poder, chega ao fim a era petista no governo federal, que conduziu o país ao descrédito internacional e a uma crise política, econômica e social jamais vista em 25 anos. A agora ex-presidente Dilma Rousseff terá até 30 dias para deixar o Palácio da Alvorada”.

A valoração legalista aparece nesse trecho numa forma indireta, pois o autor do texto parece considerar a República somente o período posterior à Constituição de 1988 e, por isso, faz menção aos *25 anos*. Com essa alusão reafirma-se que o processo de *impeachment* ocorre dentro da lei, não sendo, portanto, um golpe.

Ainda busca mais uma vez creditar ao governo afastado a crise no país, atribuindo-lhe a responsabilidade pela própria queda, desacreditando a hipótese de que seriam fatores externos que a provocaram, como um golpe desferido por

outra força política. Isso fica mais claro logo adiante, quando são aludidos erros por parte do antigo governo: “foram muitos os equívocos cometidos por Dilma Rousseff durante o seu período à frente do governo federal”. No artigo, são enumerados alguns dos equívocos: “entre eles, destacam-se a inaptidão política que fez com que o governo perdesse quase toda a sua base de aliados no Congresso Nacional”, resultando em que o Congresso não fez outra coisa senão cumprir seu papel, e prossegue:

“as promessas não cumpridas, com o lançamento de pacotes e o anúncio de reformas que sequer chegaram a sair do papel; a corrupção que chegou a níveis inimagináveis durante a gestão petista, vinda à tona principalmente pelas investigações da Operação Lava Jato, e que envolveu nomes da cúpula do PT”.

Verificamos que nesse trecho reaparece de maneira indireta um tema constante, aquele de que o governo seria corrupto e, portanto, o *impeachment* viria para fazer cumprir a lei. Em seguida, atribui mais uma vez a crise social ao governo petista: “e talvez o maior problema: o desastre na condução econômica”.

O autor prossegue: “a falha do governo Dilma em ler os sinais já óbvios dados pelo mercado levou o Brasil a uma recessão que pode ser equiparada à de 1929”. Curiosamente, ele não cita a crise internacional de 2008 lembrada pela economista Paulani (2017: 61), cujas consequências foram sofridas pelo Brasil retardatariamente devido à gestão do Estado. Evidentemente, a omissão busca responsabilizar o próprio governo pela crise econômica que o abalou, o que fica mais evidente no seguinte trecho:

“a ingerência na economia, o populismo e erros na gestão da maior estatal brasileira, a Petrobrás, levaram à destruição da estabilidade econômica conquistada pelo Plano Real, à volta da inflação, ao desemprego de mais de 11 milhões de brasileiros e à queda do Produto Interno Bruto (PIB)”.

A referência ao Plano Real, cuja implementação foi realizada pelo seu partido, é um evidente apontamento da incapacidade do governo petista de gerir a economia, e ao mesmo tempo a menção a um caso de sucesso de seu partido (reforma econômica bem-sucedida que teria levado o país à estabilidade).

Como já mencionamos, é importante à valoração social legalista que o governo seja responsável por sua própria queda, de modo que as câmaras que aprovaram o *impeachment* não estariam fazendo outra coisa senão cumprindo a

lei. O artigo prossegue: “o rombo bilionário nas contas públicas também teve consequências em importantes programas sociais, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Pronatec, que tiveram suas verbas cortadas em uma tentativa frustrada de promover um ajuste fiscal”. Curiosamente, o autor do artigo usa os programas sociais do PT contra eles mesmos, uma vez que teria sido sua má gestão econômica que os teria paralisado. Em seguida, isso é afirmado taxativamente: “a incompetência em gerenciar a economia acabou também sendo a causa da queda de Dilma Rousseff”.

Adiante, vemos uma referência direta à sua valoração legalista: “isso porque o pedido de *impeachment* apresentado pelos juristas Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal” – citando diretamente juízes, os cumpridores da lei por excelência –

“julga a petista por crimes de responsabilidade cometidos contra a lei orçamentária e os recursos públicos, pelas chamadas ‘pedaladas fiscais’ – operações de crédito com bancos públicos, o que é ilegal, para financiar programas sociais – e por ter editado decretos de suplementação orçamentária, em 2015, sem o aval do Congresso”.

Nota-se a preocupação de, além de explicar o acontecido, deixar muito claro que se trata de um meio *ilegal* e que, portanto, o governo agiu à revelia da lei, razão pela qual está sendo afastado. O recurso ao uso do Judiciário contra o Executivo reforça a ideia de que a presidenta está sendo afastada por razões legais, que são justificadas em seguida, e não por razões políticas, como o discurso adversário vai argumentar. Esse fato parece se adiantar às críticas que o processo vai sofrer da oposição.

O texto, na sequência, atenta novamente ao funcionamento das instituições no processo, ressaltando sua legalidade: “vale lembrar que a abertura do processo de impeachment foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril deste ano, em uma votação histórica em que 367 parlamentares de declararam favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff do cargo”. Em seguida, o autor se refere à interferência direta de seu partido no *impeachment*, atribuindo-lhe corresponsabilidade: “o voto decisivo foi dado pelo então deputado federal Bruno Araújo (PSDB-PE), atual Ministro das Cidades no governo do presidente Michel Temer” e, em seguida, na outra câmara: “no Senado, a relatoria do

processo na Comissão Especial do Impeachment ficou a cargo do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)”.

Ademais, como comporta a lei nas democracias liberais, no artigo se enfatiza o direito de defesa dos adversários perdedores:

“também foram inúmeros os recursos usados por Dilma Rousseff e pelo PT para tentar evitar o impeachment. Desde ameaças de apelos à Corte Interamericana de Direitos Humanos e à União de Nações Sul-Americanas (Unasul), ignoradas pelos organismos internacionais, até discursos emocionais e uma ‘carta os brasileiros”.

O termo *ameaça* evidentemente chama a atenção, uma vez que busca atribuir ao governo um procedimento desmedido utilizado para buscar se manter no poder, apelando para cortes internacionais. Além disso, refere-se a um recurso “emocional”, característica do apelo moral desse discurso, o que parece informar que o governo buscou enganar a população apelando ao seu *pathos* para passar por cima das instituições e, portanto, que o *impeachment* visaria simplesmente a manutenção da lei.

A tentativa de desmoralizar a defesa do adversário fica mais evidente a seguir: “Dilma chegou até a transformar o governo em um verdadeiro ‘balcão de negócios’, anunciando um pacote de bondades para tentar agradar a parlamentares com poder de voto, sem avaliar os impactos financeiros e orçamentários da liberação de verbas em uma economia já desgastada”. Novamente, o *discurso do impeachment* responsabiliza o próprio governo sua queda, uma vez que ele agia à revelia da lei, pagando os parlamentares em troca de uma votação favorável.

Adiante, no subtítulo “Direitos políticos”, o artigo se encerra com um parágrafo que, como no texto anterior, protesta pelo fato de a presidenta não ter perdido os direitos políticos:

“após aprovar o impeachment de Dilma Rousseff, o plenário do Senado decidiu manter os direitos políticos da petista. Foram 42 votos favoráveis à perda desses direitos (eram necessários 54), 36 contrários e três abstenções. Se a proposta fosse aprovada, a ex-presidente não poderia ocupar cargos públicos nos próximos oito anos”.

O artigo finaliza informando que o impedimento foi possível e era fruto do partido da própria presidenta, acarretando que agiram em interesse próprio:

“como revela matéria publicada nesta quarta-feira (31) pelo UOL, a iniciativa de dividir a votação em duas etapas (uma sobre a cassação do mandato e outra sobre a manutenção dos direitos políticos) partiu do PT e foi acatada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, no início da tarde”.

O terceiro e último texto do PSDB (2017) por nós analisado se intitula ‘**Um ano livres do PT**’, **análise do ITV** e foi publicado em 31/08/2017. O seu título é explicado logo em seguida: “ITV é o Instituto Teotônio Vilela, um órgão de formação política (*think tank*) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”.

O artigo é iniciado com uma afirmação daquilo que parece remeter ao que consideram o conteúdo fundamental do *impeachment*, que à ocasião completava um ano: “nesta quinta-feira completa-se um ano que o país se livrou de vez dos governos do PT”. Em seguida, temos: “quando, em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff, por 61 votos a 20, chegou ao fim a experiência que levou o Brasil ao fundo do poço da maior recessão da sua história, sua mais alta taxa de desemprego e uma desestruturação sem precedentes no Estado e nas finanças públicas”. Trata-se de mais um exemplo de como a valoração social legalista e a escolha dos temas do discurso buscam atribuir o *impeachment* ao próprio partido impedido, desvinculando, assim, a ideia de que o processo possa ter sido espúrio e, portanto, possa ter sido um golpe. Uma análise retrospectiva elogiosa ao processo também reafirma essa valoração.

Segue o trecho posterior:

“o Brasil de hoje já é diferente do Brasil de um ano atrás. Mas ainda não de todo. O estrago legado pela irresponsabilidade petista demandará muitos anos de dedicação dos gestores públicos e de sacrifícios da população. A herança maldita implodiu a capacidade de gestão, comprometeu a qualidade dos serviços e rifou o futuro de milhões de brasileiros”.

O texto indica as dificuldades do presente, na escolha de termos como *sacrifício*; contudo, o núcleo desse comentário está em responsabilizar o governo que, tendo caído um ano antes, aparece como responsável por todas as mazelas que o país ainda atravessa. Para isso, faz-se notar a escolha e disposição de diversas palavras de conotação grave, como *irresponsabilidade* ou *herança maldita*.

Na continuidade do texto, o autor, todavia, faz ponderações positivas a respeito da situação daquele momento: “de todo modo, já há o que comemorar. Em vários aspectos, o Brasil de hoje está melhor do que um ano atrás”. Ele indica que o *impeachment*, fato central da situação política, já tinha ocorrido em conformidade com o que a oposição esperava e, portanto, a situação tendia a melhorar, como se vê no trecho que vem em seguida:

“a começar por alguns indicadores econômicos. A recessão, iniciada no segundo trimestre de 2014, chegou ao fim no primeiro trimestre deste ano – algo que o IBGE deve confirmar amanhã, quando divulgar as contas nacionais relativas ao período compreendido entre abril e junho”.

O autor coloca o início da recessão no período em que a presidenta impedida estava no governo, mais uma vez acarretando aos próprios adversários afastados pelo *impeachment* a causa de sua ruína, característica da valoração social desse discurso, como estamos verificando.

No artigo, depois, são enumerados os avanços do novo governo: “até agora, as principais conquistas foram o controle da inflação e a queda contínua e consistente da taxa básica de juros”. Em seguida, compara a situação com aquela que existia à época de seus adversários já afastados: “quando Dilma deu adeus ao Planalto, o IPCA acumulava 8,5% de alta nos 12 meses anteriores; hoje, caiu para 2,7%, já abaixo do piso definido pelo regime de metas. Por sua vez, a Selic desceu de 14,25% ao ano para os atuais 9,25%, com perspectiva de cair a seu piso histórico já no fim deste ano”. Citando dados econômicos, o autor parece buscar abrigo em estatísticas para sustentar seus juízos de valor em alguma base material.

Em seguida, volta a reafirmar sua avaliação da situação por meio de números: “infelizmente, o pior produto da recessão ainda permanece. A taxa de desemprego ainda é alta e atinge 13,3 milhões de brasileiros, segundo divulgado hoje pelo IBGE, mas o índice do trimestre terminado em julho, de 12,8%, é 0,9 ponto porcentual menor que o pico de 13,7% registrado nos três primeiros meses do ano”. Em seguida, propõe de maneira abstrata uma solução: “gerar novas oportunidades de trabalho continua sendo o maior desafio dos que buscam a recuperação econômica”; no entanto, não se dá preocupação em explicar como isso seria feito.

Adiante, há mais uma referência de valoração claramente legalista, por meio da qual o autor afirma que o poder legislativo funciona melhor após o *impeachment*: “no campo legislativo, a agenda de avanços em relação à paralisia e aos retrocessos petistas, que começara a ser posta em prática em maio, logo após o afastamento de Dilma, foi recheada”. Em seguida, uma alusão à razão legal pela qual o *impeachment* foi encaminhado, o crime de responsabilidade fiscal, problema que se apresenta como resolvido: “a aprovação da emenda constitucional que estabeleceu teto para os gastos públicos, votada em dezembro do ano passado, abriu perspectiva de maior disciplina no orçamento público brasileiro”. Vemos novamente atribuir-se a culpa ao governo caído, uma vez que lhe é atribuída à *indisciplina* que teria causado a crise.

No entanto, o processo ainda se encontra em andamento, como é afirmado na sequência:

“sem, contudo, aprovar a reforma da Previdência, que patina desde maio, o limite para as despesas dos governos, com vigência pelos próximos 20 anos, pode tornar-se inócuo e ver-se ameaçado num curto espaço de tempo – que a IFI (Instituição Fiscal Independente) calcula chegar já em 2020”.

Dessa forma, as reformas prometidas começam a ser implementadas, mas devem ser mais profundas para permitir lidar com os problemas deixados pelo governo anterior: “O rombo recorde anotado pelo governo brasileiro em julho último, divulgado ontem pelo Banco Central, não deixa margem a dúvidas”. A escolha do termo *rombo* para qualificar a gestão do governo petista deixa claro que a sua proposta de reforma não só é imprescindível como é urgente devido à má gestão realizada anteriormente.

A crítica à gestão do PT fica inequívoca na afirmação seguinte: “reequilibrar as finanças públicas apresenta-se como a principal tarefa do atual e dos próximos governos. Trata-se de desafio comparável ao que o país teve de superar 23 anos atrás ao vencer a hiperinflação com o advento do Plano Real”. Cita-se aqui mais uma vez a medida político-econômica implementada na década de 1990 pelo governo do partido do autor do artigo, vista como um exemplo de ação bem-sucedida. Em seguida, reafirma: “a penúria que se alastra pelos estados subnacionais e a condição pré-falimentar do governo federal ilustram o desastre decorrente da irresponsabilidade fiscal petista”. Mais uma vez, o artigo culpa o

governo de Dilma por ter infringido a lei, no caso a de responsabilidade fiscal, o que foi o motivo legal de seu afastamento. A valoração legalista, portanto, continua muito presente.

Adiante, mais uma ênfase às reformas:

“ainda entre os pontos positivos, também merece destaque a aprovação da reforma trabalhista e das novas regras para a contratação de mão de obra terceirizada, que poderão dar impulso extra à geração de empregos, e também: relevantes foram, ainda, a adoção do novo marco regulatório para exploração do pré-sal e o novo modelo do setor elétrico, pondo fim às intervenções excessivas decretadas pelos governos do PT na infraestrutura nacional”.

Nesse ponto é mais claro o juízo de valor contido no artigo, uma vez que a intervenção do governo petista na economia lhe parece *excessiva*; ele busca, assim, atribuir-lhe a responsabilidade pelos problemas sociais, aludindo que essa seria a razão de sua deposição. Enfatiza esse fato ainda sobre as reformas:

“a educação obteve importante conquista na forma da aprovação da reforma do ensino médio, cujas discussões arrastavam-se há anos no Congresso sem chegar a lugar algum. Agora aguarda-se a definição da Base Nacional Comum Curricular e uma maior atenção ao cumprimento das metas fixadas no Plano Nacional de Educação”.

O artigo é finalizado com a reafirmação do valor positivo do *impeachment* assim como com a atribuição ao governo petista da responsabilidade pelos problemas existentes no país:

“o Brasil ainda terá longo caminho a trilhar para se livrar do fardo pesado que os 13 anos de desgoverno do PT legaram. Mas já é alentador que tenhamos deixado para trás o rastro de retrocessos e descaminhos que marcava as gestões de Lula e Dilma e tenhamos embarcado numa nova era reformista, com ênfase na redefinição do papel do Estado”.

Ainda, um chamado à sua base social: “cabará aos eleitores, daqui a pouco mais de um ano, preservar o país nos trilhos de uma recuperação que apenas começou”.

Do Partido DEM

Em texto intitulado **Caiado: ‘Estamos interrompendo o maior desastre político-administrativo do país’**, que foi publicado em 30/08/16, o DEM (2016a), com recurso à palavra de um de seus principais parlamentares, busca apresentar

sua avaliação da situação: “o líder do Democratas no Senado Federal, Ronaldo Caiado (GO), encaminhou seu voto favorável ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e criticou a postura que a ré apresentou em depoimento ao Senado”. O artigo busca informar o leitor de sua posição a respeito do *impeachment* assim como da participação de Caiado no processo: “ao fazer seu discurso final pela sessão que vai marcar o afastamento definitivo da presidente, nesta terça-feira (30/08), Caiado apontou a inversão de valores que senadores contrários ao impeachment estão tentando promover em plenário”.

No texto também há a preocupação de informar sobre o papel do Senado no processo, e atribui àqueles que se opõem ao *impeachment* uma *inversão de valores*, uma maneira de afirmar que eles não estavam cumprindo a lei. O autor então cita as palavras de Caiado:

“O PT acredita que tem o dom de interpretar perfeitamente os fatos e passa a acusar todos que não comungam com eles. Estamos assistindo aqui a uma inversão completa de valores. É no mínimo uma quebra protocolar. A própria Dilma, em vez de vir aqui tentar se defender, quis se vestir de juíza dos juízes’, acusou Caiado”.

A valoração legalista se apresenta claramente: enquanto o artigo atribui a Caiado ter *acusado* os adversários de não estarem cumprindo a lei, o próprio parlamentar afirma que sua adversária, a ser afastada, está agindo à revelia da lei, o que indica quando a acusa de *se vestir de juíza dos juízes* e de *quebra protocolar*.

No artigo, busca-se responsabilizar o governo petista pela situação ruim em que o partido se encontra e lhe atribuir a causa de sua própria queda: “o senador voltou a falar do desastre político e econômico que o governo do PT trouxe ao país e comentou como este episódio da história nacional será lembrado pelo fim de um modelo que fracassou”. Em seguida, cita novamente Caiado:

“Como a história vai julgar este momento? Vai julgar os fatos. Que nós interrompemos o maior desastre político-administrativo do país. Que estávamos caminhando para virar uma Venezuela. Que por 13 anos eles levaram o Brasil a se tornar refém dessas corporações que foram cada vez mais sugando e corrompendo as estruturas do Estado’, afirmou”.

No trecho acima, a simples menção ao depoimento do parlamentar com o termo “afirmou” parece indicar que o conteúdo fala por si mesmo: o parlamentar defende o *impeachment* para interromper o *maior desastre político-administrativo*

do país, o que o justificaria e o legitimaria, excluindo, assim, a possibilidade de denominar o evento de golpe. Além disso, a menção à Venezuela, governada por um partido de esquerda com relações simpáticas com o PT, que foi eleito depois de um boicote da oposição à eleição, indica que Caiado vê em Caracas um governo ilegítimo e compara-o com o do PT, aludindo que ambos estão fora da lei, reafirmando sua valoração legalista.

No subtítulo “Estelionato eleitoral”, no trecho “Ronaldo Caiado também lembrou que o crime de responsabilidade a qual a presidente Dilma Rousseff está sendo acusada fez parte do estelionato eleitoral que fez o PT esconder a crise de seus eleitores”, a acusação a seus adversários busca-se apoiar numa base legal: os petistas teriam cometido um crime ao não informar aos eleitores que o país estava em crise, eis a origem do mencionado *estelionato*. O autor cita as palavras de Caiado novamente: *Vimos aqui a ré dizer*: “sou vítima do sistema. Do Obama. Do banco central americano. Do governo chinês. Da queda das commodities’. Não, Dilma. O Brasil que é vítima de seu estelionato eleitoral”.

Ainda, explica aquilo que parece considerar o engodo do PT com a população:

“venderam um céu de brigadeiro sem inflação e emprego pleno e quando o candidato de oposição a interpelava, dizia que era pessimismo. Que as contas estavam em dia. A credibilidade hoje é tanta que, quando todos sentiram que ela não conseguiu convencer ninguém, a bolsa subiu e o dólar caiu’, comparou”.

Como se vê, o *discurso do impeachment* costuma se referir à moralidade quando faz menção a questões legais, buscando a identificação entre a moralidade e o aspecto legal: veremos esse padrão se repetir. Isso se faz ver por meio do sentido com que nesse período é utilizado o termo *credibilidade*: embora indique um fato econômico – a bolsa e a queda do dólar – o termo parece se referir a uma posição moral que não foi alcançada pelo governo anterior, mas que foi reabilitada pelo *impeachment*.

No texto **Fim do ciclo petista dá esperança ao Brasil**, diz Marcos Rogério, publicado em 02/09/16, o partido (DEM, 2016b) utiliza-se a voz de um dos seus parlamentares para expor sua posição a respeito do acontecimento. O artigo é iniciado com um trecho que apresenta a situação de seu ponto de vista: “O Brasil

fechou esta semana, com o *impeachment* da presidente Dilma, um ciclo político de poder. Os 13 anos de governo petista tiveram fim após decisão do Senado Federal, que por 61 a 20 decidiu afastar a, agora, ex-presidente Dilma Rousseff". Fica claro nesse período que a questão fundamental do *impeachment* estava em torno do poder.

No trecho seguinte, "em pronunciamento no plenário da Câmara, o deputado Marcos Rogério (RO) lembrou que, com o fim da gestão Dilma, o Brasil inicia um novo ciclo, pondo fim à recessão e ao desemprego, e iniciando uma fase de esperança e de retomada do crescimento econômico", há o emprego de um termo do âmbito da moralidade, *esperança*, intercambiado com fatores sociais, como *crescimento econômico*. Esse *discurso do impeachment* visa identificar razões morais com razões legais, sendo desse modo o cumprimento da lei uma forma de impor uma moralidade.

No trecho abaixo

"o deputado lembrou que o governo petista foi a maior hegemonia política desde a redemocratização, mas que, numa tentativa de se apropriar do Estado, em nome de um projeto de poder, cometeu crimes de responsabilidade e mergulhou o país na maior crise de sua história e no maior escândalo de corrupção de todos os tempos",

por meio da citação das palavras de seu deputado, no texto faz-se menção à tentativa presumivelmente ilegal do PT de se *apropriar do Estado*, para desenvolver um não explicado *projeto de poder*, que o *impeachment* viera para impedir a fim de manter a legalidade institucional. Ademais, menciona diretamente o crime foco do processo de *impeachment*, para uma vez mais mostrar que o governo afastado agira contra a lei. A menção à corrupção, não se sabe se de maneira legal ou moral, indica, a nosso ver, a orientação desse discurso, que é justamente não diferenciar esses dois elementos, apontando para a valoração social desse discurso. O artigo, ainda se apropriando das palavras de seu parlamentar, reafirma que o processo de *impeachment* foi realizado nos marcos da lei, com o intuito de preservá-la, mencionando o suposto *projeto de poder* do partido, que, embora não especificado, alude para a sublevação do papel das instituições, aqui mencionado o Congresso: "para Marcos Rogério, a ex-presidente Dilma, enquanto comandou o país, gastou mais do que podia e ignorou o papel do Congresso Nacional" e, nas palavras do parlamentar, "Dilma

maquiou as contas públicas para encobrir a realidade econômica e fiscal, o que culminou com a quebra da economia brasileira. Tudo em nome de um objetivo: se manter no poder a qualquer custo', apontou".

O artigo reafirma que o partido afastado do governo teria cometido crimes e por essa razão fora afastado por instituições que simplesmente cumprem a lei: "na avaliação do parlamentar, para sustentar seu projeto de poder o PT institucionalizou o assalto aos cofres da Petrobras, Eletrobrás, Rodovias, Ferrovias e até do empréstimo consignado".

Há no trecho que segue uma referência direta à versão de que o processo de *impeachment* seria um golpe, menção muito rara nos textos desse grupo: "e contestou a tese do golpe levantada por Dilma e aliados políticos, para tentar justificar o *impeachment* que sofreu ontem no Senado Federal". Notemos aí o papel do Senado enfatizado, o que busca legitimar o processo por meio de um apelo às instituições. Nas palavras do parlamentar:

"Ouvir os que quebraram o Brasil e mergulharam o país na maior crise ética, moral e econômica falar em golpe é uma agressão aos fatos, à verdade e à inteligência dos brasileiros. Todos sabem o que os governos do PT fizeram de bom e os reconhece, mas não ignora os erros graves cometidos', sustentou".

Esse trecho é de excepcional clareza para compreender essa característica típica do *discurso do impeachment*, que busca caracterizar sua valoração legalista por meios morais, quase os identificando: segundo o parlamentar, o PT seria responsável por uma crise *ética, moral e econômica*, o que pela disposição dos termos sucessivamente na frase busca identificá-los, como se tivessem uma causa comum, ou ainda que fossem vários lados de um mesmo fenômeno. Por isso a acusação de crime ao adversário é ao mesmo tempo legal e moral, de modo que os autores do *discurso do impeachment* comumente se referem a esses temas sem diferenciá-los, como se fossem o mesmo ou ao menos tivessem a mesma causa.

No artigo é feita uma referência aos *erros* do governo deposto, mais uma vez trazendo uma avaliação moral e dados econômicos, que parecem ter uma mesma causa, o governo deposto: "o deputado lembrou que os erros cometidos pelo governo petista trouxeram uma série de consequências para o país. Os 13

anos de poder levaram os juros a quase 13% e o dólar às alturas” e, ainda, “o 13 reduziu o poder de compra dos brasileiros, diminuiu os investimentos dos setores público e privado e deixou como legado a maior crise moral, ética, política e econômica da história do país. O Brasil tem razão de não gostar do 13’, acrescentou” – no caso, 13 se refere ao número do PT na eleição. A razão da crise moral e econômica é justificada mais claramente no trecho seguinte, em que se cita novamente o crime moral/ legal de corrupção: “apesar do otimismo com o novo governo, Marcos Rogério alertou o presidente Michel Temer para que seja rigoroso no combate à corrupção e na punição de desvios de conduta”. O trecho mais uma vez põe em evidência a valoração legalista do discurso.

Por fim, o artigo cita o parlamentar, que reforça o chamado projeto de poder e aponta para o novo governo: “É o fim de uma era, de uma saga, de um projeto de poder. Mas é, também, o fim de um jeito errado de fazer política. E o jeito errado de fazer política estava lá e pode estar do lado de cá também, do novo governo”. Depois, no trecho “por isso, é preciso que esse governo não olhe só pro retrovisor, olhe pro espelho também. E tenha responsabilidade. No menor sinal, que afaste e puna com rigor qualquer desvio de conduta’, finalizou”, vemos a retomada da valoração legalista quando se aponta para os possíveis erros que podem ser cometidos no futuro, isto é, ir contra a legislação ou contra as instituições, conduta que deve ser prontamente punida.

O terceiro e último artigo do DEM (2016c) que analisamos, chamado **Para Sóstenes, Brasil está livre de governo que assolou o país**, publicado em 06/09/16, inicia com uma descrição da posição de seu parlamentar acerca do *impeachment*: “o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ) considerou que o *impeachment* de Dilma Rousseff/PT é um fato histórico, que traz alegria ao povo brasileiro, por se ver livre de um governo que assolou a nação com todo tipo de mazelas”. A conotação positiva do acontecimento é visível na escolha de termos como *alegria* do povo ao se ver *livre* de um governo que *assolou a nação*.

Em seguida, temos uma citação de Cavalcante: “Sem dúvida nenhuma, quero registrar que esse é um dia histórico, um dia que traz satisfação e prazer por saber que esse governo que assolou a nossa Nação com as piores das mazelas, em especial a mazela chamada corrupção, chegou ao fim’, celebrou

Sóstenes em discurso no plenário”. A ênfase do discurso no tema da corrupção, entendendo-a como o mal maior que assola a nação, a pior das mazelas, mostra a valoração legalista do discurso. E a escolha lexical de termos como *satisfação* e *prazer* deixa inequívoco o julgamento positivo que o parlamentar faz do processo de *impeachment*.

Em “o deputado carioca frisou os danos que o PT causou ao país, afirmando que, nesses treze anos em que governou o Brasil, o PT destruiu os fundamentos da moralidade, da ética e da boa política; além de ter produzido uma grave crise econômica”, é explicada a razão da felicidade do parlamentar. Verificamos aí temas morais justapostos a fatos sociais, com mais um apelo a sua base social. Em seguida, são citadas as palavras do parlamentar: “O antigo governo destruiu os fundamentos da nossa economia e nos levou ao grande desastre de termos, hoje, mais de 12 milhões de desempregados’, lamentou ele”, por meio das quais ele atribui claramente ao governo derrubado a crise econômica do país.

Já no trecho seguinte, “no entanto, Sóstenes afirmou que está otimista quanto ao futuro e conclamou os brasileiros a terem esperança”, há uma ponderação sobre o futuro, que, após o *impeachment*, lhe parece promissor. O emprego do termo *esperança* busca valorizar moralmente o processo, fazendo, dessa forma, um apelo ao auditório. Também verificamos esse mesmo movimento nas palavras do parlamentar que são citadas em seguida: “Vamos acreditar no Brasil dos brasileiros, no Brasil do verde-amarelo, no Brasil que emociona a cada um de nós quando ouvimos o nosso Hino nacional, e acreditar que nós poderemos vencer este momento de dificuldade’, disse o deputado”. Há, novamente, um apelo de tipo moral às emoções de sua base social, mas desta feita sem a preocupação de justificar o processo de *impeachment*.

O artigo é finalizado com o seguinte trecho: “Antes de concluir o pronunciamento, porém, ele protestou contra a manobra de ‘fatiamento’ da votação no julgamento de Dilma, pelo Senado”. Nele, é feita referência ao pedido de cassação dos direitos políticos da presidenta afastada, o que, como vimos, foi igualmente indicado pelo PSDB, acontecimento que o DEM qualifica como *manobra*, o que alude que a ação seria ilegal.

Do Partido PR

O último partido cujos enunciados analisamos, que pertencem ao grupo do *discurso do impeachment*, é o PR (2016a). O primeiro texto tem por título **Wellington Fagundes defende vitalidade para as instituições em votação do impeachment** e foi publicado em 15/08/2016. O artigo, escrito antes da presidenta ter sido afastada definitivamente, o que parece ser a causa das incertezas e de seu tom pouco assertivo e algo apreensivo, abre com a justificativa do parlamentar para votar a favor do *impeachment*: “ao justificar seu voto pela continuidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) concluiu que o Brasil tem apresentado instituições fortes e poderes que se respeitam e se completam”. A referência à sua valoração legalista embasada no funcionamento das instituições do Estado é aqui mais uma vez explícita e se apresenta como justificativa para o aceite do processo de *impeachment* por parte do partido e do parlamentar.

Depois, em “Para o parlamentar, é compreensível a ansiedade da nação, pois o prolongamento da interinidade de Michel Temer na Presidência vai ajudar a construir cenários econômicos desfavoráveis”, entendemos que o objetivo é se adiantar quanto à possível instabilidade do governo substituto. E, novamente, observando o auditório, são selecionados termos do âmbito da moralidade, a *ansiedade* da nação. Fagundes é então citado: “‘O Brasil é um país de oportunidades para se investir e colher resultados. É evidente que é necessário definir uma vez por todas quem deve ser o chefe do Executivo’ - afirmou”. A afirmação se refere à concordância com o afastamento definitivo da presidenta, o que definiria Temer como chefe de Estado e, com isso, haveria estabilidade do governo, o que o parlamentar considera necessário e evidente.

Em seguida, com o trecho “Wellington disse ter ouvido os argumentos da acusação e da defesa; analisou todos os depoimentos colhidos pela Comissão Especial do *Impeachment* e chegou à conclusão de que o processo deve continuar para que Dilma seja julgada definitivamente pelos 81 senadores”, visa-se demonstrar imparcialidade, como manda o bom republicanismo e a legalidade nas democracias liberais. E a valoração legalista do discurso de novo se faz ver

quando o parlamentar é colocado na posição de julgador imparcial, o que, na verdade, se trata de uma polêmica velada com a oposição, que como veremos adiante acusará o processo de ser motivado por interesses espúrios, isto é, exatamente o oposto de como esse discurso pretende se apresentar. O texto prossegue: “como relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, o parlamentar lembrou que fez questão de fortalecer a transparência como requisito para os atos do governo”. A escolha do termo *transparência* visa mais uma vez enfatizar a imparcialidade e objetividade legalista do parlamentar.

Na continuidade do texto, o foco se volta ao seu auditório e passa a caracterizar o acontecimento em termos morais: “segundo ele, valores éticos e de transparência são essenciais à boa governança financeira, até mesmo para que o Brasil não viva novamente processos como esse contra Dilma Rousseff”. Como vimos, a dinâmica objetiva da sociedade, como a *governança financeira*, se explica em termos subjetivos de uma boa conduta moral. Por fim, o artigo se encerra com a citação do parlamentar, que visa reformas futuras: “Sem o Orçamento, sem uma Lei de Diretrizes Orçamentárias definida com antecedência e no tempo correto, podemos repetir esse caos que agora vivemos’ – alertou”.

O segundo texto do PR (2016b) analisado, denominado **Magno Malta prevê 63 votos favoráveis ao impeachment de Dilma na batalha final**, e publicado em 30/08/2016, inicia com um breve relato sobre o processo de *impeachment*:

“O Senado começou na última quinta-feira, 25, o julgamento final do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Nos primeiros dias, os senadores irão ouvir o depoimento de testemunhas. O Supremo Tribunal Federal espera encerrar esta etapa amanhã, mas os trabalhos podem se estender pelo próximo fim de semana. O fato mais esperado é o depoimento de Dilma na segunda-feira”.

Na sequência, é feita uma citação ao parlamentar do partido: “‘Vou perguntar sobre todas as promessas de campanha para saber as verdades e mentiras’, prometeu o senador Magno Malta (PR-ES)”. A escolha feita por apresentar o problema em termos de *verdade* e *mentira*, de promessas, é uma tentativa de desmoralizar sua adversária, que, ao que se presume, seria vista pelo parlamentar como *mentirosa* e, portanto, desonesta, uma afirmação de cunho moral que visa se comunicar com sua base social, seu auditório.

Na continuidade, há novamente uma descrição da situação: “na semana

passada, o colegiado de líderes e a presidência do Senado Federal decidiram em reunião, no Salão Nobre, que o julgamento não deverá interromper o rito de ouvir todas testemunhas, mesmo se for preciso passar o sábado e domingo no plenário”. Destaquemos que, nesse período, busca-se enfatizar que todos os procedimentos legais serão mantidos a todo custo, nem que se tenha de passar o final de semana no processo, o que tanto indica uma pressa na continuidade do processo quanto reafirma sua valoração legalista, já que o *rito* será mantido, conforme manda a lei.

No trecho seguinte, “o senador Magno Malta contestou a retirada do direito de tréplica, ou seja, o senador pergunta, Dilma responde e não tem mais direito de questionamento. ‘É uma censura, mas em caso de ofensa, pode até cortar o microfone que eu grito’, reforçou Magno Malta”, verificamos que as palavras citadas do parlamentar buscam conferir à presidenta um crime: o termo selecionado é *censura*, o que, na legislação das democracias liberais, é um crime, que Malta atribui à sua adversária, que agiria contra a lei. Temos, ainda, no trecho, claramente exposto que o objetivo de Malta é cumprir a lei *nem que seja no grito*, ressaltando sua valoração novamente.

No artigo, é também ressaltada a participação do parlamentar do PR no processo do *impeachment* da seguinte forma: “Magno Malta, que teve intensa e atuante participação como membro titular da Comissão Especial de impeachment, fez uma previsão ousada. Para ele, 63 senadores votarão favoráveis ao afastamento definitivo de Dilma”. Em seguida, sua participação no processo é exposta por uma citação direta de sua fala: “A nação sofre uma crise emocional, política e jurídica. Uma crise agravada com desemprego, falências e milhões de brasileiros com dívidas e nome sujo”. Nesse *discurso do impeachment*, vemos a justaposição de termos morais e sociais, o *emocional* e o *político e jurídico* na mesma frase, e em seguida deparamo-nos com a objetividade do parlamentar que coloca o foco nos problemas sociais. O termo *emocional* nesse contexto deveria causar estranheza, mas, como vimos, trata-se de uma característica desse discurso o uso de valoração moral identificada como valoração jurídica, sendo essa uma maneira de se comunicar com a base do partido de maneira clara e que lhe seja convincente.

A citação continua:

“Ao concluir esta última etapa, o Brasil recomeça um novo ciclo de estabilidade, mas será um processo moroso, longo, porém trazendo tranquilidade para a população que foi para às [sic] ruas pedir o impeachment de Dilma’, finaliza o senador, que estará focado nesta última batalha que acaba com a era PT”.

Nesse trecho que encerra o artigo, além de se referir ao futuro próspero do pós-*impeachment* e utilizar um termo moral (*tranquilidade*) para caracterizar a população, chama a atenção o fato de, no artigo, o processo ser chamado de *batalha*, termo de conotação excessivamente forte para se referir a um processo legal, sendo provavelmente um deslize da linha geral de argumentação desse discurso.

O último artigo do PR (2016c) que analisamos é intitulado **TV-PR: Quintella faz a defesa da legalidade no impeachment** e foi publicado em 23/03/2016. O título já deixa claro a valoração do discurso e menciona explicitamente a legalidade do processo de *impeachment*. O texto se inicia com o seguinte trecho: “o líder do Partido da República na Câmara dos Deputados, deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), do PR de Alagoas, defendeu o cumprimento do devido processo legal durante sessão da Comissão Especial na última terça-feira, 22”. Nele, destacamos a presença da valoração social do *discurso do impeachment*, que apresenta o parlamentar do partido como cumpridor do *devido processo legal*, reafirmando o papel ativo do partido ao seguir a lei.

O texto segue: “A reunião rejeitou a admissibilidade da abertura do processo de impeachment com aditamentos propostos pela oposição”. Aí é afirmado que, em contraste com a atitude do parlamentar do seu partido, a oposição buscava algum modo de burlar a lei, o que ainda é reafirmado no trecho que vem em seguida:

“Quintella fez questão de manifestar a intenção da legenda republicana em favor da legalidade e pontuou a necessidade de apoio a medidas como a que negou o aditamento de novas denúncias contra a Presidente Dilma Rousseff, no mesmo processo já iniciado e que está sob exame daquela Comissão Especial”.

Como é possível depreender, é reforçada a ideia do partido que está *em favor da legalidade* e que, por tal razão, negou o adiamento requerido pela oposição que sofria o processo de *impeachment*.

Em seguida, o autor reafirma seu cumprimento da lei por meio dos procedimentos adotados por seu parlamentar:

“Na ocasião, o parlamentar republicano destacou a organização de trabalho que está sendo realizado pela Comissão. ‘Em primeiro lugar, eu queria chamar a atenção em relação a organização de trabalho, todos nós sabemos que essa é uma comissão extremamente importante, que está verificando a admissibilidade ou não, de denúncia por crime de responsabilidade da Presidência da República’, ponderou o líder que alertou: ‘Todos nós já sabemos que no início da Comissão todos estão angustiados para falar, defender ou acusar, mas é preciso que a gente respeite o ordenamento do trabalho, essa é uma Comissão de 65 membros e não de meia dúzia de membros, de uma dúzia de membros’”.

No trecho, está claro que o parlamentar deseja mostrar imparcialidade, que não deixará se levar por emoções como a *angústia*, que agirá somente de acordo com a lei e, portanto, julgará a *denúncia por crime de responsabilidade*, fato a que o próprio artigo alude quando se refere à fala de Quintella como *ponderada*.

O artigo segue contando com mais uma citação direta do político: “Quero parabenizar a toda a Comissão pelo acerto nessa escolha, vossa excelência tem todas as condições de ir ao trabalho com todo o equilíbrio, seriedade, garantindo a ampla defesa, apesar do Brasil hoje parecer que é um Estado que não vive”. A escolha dos termos *equilíbrio* e *seriedade* num julgamento que permite *ampla defesa* reafirma a valoração legalista do discurso.

Ainda se referindo à Constituição e ao cumprimento da lei, o artigo prossegue e cita o parlamentar novamente de modo direto: “Destacou Quintella que ainda chamou a atenção sobre as decisões de um mandato eletivo: ‘Nós juramos na constituição da república quando assumimos nosso mandato defendê-lo, e acho que isso tem que ser a nossa missão principal, garantir o processo legal’. Fica clara, de modo reforçado, a valoração legalista.

Já em “e vossa excelência acerta quando não acata o aditamento à denúncia, não há previsão legal nem na lei, nem na constituição federal, nem mesmo para anexo, então se aqui nós quisermos que essa Comissão tenha o desfecho na velocidade que o povo brasileiro espera e que a lei determina”, o autor relembra que aditar a denúncia, conforme requerido pela oposição, seria um descumprimento da lei.

Ademais, no artigo afirma-se que “O republicano fez questão de ressaltar seu ponto de vista em relação ao andamento do atual processo do *impeachment*”, e, em seguida, o parlamentar procura se justificar:

“Qualquer outro aditamento, qualquer outro fato teria que ser objeto de um novo pedido de *impeachment*. Então esse é o único reparo que eu faço em relação à decisão da vossa excelência. No mais seu presidente, eu quero aqui ratificar que a decisão da comissão em relação ao procedimento, ela não versa sobre insossão processual, quem fará isso é o Senado. A peça que nós temos que analisar é a denúncia, está aqui na Casa, nós temos que ser bastante econômicos, temos que discutir aqui, mesa e comissão, como se dará esse processo, dar a palavra aqueles que fizeram a denúncia, dar a palavra aqueles que a defesa apontar como seus representantes nessa comissão, e a partir daí sim, cada deputado fará o seu convencimento com base nos fatos que estão aqui colocados’, enfatizou (PR, 2016c, destaques nossos).

O trecho destacado leva consigo o jargão tipicamente jurídico, como a menção à *insossão* [sic] *processual* – termo inexistente para o qual não conseguimos encontrar um substituto coerente que explicaria o erro do parlamentar – e outros termos e expressões do Direito, tais como *denúncia*, *com base nos fatos* etc. Evidentemente, o texto se fundamenta por sua base na legalidade, e é essa valoração que o parlamentar busca enfatizar.

Por fim, no último trecho, reafirma-se a legalidade do procedimento, que parece coincidir com a vontade geral da sociedade brasileira: “Ao finalizar, o congressista ressaltou que está na expectativa do processo caminhar dentro da legalidade e espera que a Comissão decida o que for melhor para a população brasileira”. Depois disso, há uma citação direta ao parlamentar: “Quero me dirigir a comissão, dizer que nós todos temos expectativa que esse processo caminha aqui com toda ordem, dentro da legalidade e que essa Comissão que é soberana decida aquilo que for melhor para o povo brasileiro’, finalizou”. A legalidade é mais uma vez reafirmada explicitamente.

Antes de passarmos à análise do *discurso do golpe*, façamos um breve levantamento dos resultados que a análise do *discurso do impeachment* nos permite sintetizar.

O apelo ao seu auditório é frequente e se dirige a uma classe média presumivelmente conservadora, uma vez que é orientado pela *moralidade*. Dessa forma, a materialidade linguística desse discurso constantemente justifica o apoio

ao impedimento por meio de termos como *esperança* ou *ética*, sendo o termo chave *corrupção*, nunca definido, mas frequentemente mencionado. Não se sabe se é um termo referente a moral ou ao Direito.

De toda a interrupta cadeia discursiva da comunicação social, os temas recorrentes ao signo ideológico “*impeachment*” são os mais frequentes nesse discurso: afirma-se reiteradamente que se trata de um processo *legal*; segue os princípios *constitucionais*; são respeitados os ritos do *Direito*; são respeitadas as *instituições* do *Estado*; a autonomia das *câmaras* e, portanto, do *bicameralismo*. Em suma, a *justiça* e o *Estado de Direito* são preservados e fortalecidos com o impedimento. A valoração desse discurso, que escolhemos denominar *legalista*, se afirma por virtualmente toda a materialidade linguística dos enunciados, uma vez que quase todos – senão todos – os temas desse discurso se baseiam numa ideia abstrata e universal do que seria a *lei*, que foi cumprida pois as instituições que existem para aplicá-la foram aquelas responsáveis pelo impedimento, que é, portanto, por essa razão, um processo legítimo. Vejamos agora o *discurso do golpe*.

2.3.3. *Discurso do Golpe*

Do Partido PT

O primeiro texto do *discurso do golpe* que analisamos é do PT (2016a), chama-se **Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Dilma Rousseff** e tem por subtítulo **Frente divulga carta de apoio à presidenta legítima e garante que luta contra o governo golpista e seus retrocessos “será implacável”**, tendo sido publicado em 31/08/16. Ele conta com uma foto da presidenta e a legenda “Pensam que nos venceram, mas estão enganados”, afirma Dilma”. A menção ao golpe já aparece no título, como se vê, e ainda há o qualificativo de *legítima* à presidente, o que resulta que sua destituição não fora um processo legítimo. Veremos o porquê adiante.

O texto inicia-se com a apresentação da Frente: “A Frente Brasil Popular, que reúne sindicatos e associações progressistas e movimento sociais, divulgou

nesta quarta-feira (31) uma carta de apoio à presidenta eleita Dilma Rousseff”. A caracterização da presidenta como *eleita* evidentemente não é casual, mas um sinal da valoração desse discurso.

Depois, prossegue: “Na carta, reforçam que senadores que votaram pelo impeachment ‘atropelaram o resultado eleitoral, condenaram uma mulher inocente e sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964””. Vemos nesse trecho que os argumentos utilizados pelo *discurso do golpe* são de caráter político-histórico: o *impeachment* desrespeitou o processo eleitoral e o comparam com outro golpe, militar, de 1964, alargando o entendimento do processo a um panorama mais amplo, característica que vimos quando tratamos do tema e valoração do signo ideológico *golpe*. Como vimos, nenhum texto do *discurso do impeachment* cita o golpe militar de 1964.

O texto continua: “e garantem: ‘Nossa luta contra o governo golpista e seu programa para retirada de conquistas será implacável””. Esse aspecto de agitação política no discurso reforça o entendimento de que a queda da presidenta se deve a uma ação política, e não jurídica, e por essa razão a maneira de combatê-la é por meio da mobilização política. Estamos ainda na valoração política desse discurso. Há nesse trecho, no entanto, uma menção ao âmbito jurídico, como que uma polêmica velada contra seus opositores, na qual se afirma que a presidenta é *inocente*. No entanto, o aspecto jurídico é apenas citado; não constitui o núcleo valorativo da argumentação.

O artigo apresenta o texto da Frente que segue: “Leia abaixo na íntegra: Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Legítima Dilma Rousseff. Companheira Presidenta Dilma Rousseff. Primeiramente, como dizem as ruas, fora Temer!”. Nesse trecho, não apenas é reiterado o uso do termo *legítima* para qualificar a presidenta, como também se reafirma a palavra de ordem política contra o presidente interino que a substituiu (*Fora, Temer!*). É importante também notar o uso da expressão *como dizem nas ruas*, que dialoga diretamente com o auditório desse discurso, que, ao que o texto dá a entender, criou uma palavra de ordem em reação ao processo considerado ilegítimo por esse discurso.

Destaquemos que a expressão utilizada pela palavra de ordem é *fora*, um termo da língua ordinária, e não algum termo jurídico como *impeachment*, o qual

não foi utilizado em momento nenhum pelo *discurso do impeachment*. Por fim, o termo *companheira*, além de uma forma de tratamento de conotação carinhosa e jargão da esquerda, indica igualdade de posição hierárquica – ao contrário de, por exemplo, *senhora* – e busca uma proximidade no tratamento com a presidenta, um fato incomum a alguém tão importante quanto um chefe de Estado. Esse fato reafirma a base popular do auditório desse discurso.

O texto prossegue se referindo ao ocorrido da seguinte forma: “a maioria dos senadores brasileiros dobrou-se à fraude e à mentira, chancelando um golpe parlamentar contra a Constituição e a soberania popular”. É notável que é utilizada a expressão *golpe parlamentar*, uma referência ao *golpe branco* que vimos quando tratávamos dos temas que carregam o signo ideológico *golpe*. O autor do texto demonstra ter conhecimento da história e do conceito de *golpe* e por isso trata do assunto em sua especificidade. O posicionamento do Senado que outorgou a cassação do mandato da presidenta é referido como ilegítimo por meio de termos de conotação forte, tais como *fraude* e *mentira*.

No trecho a Constituição é citada provavelmente em polêmica com o *discurso do impeachment*, que se baseia oficialmente nela, invertendo seu sentido: no *discurso do golpe*, o *impeachment* é *contra* a lei federal, embora esse não seja o foco e o assunto seja simplesmente mencionado sem demais explicações. Em seguida, é usada uma expressão que consideramos fundamental para esse discurso, a *soberania popular*. Posta ao final da frase, o que lhe dá uma ênfase especial, é onde se encontra o núcleo da valoração desse discurso, de que a queda da presidenta é uma obra política das elites. Isso ficará mais claro nos trechos que se seguem.

O texto busca explicar o processo de cassação: “As forças mais reacionárias, ao interromper vosso legítimo mandato, impuseram um governo usurpador, que não esconde suas opções misóginas e racistas. Atropelaram o resultado eleitoral, condenaram uma mulher inocente e sacramentaram o mais grave retrocesso político desde o golpe militar de 1964”. O governo que se estabeleceu após a queda de Dilma é *reacionário* e *usurpador*, pois atropelou o resultado eleitoral e condenou uma mulher inocente, comparando-o mais uma vez com o golpe de 1964, este cuja denominação de *golpe* é menos polêmica, por ter

se tratado de um golpe militar explícito.

Como vimos, a caracterização do ocorrido por esse discurso como *golpe parlamentar* aponta para a especificidade com a qual eles veem o processo e sua argumentação e escolha lexical apontam para a valoração política do discurso. O uso dos termos *misógino* e *racista* é um apelo à sua base social, seu auditório, o qual se supõe composto por quantidade significativa de militantes e simpatizantes mulheres e negros, reafirmando sua base popular. A caracterização do governo subsequente por esses qualificativos é também um chamado à mobilização política, reforçando o caráter político que esse discurso vê no impedimento.

Na sequência, temos o trecho:

“Esta ruptura da ordem democrática materializa os propósitos antipatrióticos e antipopulares das elites econômicas, empenhadas em ampliar sua margem de lucro através da destruição de direitos e conquistas do povo brasileiro, como a companheira denunciou diante de seus algozes de hoje”.

Nele, as elites são mencionadas explicitamente como responsáveis pela deposição da presidente, o que, como vimos, é um tema fundamental do *discurso do golpe*. Nesse trecho também aparece uma visão da situação social como dividida em classes com interesses antagônicos, uma vez que a ampliação do lucro das elites aparece como a destruição de direitos do povo. Esses elementos são absolutamente estranhos ao *discurso do impeachment*, que parece entender a sociedade de maneira fundamentalmente harmoniosa. As elites são os *algozes* do processo antinacional e antipopular, que prejudica a toda a população brasileira, mais uma indicação ao auditório do discurso, as camadas populares.

Já em “Os golpistas não escondem seu programa: entre outras medidas contra o povo, pretendem reduzir investimentos em saúde, educação e moradia, eliminar direitos trabalhistas, acabar com a vinculação da aposentadoria básica ao salário mínimo, esvaziar programas sociais e entregar o pré-sal às corporações internacionais”, estão evidentes as medidas antipopulares, e também a ideia de que o golpe se volta contra direitos elementares da população, sobretudo a mais pobre, como se vê especificamente na menção aos programas sociais, mas também contra outros direitos básicos da população, como saúde, educação e moradia. Mais uma vez, o programa apresentado é aquele das elites que, por

meio de um golpe, se apropriaram de um governo eleito pela maioria para aplicar seu programa contra essa mesma maioria.

No trecho seguinte,

“A agenda dos usurpadores rasga as garantias da Constituição de 1988 e afronta as conquistas obtidas durante os governos do presidente Lula e o da companheira, com o claro intuito de favorecer os interesses da plutocracia do dinheiro, da indústria, da terra e da mídia, em detrimento dos trabalhadores e das camadas médias”,

vemos as bases sociais que o *discurso do golpe* atribui aos programas de governo: enquanto o PT apresentou *conquistas* para os *trabalhadores* e para as classes *médias*, o governo de Temer defende os interesses da classe capitalista, como fica claro nas menções aos industriais e aos latifundiários, e à *plutocracia*, a elite econômica do país. A situação é apresentada como uma luta de classes, na qual as classes dominantes golpearam um governo das classes populares.

Em “Durante os últimos meses, ao lado da companheira, resistimos contra o golpe institucional por todo o país. Milhões de brasileiros e brasileiras participaram de manifestações e protestos, em um esforço unitário para defender a democracia, os direitos populares e a soberania das urnas”, mais uma vez há a alusão ao *golpe branco*, dessa vez denominado *institucional*. Como se vê, o *discurso do golpe* procura se alicerçar defendendo os valores da democracia, agora não mais entendida como o funcionamento das instituições, como no *discurso do impeachment*, mas como vontade popular, exemplificada nas manifestações e protestos de milhões de brasileiros e brasileiras que resistiram à sua destituição, de acordo com esse discurso.

O texto prossegue com o seguinte trecho:

“A voz da companheira, em seu discurso de 29 de agosto frente a seus julgadores, nos representa. Ali se fez ouvir, com dignidade e audácia, a verdade sobre o golpe em curso, sua natureza de classe e sua ameaça ao futuro da nação, pois os usurpadores não escondem sua submissão aos centros imperialistas e buscam destruir a política externa independente dos governos petistas”.

Esse trecho exemplifica o que o *discurso do golpe* entende por *antinacional*, pois é atribuído aos golpistas a submissão aos países centrais do capitalismo, que teriam interesse em comandar o processo político do país. Nele também é mencionada explicitamente a natureza de classe que o *discurso do*

golpe atribui ao impedimento, uma vez que esse discurso entende o golpe como um ato das elites em busca da defesa de seus interesses, os quais são antagônicos àqueles do restante da população, ainda que sejam subalternas a potências estrangeiras. Por fim, o *golpe* nesse caso aparece sem qualificativo.

Há um apelo ao seu auditório estimulando-o por meio de um programa de luta, como se verifica em: “Perdemos uma batalha, mas a resistência apenas começa. Nas ruas e nas instituições. Nos locais de estudo, trabalho e moradia. Mais cedo do que pensam os usurpadores, o povo brasileiro será capaz de rechaçar seus planos e retomar o caminho das grandes mudanças”. O termo *resistência* indica o núcleo desse trecho, que aparece exemplificado nos locais de disputa política, ressaltando a valoração desse discurso. A base social do discurso é referida como *povo brasileiro*, a fim de mobilizar toda a população do país contra as elites apoiadas em governos estrangeiros. O uso do tempo futuro em afirmações taxativas como *será capaz de* intenciona passar confiança e determinação ao auditório, que o autor deseja motivar para a luta.

Ainda sobre a questão da mobilização, em

“Nossa luta contra o governo golpista e seu programa para retirada de conquistas será implacável. Buscaremos a unidade e a mobilização das mais amplas forças populares, combatendo sem cessar, até derrotarmos a coalizão antidemocrática que rompeu com o Estado de Direito. Estamos certos de que a companheira continuará a inspirar e protagonizar a resistência contra o golpismo”,

é apresentado o programa político, que busca unidade com as forças populares. O tom motivador é ainda bastante presente, conforme se depreende de expressões como *combatendo sem cessar, até derrotarmos*. O trecho também exalta a figura da presidenta deposta. Há novamente uma polêmica velada com o discurso adversário quando se menciona que o impedimento foi feito contra o *Estado de Direito*, uma inversão do argumento do *discurso do impeachment*.

O texto se encerra com a frase “Do mesmo lado da trincheira e da história, lutaremos até a vitória de um Brasil democrático, justo e soberano”, por meio da qual se resumem os temas levantados no texto. Além disso, reafirma-se a valoração política que o discurso apoia. Há, ainda, em forma de *hashtag*, o lema “#LutarSempre”.

O segundo texto do PT (2016b) se chama **Manifesto ‘Em Defesa do Estado**

Democrático de Direito', foi publicado em 21/06/2016 e atualizado em 24/06/2016, e se inicia com a seguinte apresentação das autoras do manifesto referido:

“As professoras universitárias brasileiras Miriam Madureira (Universidad Autónoma Metropolitana do México) e Yara Frateschi (Unicamp) lançaram na última Conferência Internacional de Filosofia e Ciências Sociais, realizada em Praga (República Tcheca), o Manifesto em Defesa do Estado Democrático de Direito no Brasil”.

Em seguida, há a descrição do manifesto, como segue: “O documento explica o processo de destituição ilegítimo da presidenta Dilma Rousseff e o repudia, manifestando forte apoio à manutenção do Estado Democrático de Direito no Brasil”. Trata-se de uma apresentação que busca direcionar o conteúdo ao auditório, por meio da utilização de nomes e cargos respeitáveis de professores universitários de reconhecimento internacional. Afirma-se explicitamente que o processo de destituição da presidenta foi *ilegítimo* e que, por isso, há a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito. Isso será melhor explicado em seguida.

Em “Entrevistamos a professora Yara Frateschi por telefone. Segundo a docente, o documento recebeu o apoio de quase todas/os as/os participantes do evento e ressalta assinaturas de acadêmicas/os e estudiosas/os de grande prestígio internacional como Jürgen Habermas e Nancy Fraser, entre outros nomes consagrados nos estudos sobre Democracia”, ainda se dirigindo ao leitor, são citados nomes considerados *consagrados* e por isso com autoridade simbólica para tratar do assunto. Notamos a preocupação do autor em utilizar as formas masculinas e femininas ao mesmo tempo, demonstrando preocupação com a inclusão das mulheres no manifesto, em vez utilizar simplesmente a forma masculina, dominante na língua portuguesa. Tal recurso evidentemente visa a dialogar com o auditório feminino, que se vê representado nessa escolha.

O trecho que vem na sequência é: “Frateschi afirma estar segura de que o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma é um golpe revestido de processo legal e que as acusações feitas contra a presidenta Dilma não se sustentam – trata-se, na realidade, de uma reação da direita aos ganhos sociais e democráticos dos últimos anos”. Nele, é mostrada a avaliação que o *discurso do golpe* faz da crise política: trata-se de uma farsa, um *golpe revestido de processo legal* alicerçado por *acusações que não se sustentam*. Assim, por mais coberto

que esteja por todo o ritual de legalidade institucional, seguir o procedimento jurídico visaria a ocultar justamente sua intenção mais profunda, que é a de atacar *ganhos sociais e democráticos*. Assim, a despeito da cobertura jurídica, a valoração desse discurso se pauta por interesses políticos de classe.

Prosseguindo o texto, temos: “Para a professora, é importante pensar e discutir o combate à corrupção e qualquer tipo de ilegalidade; no entanto, o discurso que sustenta o processo é uma falácia, seja pelos partidos envolvidos, seja pelo presidente interino que está inelegível”. Há nesse ponto uma polêmica velada com o *discurso do impeachment*, uma vez que ele, conforme vimos, responsabiliza o PT pelo processo de impedimento por corrupção. O *discurso do golpe*, no entanto, separa os dois fatores, apoiando a luta contra as ilegalidades, mas desvinculando-a do acontecimento em questão, qualifica a identidade entre os dois elementos como uma *falácia* e cita os partidos envolvidos no impedimento tanto quanto o presidente substituto, o que resultaria em estarem envolvidos em atividades ilegais.

Em “De acordo com Frateschi, é nítido o envolvimento da imprensa nesse processo ao não levar informação de qualidade aos brasileiros e brasileiras. ‘O acesso à boa informação fez com que as pessoas se manifestassem prontamente no exterior. No Brasil, ela está bloqueada’, afirma”, um grupo de capitalistas, aqueles da imprensa, é acusado de manipulação da opinião pública com o intuito de defender os interesses de uma elite, a despeito, embora por meio, da população.

No trecho a seguir, “Quanto ao futuro, ‘há uma situação de insegurança e instabilidade’. Para a docente, não há hoje pior cenário possível que a não reversão do processo, que foi apoiado por setores reacionários e pela grande mídia, insurgindo contra um governo democraticamente eleito”, novamente atribui-se às elites a destituição do governo, acarretando em que elas teriam um programa próprio e meios poderosos para instituí-lo, colocando o país em uma situação de *insegurança e instabilidade*. Dessa forma, a única solução que a professora encontra seria o cancelamento do impedimento, pela manutenção da normalidade democrática, como fica claro no trecho a seguir: “Tudo isso nos evidencia de que se trata de um golpe contra a nossa jovem democracia e suas

instituições. ‘Quantos anos levaremos para nos recuperar?’ questiona”. Além do tom de incerteza da última questão, a polêmica com o *discurso do impeachment* se faz ver uma vez mais, pois argumenta-se justamente o contrário, isto é, que o *impeachment* seria a manutenção da democracia, e não seu rompimento.

O que vem em seguida é o nome do manifesto, apresentado em letras maiúsculas: “MANIFESTO EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO CONTRA O GOLPE NO BRASIL”, e depois o seguinte trecho: “no dia 31 de março de 1964, um golpe de Estado instaurou no Brasil uma ditadura civil-militar, dando início a um tenebroso período de 21 anos de suspensão das garantias civis e políticas no País. Hoje, 52 anos depois, o povo brasileiro se vê frente a uma nova ruptura da ordem democrática”. A perspectiva histórica de um discurso baseado na valoração política se faz ver novamente quando o *discurso do golpe* compara o processo de 2016 com aquele ocorrido em 1964, pelo fato de considerar que ambos representam uma *ruptura com a ordem democrática*. Como vimos, tal comparação é completamente ausente no *discurso do impeachment*.

O texto segue: “Como resultado da admissão pelo Senado brasileiro de um processo de *impeachment* baseado em irregularidades contábeis, Dilma Rousseff, que havia sido eleita em 2014 para um mandato de 4 anos, foi obrigada, no dia 12 de maio de 2016, a afastar-se de suas funções como Presidenta da República”. Verificamos nesse trecho um certo desdém quanto ao motivo do afastamento da presidenta: a conotação de *irregularidades contábeis* parece bem menos grave do que *crime de responsabilidade fiscal*, a expressão que aparece na lei e que foi utilizada largamente pelo *discurso do impeachment*. A seleção desse termo parece indicar que o motivo apresentado pela oposição esconde suas verdadeiras intenções de um tecnicismo de tipo jurídico. O texto apresenta em seguida os dados que considera fundamentais: a presidenta havia sido eleita para um mandato de 4 anos, mas *foi obrigada* a sair por um motivo espúrio.

Continuemos: “Ainda que esse afastamento seja formalmente temporário, com duração máxima de 180 dias, período em que os senadores deverão voltar a avaliar os motivos pelos quais se solicita o impeachment, é improvável que Dilma Rousseff retorne à Presidência”. A avaliação ocorrida no meio dos acontecimentos estava correta, e a presidenta, como se sabe, foi afastada definitivamente.

Em “O afastamento de Dilma Rousseff da Presidência é o ápice de um processo caracterizado por uma arbitrariedade e polarização sem precedentes na sociedade brasileira democrática, perceptível pelo menos desde sua reeleição em 2014”, aponta-se para as bases sociais dos discursos, as quais vê como polarizadas.

O período “Ao atribuir os recentes escândalos de corrupção exclusivamente às administrações do Partido dos Trabalhadores (PT) (embora elas tenham sido as únicas a ter a coragem de investigá-los até o fim, mesmo quando as investigações se voltavam contra elas mesmas)” assinala mais uma vez uma polêmica com o *discurso do impeachment*, que, como vimos, atribui reiteradamente, à corrupção do PT a razão de sua queda. Aqui, no entanto, vemos novamente uma inversão desse argumento, no qual o partido aparece como combatente da corrupção.

O uso do termo *exclusivo* esclarece o trecho seguinte: “e ao manipular a opinião pública contra os riscos de uma suposta esquerdização do País, a oposição de direita ao governo de Dilma Rousseff aproveitou-se da crise econômica que emergiu depois de anos de estabilidade e crescimento e pôs em marcha uma violenta campanha midiática contra esse governo”. Mais uma vez, um grupo das elites, os capitalistas que comandam a mídia, são apresentados como corresponsáveis pelo impedimento, muito diferente do que informa o *discurso do impeachment*, que busca argumentar em torno da universalidade da lei e do funcionamento das instituições. Ainda, o *discurso do golpe* não atribui ao governo petista a crise econômica, mas, ao contrário, afirma que ela *emergiu* depois de anos de estabilidade. Tal avaliação só é possível com uma valoração que tem um ponto de vista histórico sobre a economia e a sociedade.

O texto segue: “A oposição conseguiu aglutinar contra o Partido dos Trabalhadores (PT) vastos setores das elites empresariais e das classes médias conservadoras, assim como setores autoritários representados no Congresso e no Poder Judiciário, com o objetivo evidente de proceder ao corte dos direitos sociais garantidos no governo Dilma Rousseff e à desregulação da economia”. Aqui, o caráter de classe do processo de impedimento é mencionado de modo explícito: o *discurso do golpe* caracteriza as elites, no poder ou fora dele, e seu auditório, as

classes médias conservadoras, como responsáveis pelo processo, o qual visa seus interesses próprios, que inclui a *desregulação da economia* e o *corte dos direitos sociais*, projeto que está em conflito com os interesses das massas populares.

Ainda temos: “Além disso, é provável que, uma vez no poder, a oposição se recuse a dar continuidade às investigações de corrupção, já que estas possivelmente envolverão seus próprios membros”. Invertendo-se o *discurso do impeachment*, novamente, é atribuído aos adversários o crime de corrupção, ao mesmo tempo em que se busca livrar a presidenta: “ao contrário do que ocorre com Dilma Rousseff, cuja probidade na administração da coisa pública não se põe em dúvida, já que acusações de corrupção não são parte do processo de *impeachment*”. No trecho se levanta um ponto fundamental, pois o impedimento foi justificado, como vimos, tendo como base um *crime de responsabilidade fiscal*, que não envolve corrupção. Apesar disso, o *discurso do impeachment* cita frequentemente a corrupção ao tratar do assunto, o que demonstra uma certa tentativa de confundir a opinião de seu auditório sobre os motivos que levam à destituição da presidenta.

Em seu último parágrafo, o texto menciona o que considera legítimo como *impeachment*: “O *impeachment* é um instrumento jurídico de uso extremamente limitado no presidencialismo brasileiro. Previsto no artigo 85 da Constituição Brasileira de 1988, seu uso é restrito a casos envolvendo crimes graves (crimes de responsabilidade) realizados pelo Presidente”. Embora a justificativa do *impeachment* seja justamente a de crime de responsabilidade, esse trecho parece desacreditar no caso de Dilma, o que indica mais uma vez que o *discurso do golpe* se baseia na ideia de que o discurso adversário não apresenta seus reais motivos.

A argumentação prossegue: “Na medida em que as irregularidades contábeis na administração do orçamento de que se acusa Dilma Rousseff não constituem crimes de responsabilidade no sentido da Constituição, é evidente que este processo de impeachment não está fundamentado de maneira legítima”. Segundo os autores do manifesto, as irregularidades encontradas no governo Dilma não constituem crime de responsabilidade, o que está em conflito claro com

o que foi julgado pelo congresso. Assim, o conteúdo daquilo que o *discurso do golpe* chama de democracia não consiste no funcionamento institucional dos Três Poderes, como vimos no *discurso do impeachment*: há em sua definição a necessidade de um fundamento nas massas populares para caracterizar um processo como democrático, o que está em consonância com a valoração social desse discurso.

Ainda relativo a esse aspecto, há este trecho: “Além disso, todo o processo esteve cheio de aspectos questionáveis, o que contribui para agregar maior ilegitimidade a seus resultados”. E depois a finalização do texto: “Portanto, não é um exagero considerar o presente processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff um golpe branco que terá consequências duráveis para o Estado Democrático de Direito no Brasil”. Temos aí mais uma menção ao *golpe branco*, tema recorrente desse discurso que evidencia seu fundamento numa valoração histórica e política.

Tratemos agora do artigo (PT, 2016c) intitulado **Nota do PT sobre admissão do *impeachment* no Senado**, que tem como subtítulo “Rui Falcão: ‘Não descansaremos um só minuto até que a presidenta retorne ao comando do Estado, como é a vontade soberana e constitucional do povo brasileiro’”, publicado em 12/05/2016. O texto inicia com uma apresentação do autor da nota e uma breve descrição de seu conteúdo: “O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, divulgou nota, na manhã desta quinta-feira (12), sobre a aprovação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal. Leia a nota na íntegra”. Vejamos.

A nota do presidente do partido se inicia com o seguinte chamado em caixa alta: “COMUNICADO AO POVO BRASILEIRO”. O título indica que o autor pretende se dirigir às massas populares, o auditório do *discurso do golpe*. Assim segue o texto: “A admissão do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, aprovada pelo Senado Federal, é a continuidade do golpe contra a democracia e a Constituição. Mais uma vez em nossa história, as elites pisoteiam o voto popular, abrindo caminho para a imposição de um governo ilegítimo”.

Vemos aí a valoração política com embasamento histórico tradicional do *discurso do golpe*: o autor atribui o golpe às elites que ignoram a vontade popular

e impõem seu governo à força e, destaca o autor, de modo ilegítimo. A democracia de novo é invocada como valor que sustenta sua argumentação, assim como a Constituição, numa clara polêmica em relação ao *discurso do impeachment*. Como já tivemos a oportunidade de observar, a concepção que o *discurso do golpe* tem da democracia se baseia na participação popular, e esta foi afanada, por isso o novo governo é ilegítimo e o processo se caracteriza como um golpe.

O texto continua reiterando a mesma argumentação: “O país está sendo tomado de assalto pelos piores expoentes das oligarquias do poder, da mídia monopolizada e da plutocracia. Incapazes de vencer nas urnas, recorrem à farsa institucional para derrubar uma governante eleita pela maioria do povo brasileiro e que não cometeu qualquer crime”. A participação das elites como autoras do golpe é mais uma vez mencionada, pois, segundo o autor, elas não seriam capazes de ganhar o governo por meio do voto.

Além disso, novamente a mídia é citada entre as elites responsáveis por usurpar o poder. O autor destaca igualmente que a presidenta deposta fora eleita pela maioria do povo brasileiro, o que qualifica ainda um conflito de classes entre os interesses dessas elites e a grande massa da população. De novo, em polêmica com o *discurso do impeachment*, o presidente do PT afirma que a presidenta eleita por seu partido não cometera nenhum crime de irresponsabilidade, o que indicaria que os verdadeiros motivos de seu impedimento não são mencionados pelo discurso adversário.

Em período anterior à saída definitiva de sua companheira partidária, o autor escreve: “O revés sofrido neste 12 de maio, perante as forças da infâmia, da traição e do golpismo, será respondido com redobrado ânimo de combate pela restauração constitucional e a absolvição da presidenta Dilma Rousseff, no julgamento de mérito que se realizará dentro de alguns meses”. A seleção grave de palavras para a acusação de seus adversários, chamando-os de golpistas, infames e traidores, é um alento a seu auditório, que chama para resistir. Em seguida, explica o que entende por resistência: “O Partido dos Trabalhadores, ao lado dos demais integrantes da Frente Brasil Popular e da Frente Povo sem Medo, e em conjunto com todas as forças democráticas, continuará mobilizado

nas ruas e instituições nacionais”. Como se vê, o autor ancora-se na ideia de democracia entendida como a mobilização das forças populares, entre as quais ele cita seu próprio partido e duas coalizões de movimentos populares, que se preparam para a mobilização a fim de fazer pressão nas ruas.

Em seguida, o autor é mais específico com aquilo que entende como sua base social, no caso desse enunciado, como seu auditório: “Estamos seguros de que os trabalhadores do campo e da cidade, os intelectuais progressistas, a juventude e as mulheres continuarão a cumprir seu papel de vanguarda na resistência pela legalidade”. Os grupos citados parecem ser o que o autor considera as camadas democráticas da população, em contraste com as elites, às quais ele atribuiu fortes acusações de conduta ilegal. Ele prossegue: “Saberemos levar a todos os cantos do país o protesto contra a usurpação e o golpe”. Embora a menção a temas jurídicos, como a *legalidade*, tema fundamental desse trecho do texto, um claro chamado à ação mobilizadora das massas, algo que não se vê no *discurso do impeachment*, clarificando, assim, as duas diferentes valorações sociais.

No trecho “Nossa mobilização, plural e unitária, vai muito além do apoio ao governo liderado por nosso partido”, em que o autor se refere ao chamado das massas para a ação, o caráter inclusivo da manifestação, que se depreende por exemplo em termos como *plural*, manifesta a ideia que o autor tem de democracia, apoiada na pluralidade. Já em “Acima de tudo, defendemos a ordem democrática e repudiamos o programa dos golpistas, que planejam arrochar salários; reverter a política de reajustes do salário-mínimo; mexer com os direitos dos aposentados; anular vinculações constitucionais da saúde e da educação”, temos mais uma vez a disputa de classes por detrás da crise política: o projeto das elites, que se apropriaram ilegitimamente do poder está em conflito direto com as classes populares. Em seguida, o autor cita termos já mencionados em outros textos do seu partido, enfatizando o caráter elitista e subalterno aos regimes estrangeiros do programa hostil ao povo que o governo substituto pretende aplicar: “enfim um programa regressivo, antipopular e antinacional”.

O tema central do texto é o chamado à mobilização popular contra o golpe. No último parágrafo, lê-se: “Não descansaremos um só minuto até que a

presidenta de todos os brasileiros, sufragada em eleições livres e diretas, retorne ao comando do Estado, como é a vontade soberana e constitucional do povo brasileiro”. Embora também cite a Constituição, como faz o *discurso do impeachment*, a valoração política desse discurso atribui o cumprimento da lei não ao funcionamento das instituições, mas à participação popular na escolha dos eleitos, deixando claro que o impedimento da presidenta foi uma manobra ilegal e ilegítima. Por fim, o texto termina com uma série de palavras de ordem: “Não ao golpe. Fora Temer! Voltaremos!”.

PARTIDO PCdoB

O primeiro texto do PCdoB (2016a) que analisamos é intitulado **Unir sempre, dividir jamais** e foi publicado em 24/05/2016. O seu trecho inicial é: “Todos aqueles que pensaram no afastamento da presidente Dilma como uma forma de pacificar o país e estabilizar a situação política, restaurando-se a moralidade pública, erraram feio”. Nele, o autor se coloca contrário ao *discurso do impeachment*, que, como vimos, faz frequentes menções à moralidade pública que teria sido abalada pelo governo petista. O autor é explícito ao dizer que aquele discurso está errado.

Escrevendo no período anterior ao afastamento definitivo da presidenta, o autor afirma:

“Mesmo sendo muito difícil que o Senado reverta o afastamento de Dilma, o governo de transição tem se revelado como um conjunto de homens ditos experientes obrigados a executar aos olhos de todos, uma série de ações, recuos, passos em falso e trapalhadas de principiantes na condução política. Muita avidez, pouco siso”, na tentativa de desmoralizar seu adversário. Em seguida, procura explicar as causas dos desencontros que citou: “Continuamos em plena crise, com o país dividido, apreensivo e sofrendo com a recessão, que passa a ser enfrentada, pela nova equipe econômica de maneira exclusivamente rentista, antipopular e antiestatal”. A alusão implícita ao projeto das elites por meio de termos usados frequentemente, como é o caso de *antipopular*, evidencia a valoração política de classe que o *discurso do impeachment* comporta.

Em “Uma coisa fica clara a cada dia que passa e é que o compromisso

fundamental da transição – pelo menos no que diz respeito aos temas sindicais – consiste em procurar aplicar um tríplice programa regressivo (sem mencionar outros temas, como a terceirização)”, o autor se dirige diretamente aos trabalhadores, os quais ele avalia que serão afetados negativamente com o projeto das elites que está por vir. A tensão entre as classes se evidencia.

No trecho seguinte,

“idade mínima de 65 anos para aposentadoria, de homens e mulheres, com a unificação das regras para todos os setores e atropelando direitos; - o negociado prevalente sobre o legislado, sem garantias; - desvinculação dos benefícios sociais do valor do salário mínimo que pode perder sua política de valorização”,

o autor enumera aquilo que considera os efeitos negativos para os trabalhadores. Uma vez mais, o caráter de classe na transição do governo Dilma para o governo Temer é indicado como uma sublevação da classe dominante contra os direitos da classe trabalhadora, o que se faz ver no projeto político antipopular resultante da destituição do PT no poder do Estado. Esse elemento demonstra a valoração política e de classe que o *discurso do golpe* carrega.

Após uma breve explanação da política das elites, o autor apela a seu auditório para que se mobilize:

“Estas três orientações necessitam de uma reforma constitucional (diferentemente da terceirização, por exemplo, cujo projeto foi aprovado na Câmara sob o comando de Eduardo Cunha e com o voto contrário do atual ministro do Trabalho e que está parado no Senado) e confrontam-se com as posições afirmadas das direções sindicais e passam a exigir com maior vigor sua unidade de ação e de resistência”.

Ainda sobre seu auditório, no trecho: “Que esta unidade é necessária, não resta dúvida. Que esta unidade é possível, depende do bom senso e da experiência das direções, cujo compromisso de classe deve ser afirmado muito mais em respeito às bases dos trabalhadores e menos em relação às eventuais manobras de cúpula”, é feito um destaque sobre a necessidade de união dos diversos setores, o que mostra que o autor considera sua classe de alguma forma desunida. Novamente se vê o apelo à classe, elemento determinante da valoração social do seu discurso.

Em um dos dois trechos finais, o autor se dirige diretamente ao seu auditório: “Há no movimento sindical e no movimento social uma determinação de

luta. Isto pode ser demonstrado em São Paulo pelo empenho mobilizatório nos trabalhadores da construção civil, nos metroviários, nos ferroviários, nos motoristas de ônibus, nos professores universitários e mesmo nos alunos de cursos secundários e profissionalizantes”. Ele mostra que uma mobilização de classe é possível, ao descrever categorias diferentes que se juntam em prol de um interesse comum. Já no último trecho, “Se o clima é de apreensão na sociedade e de barata-voa na equipe de transição, para o movimento sindical continua a valer o ensinamento de décadas: unir sempre, dividir jamais”, o autor faz um chamado à união. Conforme já afirmamos, a valoração política do discurso se faz ver na proposta de solução para a crise do impedimento, a qual consistiria numa mobilização política da classe trabalhadora contra o projeto das elites que estavam prestes a tomar o poder.

No segundo texto do PCdoB (2016b), que selecionamos para análise, denominado **Nossa elite é pior**, publicado em 03/08/2016, são retomados diversos temas típicos do *discurso do golpe* e sua valoração política. O artigo é iniciado com este período: “O golpe político-institucional, como chamam o golpe de Estado em curso no Brasil, demonstra o caráter de nossas elites. Em pleno Século 21, persiste nelas a visão coronelista, pré-capitalista, avessa a qualquer avanço social, que pelo menos reduza as desigualdades”. Primeiramente, o autor deixa claro que o processo ora em curso era um golpe, sendo irrelevantes as demais denominações que o termo pudesse carregar. Após isso, reafirma o caráter de classe que classifica o evento como golpe e mostra que se trata de um projeto das *elites* que agem contra o interesse da população e do país, o *avanço social* e a redução das *desigualdades*.

Em seguida, o autor explica a valoração presente no trecho anterior. Ele escreve: “A melhoria da qualidade de vida geral da população a essa gente significa perigosa ameaça ao minguado poder que detém, submisso a outros interesses como no Brasil colonial. Nossa História é repleta de exemplos de como essa constatação é verdadeira”. A menção ao Brasil colonial se refere às elites responsáveis pelo golpe, uma vez que o colonialismo não é um regime democrático, mas controlado por uma oligarquia. A luta de classes é mais uma vez referida quando o autor cita o perigo que as classes subalternas representam para a elite. Essa comparação (*como no Brasil colonial*) dá ao processo de

destituição da presidenta uma perspectiva histórica, o que, como vimos, é um elemento fundamental da valoração que o *discurso do golpe* carrega e que está totalmente ausente no discurso adversário.

Dando continuidade à sua explanação histórica, o autor afirma: “Já na Independência, nos deparamos com atitudes reacionárias que por pouco não nos mantiveram na condição de colônia. É o caso do regime escravagista, por exemplo. Já havia clima político e condições práticas pra darmos fim do mando português, mas essa questão emperrou o processo”. Para ele, o avanço social do Brasil foi constantemente emperrado pelas elites, tanto no período colonial quanto na república de hoje.

No trecho posterior do texto, “o Brasil independente previsto por Pedro I, como se sabe, não haveria mais escravos. Esse foi o tema decisivo na viagem que ele fez a São Paulo, pra assegurar o apoio das oligarquias locais ao processo já em curso que acabaria com a submissão à corte de Lisboa”, deparamo-nos com mais um tema frequente do *discurso do golpe* que é a submissão das elites locais às estrangeiras, no caso comparando o processo atual com as crises históricas do país. Essa valoração política de um ponto de vista histórico é característica desse discurso, como vimos.

O texto continua com a valoração que considera o presente partindo de um ponto de vista histórico:

“Poderia o imperador dar seguimento aos seus planos, disseram as principais lideranças das elites paulistas, mas desde que ele retirasse da sua pauta a abolição da escravatura. A condição imposta impediu, portanto, que a independência conquistada beneficiasse toda a sociedade tupiniquim, inclusive o escravo negro”.

E ainda: “Desta forma, fizeram com que o regime escravocrata, que ainda hoje nos envergonha, fosse mantido por mais de seis décadas adiante. E mesmo assim, contra a vontade de muitos, a ponto de influenciar no processo de Proclamação da República, como nos contam muitos historiadores”. Depois o autor deixa claro o teor de sua argumentação: “Resguardadas as proporções, é algo parecido com o que ocorre hoje”. O recurso à história do Brasil serve à sua valoração como um meio analítico de compreender o presente, como vimos nos autores que tratam da questão do golpe.

Ainda tratando do ponto de vista político, o autor desloca a discussão à

questão do mantimento do poder pelas elites: “Esse mesmo sentimento de apego absoluto ao poder se reflete no pavor que amplos setores das nossas elites têm das políticas sociais, de redução da desigualdade, como as implantadas a partir da ascensão de Lula ao poder”. Vemos novamente que a motivação das elites em destituir o governo petista tem seu fundamento na dominação política de classe.

O texto prossegue: “É essa mesma elite, corrupta por tradição, que no momento presente se apega a um suposto combate à corrupção pra consolidar mais um golpe”. Esse trecho é exemplar quanto à valoração desse discurso: em uma clara polêmica com o *discurso do impeachment*, o autor afirma que o *combate à corrupção* é a maneira típica que as classes dominantes utilizariam em seu discurso como um modo de ocultar a sua dominação e justificar a tomada ilegítima do poder. A valoração política novamente está em evidência, uma vez que o discurso jurídico da perseguição ao crime de corrupção é substituído por um processo de luta política em torno de projetos antagônicos de classes em conflito.

O autor então se refere explicitamente ao papel do judiciário no projeto golpista: “E, como de costume também, contando com resolutivo apoio do Poder Judiciário, que age no sentido de dar plena cobertura ao governo interino de Temer, sabidamente apinhado de corruptos”. Polemizando novamente com o *discurso do impeachment*, e agora citando diretamente o governo que dele surgiu, o autor inverte a argumentação do discurso adversário, acusando os golpistas de corrupção, a qual, por essa razão, não pode ser a razão da destituição da presidenta.

O artigo se refere então ao auditório do *discurso do impeachment*: “Uma vez mais, também, este governo golpista encontra respaldo em grande parte da classe média”. As elites não podem agir sozinhas, mas encontram uma base social, ou um auditório, para respaldar seu projeto antipopular. O trecho que segue dá apoio a essa argumentação: “E, pelas medidas que vem adotando ou planejando tomar, irá promover enorme atraso no progresso de nossa sociedade, fato reconhecido mundialmente”.

O texto encerra-se com a seguinte constatação: “Boa parte das elites de outros países mantêm uma postura crítica ao processo que por aqui se passa,

pelo seu caráter antidemocrático e retrógrado. Ou seja, nossa elite consegue ser pior que suas congêneres mundo afora”. O projeto da elite brasileira não só é contra o seu povo como é pior do que a de seus pares internacionais. O caráter de classe na valoração política do golpe se coloca no plano nacional e internacional, numa versão piorada para o povo brasileiro.

Por fim, o terceiro e último artigo do PCdoB (2016c) que analisamos é **128 dias de Golpe: O assalto final**, que foi publicado em 06/09/2016, e se inicia com o seguinte trecho: “Às 13h35min do dia 31 de agosto de 2016 o Brasil e o mundo assistiu, entre perplexo e indignado, a consumação de mais um golpe contra a jovem democracia brasileira. Uma farsa de 122 dias chegava ao assalto final”. O texto é introduzido por uma avaliação do que foi o processo caracterizado como golpe por esse discurso. Como se verifica pela escolha do termo *farsa*, o autor considera o *discurso do impeachment* legalista, um engodo que oculta um golpe contra a população, que o assiste complexa e indignada.

Ainda tratando do tema, há o seguinte trecho: “O *impeachment* foi uma grande farsa, de fazer inveja ao tribunal da inquisição. Ali, pelo menos formalmente, o acusador não era julgador. Aqui o PSDB pagou pra fazer a ‘denúncia’, entrou com o processo e escalou o relator. Os inquisidores de Galileu Galilei não eram tão ousados”. Para explicar o processo de destituição do governo da época, foi feita uma referência histórica à inquisição medieval e ao caso de Galileu. Essa comparação coloca o referido processo político numa perspectiva de período longo e o aproxima dos tribunais injustos e antidemocráticos do passado, expondo dessa forma a valoração política e histórica do *discurso do golpe*. Cabe notar que nada poderia ser mais alheio ao *discurso do impeachment*, que afirma o contrário, isto é, que o julgamento do impedimento da presidenta fora justo e operado nas bases do Estado democrático moderno.

O autor busca precisar melhor o que entende por golpe:

“O golpe não foi contra uma pessoa, no caso a presidenta Dilma Rousseff, e muito menos contra atos eventualmente ilegais por ela praticados, na medida em que restou provado, tanto pela perícia do Senado quanto pelo parecer do Ministério Público Federal (MPF), que a presidenta não praticou ‘pedaladas’ e tampouco teve qualquer participação prática nos chamados decretos de abertura de crédito”.

Com esse trecho, coloca em cheque a argumentação desenvolvida pelo *discurso do impeachment*: conforme é possível verificar em termos/ expressões tais como *eventualmente ilegais* ou *na medida em que restou provado*. O autor coloca em dúvida que a presidenta tenha cometido algum crime. A causa do processo está, portanto, fora do domínio jurídico, no plano político.

Com a afirmação que o autor faz em: “Qualquer analista isento, no Brasil ou no exterior, terá muita dificuldade para classificar esse processo sem denominá-lo de golpe”, entendemos que a situação da crise política nacional é colocada em uma perspectiva mais ampla que a legislação nacional, uma característica da valoração política do *discurso do golpe*, que se baseia em processos históricos de amplo alcance. O termo *isento* para a qualificação do processo político como golpe atribui veladamente ao discurso adversário parcialidade no julgamento do processo que jamais assumiu, mas, ao contrário, busca veementemente negar.

O autor ainda se refere ironicamente ao *discurso do impeachment* e ao presidente que dessa ação resultou: “Nem Temer e seus aliados conseguiram essa proeza, mesmo contando com a generosidade da mídia e recorrendo a um enorme contorcionismo retórico, o que explica seu crescente mau humor”. Depois, complementa: “Percebe que passará para a história como golpista e seu nome será amaldiçoado tão logo desça as escadas do palácio do planalto. Ato contínuo é assistir seu nome ser arrancado dos prédios e monumentos onde eventualmente for aposto pelos acólitos de sempre”. O trecho reafirma a valoração de cunho histórico do *discurso do golpe*: o futuro dos *golpistas* será ter o *nome amaldiçoado* pelas gerações futuras, que, sem a influência da *mídia* que os suporta, não terão dúvida de que se tratou de um golpe.

No artigo, busca-se explicar o processo (“O que houve, então, no Brasil?”) e a resposta está nos dois trechos a seguir: (1) “Em 516 anos de nossa curta história, o Brasil teve 04 mandatários com algum compromisso com as camadas populares: Getúlio Vargas, João Goulart (Jango), Lula e Dilma”. Verifica-se aqui a referência à luta de classes no processo político. Depois, o autor responde efetivamente deixando clara a valoração política do discurso que qualifica o processo de impedimento como uma ação das elites contra governos de caráter

popular e apoiados pelas massas. Observemos:

(2) “Apenas Lula conseguiu concluir seu mandato, apesar de toda a campanha insidiosa da direita. Getúlio se suicidou em 1954 (em 24 de agosto); Jango foi apeado por uma quartelada militar, articulada pela mesma matriz de pensamento que articulou o golpe contra a presidenta Dilma”.

A sociedade que se apresenta na situação desse discurso é marcada pela oposição de classes, e esse fato explica o referido acontecimento político, tanto no passado histórico do país quanto no presente. A comparação entre os líderes com *algum compromisso com as camadas populares* ilustra o padrão de repetição dos golpes: as elites sempre se voltam contra aqueles que não lhes são subordinados. Segundo esse discurso, esse caráter de classe no processo político o qualifica como golpe, sendo esse uma *quartelada* ou não.

Mais adiante, o autor retoma outro tema constante nesse discurso, a submissão das elites brasileiras às estrangeiras, e com isso um projeto político antipopular e antinacional: “A classe dominante não quer apenas depor Dilma, quer mudar a política, especialmente no que diz respeito à reforma da CLT, a reforma da previdência, a retomada das privatizações e um novo alinhamento internacional de submissão aos Estados Unidos”. A valoração histórica e política se apresenta na disputa entre distintos projetos de classe.

O autor novamente polemiza com o *discurso do impeachment*: “Eis porque o processo de *impeachment* não passou de uma farsa grotesca, onde o acusado já entra condenado e os argumentos são apenas para tentar legitimar a farsa”. O poder legislativo não aparece aqui isento como quer o discurso adversário; ao contrário, ele já aparece de modo parcial, na busca de fazer valer um interesse de classe, a despeito da igualdade perante a lei que prega a Constituição. O autor explica esse processo: “O *modus operandi* é sempre o mesmo. A classe dominante, utilizando ‘o estado como instrumento de dominação de seus interesses’, recorrerá sempre a qualquer mecanismo para impedir que qualquer governo atenda, mesmo que parcialmente, os interesses do povo”. A valoração política do discurso, uma vez mais, fica explícita e expõe o conflito de classes subjacente ao processo de destituição dos governos de caráter popular.

Ao tratar da definição de golpe, o autor afirma: “No presente os golpes

militares estão, momentaneamente, ‘fora de moda’”. “Há outros mecanismos, como o golpe parlamentar, aliás, já utilizado no Paraguai e entre outros países do mundo.” Mais uma vez, situando a questão de um ponto de vista histórico e internacional, o autor utiliza o exemplo do Paraguai para explicar o processo que se passa no Brasil, e se refere novamente ao tema que encontramos nesse discurso que é o do *golpe branco*, chamado nesse trecho de *parlamentar*, o qual não envolve militares, mas outros segmentos do aparato de poder das elites. É a isso que o autor se refere quando finaliza o texto com a seguinte afirmação: “A classe dominante, portanto, sempre recorrerá ao estado (meios de produção, o governo, meios de comunicação, judiciário e legislativo) – não confundir com governo – para fazer valer os seus interesses se eventualmente eles forem contrariados”.

Para caracterizar o *discurso do golpe*, com base na análise realizada, podemos citar inicialmente que o apelo ao auditório de base popular aparece frequentemente, fazendo referência ao *povo* e aos *trabalhadores*, assim como às minorias, como *mulheres* e *negros*, os quais busca mobilizar para se opor ao impedimento.

Os temas em torno do signo ideológico *golpe de Estado* aparecem frequentemente: o golpe é uma artimanha das *elites*, em favor de seus interesses, *contra* os *direitos* do *povo* e dos *trabalhadores*; atende às elites internacionais, sendo, portanto, *antinacional*; é corrente na América Latina e, por isso, pode ser comparado a outros golpes, como, por exemplo, o *golpe militar* de 1964; foi operado de dentro do próprio aparelho estatal, por isso denominado *golpe branco* (e suas variações, como *golpe parlamentar*); ocorreu contra uma presidenta eleita e inocente, sendo, pois, *inconstitucional* e *antidemocrático* (embora o *discurso do impeachment* afirme justamente o contrário, como vimos).

Dessa forma, a valoração desse discurso, que escolhemos denominar de *político-histórica*, é justa por se basear na noção de que o impedimento foi um processo *político* – e não jurídico, como diz o discurso adversário – e pode ser fundamentado de um ponto de vista *histórico*, que leva em consideração a formação social da América Latina e as classes em disputa pelo poder na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propusemo-nos a realizar uma análise dialógica do discurso sobre a crise política brasileira de 2016, mais especificamente sobre o evento do *impeachment*/ golpe que destituiu do cargo a Presidenta da República Dilma Rouseff.

Para a consecução desse objetivo geral, no primeiro capítulo, buscamos caracterizar a teoria dialógica desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin. Partimos da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* de Volóchinov, que se inicia com uma discussão a respeito da teoria marxista da ideologia e sua ligação com a linguagem. Escolhemos tratar dessa questão com referência ao conceito de *horizonte social* presente na obra do autor soviético e sua relação com a categoria de *formas ideológicas* em Marx.

Logo após, seguindo os princípios metodológicos de Volóchinov, ainda no capítulo 1, abordamos a relação entre psicologia e ideologia, entre *comunicação social* e a *psicologia social* de Plekhanov para, finalmente, chegarmos ao *enunciado*, que apresentamos segundo o compreendem Bakhtin, Volóchinov e Medviédev, autores do Círculo de Bakhtin. Procuramos sintetizar suas ideias sob uma concepção comum segundo a qual o enunciado é uma unidade e totalidade de sentido na cadeia ininterrupta da comunicação social. Tendo chegado ao esse conceito fundamental, buscamos analisá-lo em suas partes constitutivas tendo como base os ensaios de Volóchinov escritos na década de 1920, com referências aos mesmos conceitos na obra *O Método Formal* de Medviédev, para deles extrair nossas categorias de análise: *situação* e *auditório*, *tema* e *valoração*, e *entonação*.

No segundo capítulo, dedicado à análise do *corpus*, iniciamos com a categoria *situação* de análise do enunciado, isto é, uma descrição do contexto histórico e dos principais fatos da crise política da qual tratam o *discurso do impeachment* e o *discurso do golpe* e, em seguida, contemplamos o *auditório*, fazendo uma breve consideração a respeito dos sujeitos sociais que se manifestaram perante essa crise.

Posteriormente, tratamos do *tema* e da *valoração* de cada um dos dois discursos. Realizamos um levantamento histórico e conceitual dos signos ideológicos “*impeachment*”, que advinha do Direito, e “golpe”, que advinha da Política, elucidando seus temas típicos que correspondiam a uma diferente valoração da sociedade e dos fenômenos históricos. Por fim, analisamos os enunciados com a categoria de *entonação*, que nos permitiu sublinhar, na materialidade dos textos, os *temas* e a *valoração* de cada discurso, com referência ocasional a seus *auditórios*.

Terminado esse itinerário descrito aqui que viabilizou o estudo que nos propusemos a realizar, concluímos com algumas considerações que fazemos partindo dos resultados da análise dos enunciados.

A escolha de signos ideológicos tão diferentes, e mesmo opostos, como *impeachment* e *golpe* evidentemente não é casual. De fato, nossa análise demonstra que a origem do primeiro no âmbito do Direito e do segundo no da Política é decisiva para as valorações que os discursos fazem de sua *situação*, isto é, da crise política de 2016 e da destituição da presidenta Dilma, assim como a escolha de seus temas.

O *discurso do impeachment* se pauta numa valoração apoiada na legalidade jurídica, de tal forma que remete a temas desse âmbito a todo o momento, como o respeito às instituições e aos ritos do Direito, submissão à Constituição, menções à imparcialidade e direito de defesa e demais artifícios que despolitizam a discussão e a colocam num plano jurídico e abstrato, por assim dizer, “técnico”.

Já o *discurso do golpe*, pautado numa valoração de tipo *política* com referência à *história* e à estrutura social de classes, toma constantemente temas desse terreno, como referências à situação da política da América Latina e a opressão histórica que a região tem sofrido do imperialismo norte-americano, em particular o Brasil, que já havia sofrido um golpe em 1964, que foi mais de uma vez citado e utilizado como ponto de comparação, e sobretudo o interesse das elites em tomar o poder e aplicar um programa que atenda às suas demandas a despeito dos interesses das massas populares.

Disso se resume que a validade do *discurso do impeachment* advém de sua legalidade jurídica assim como a do *discurso do golpe* vem de sua validade política e histórica: a legitimidade do qualificativo “*impeachment*” depende de uma avaliação do cumprimento da lei, enquanto a legitimidade do qualificativo “golpe” de uma avaliação da luta política no mundo contemporâneo, em particular da América Latina, e dos interesses de classe nessa disputa.

Em relação aos auditórios, vimos que o *discurso do impeachment* se baseia principalmente nas classes médias conservadoras orientadas sob uma moral, e frequentemente nesse discurso encontramos comentários relacionados a esse âmbito, indiferenciados e justapostos a uma avaliação objetiva da situação social. Já no *discurso do golpe*, cuja base social está pautada predominantemente na classe trabalhadora, sobretudo aquela incluída socialmente como resultado dos programas dos governos do PT, como é de conhecimento de todos, é frequente a menção a seu auditório de base popular: os trabalhadores, as mulheres, os negros, as camadas menos favorecidas da sociedade.

Em suma, podemos identificar nesses dois discursos a luta de classes no plano sógnico tal como reivindicado por Volóchinov: vimos diferentes classes se oporem não só em seus auditórios, mas em seus temas e valoração, assim como em sua entonação, na materialidade linguística e “estilística” específica de cada discurso. Podemos disso concluir que a hipótese de que os dois discursos se antagonizam se confirma e que a oposição em que se colocam na disputa ideológica da sociedade para caracterizar a crise política de 2016 tem base verificável na materialidade de seus enunciados e, finalmente, que a teoria dialógica do Círculo como base teórica foi o instrumento adequado para chegarmos a esse resultado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 (1ª Edição).

BRAGA, R. O fim do lulismo. In: JINKINGS, I. et alii (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. *Revista Gragoatá*, n. 20, p. 47-62, 1º sem. 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm (acesso em 22/06/2019)

BRASIL. Lei 1.079 de 10 de abril de 1950. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1079.htm (acesso em 22/06/2019)

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm (acesso em 22/06/2019)

BEZERRA, P. Bakhtin: remate final. In: BAKHTIN, M. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017 (1ª Edição).

BEZERRA, P. Freud à luz de uma filosofia da linguagem. In: BAKHTIN, M. [VOLÓCHINOV, V.]. *O freudismo: um esboço crítico*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BEZERRA, P. Nota à edição brasileira. In: BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016 (1ª Edição).

BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de política Vol 1*. Trad. Carmen C. Varriale et alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSTA, L. R. *Divulgação científica e embates ideológicos no discurso da revista Ciência Hoje nas décadas de 1990 e 2000*. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

GOLPE DE ESTADO. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/GOLPE%20DE%20ESTADO> [consultado em 12-07-2019].

GRILLO, S. C. A obra em contexto: tradução, história e autoria. In: MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários*. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2016.

GRILLO, S.; VÓLKOVA AMÉRICO, E. Glossário. In: VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

IMPEACHMENT. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013. <https://dicionario.priberam.org/impeachment> [consultado em 12-07-2019].

JINKINGS, I. et alii. Cronologia resumida do golpe. In: JINKINGS, I. et alii (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LUKÁCS, G. *A teoria do romance*. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: WMF Marfins Fontes, 2016.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital (Volume 1, Tomo 1)*. Apresentação de Jacob Gorender, Coordenação e revisão de Paul Singer, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários*. Tradutoras Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2016.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PAULANI, L. *Uma ponte para o abismo*. In: JINKINGS, I. et alii (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PLEKHÁNOV, G. *Obras escolhidas em um tomo*. Tradução de José Sampaio Marino. Moscou: Edições Progresso, 1987.

PUZZO, M. B. As imagens de Lula na revista *Veja* sob a perspectiva dialógica da linguagem. In: BRAIT, B.; MAGALHÃES, A. S. (orgs.). *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota, 2014, pp. 171-177.

SÉRIOT, P. *Vološinov e a filosofia da linguagem*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

VOLÓCHINOV, V. A construção da enunciação. In: VOLÓCHINOV, V. *A construção da Enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013a.

VOLÓCHINOV, V. A palavra e suas funções sociais. In: VOLÓCHINOV, V. *A construção da Enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo.

São Paulo: Editora 34, 2017 (1ª Edição).

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009

SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SITES

DEM. *Caiado: estamos interrompendo o maior desastre político-administrativo do país*. 2016a <http://www.dem.org.br/noticias/caiado-estamos-interrompendo-o-maior-desastre-politico-administrativo-do-pais/> (acesso em 22/06/2019)

DEM. *Fim do ciclo petista dá esperança ao Brasil, diz Marcos Rogério*. 2016b. <http://www.dem.org.br/noticias/fim-do-ciclo-petista-da-esperanca-ao-brasil-diz-marcos-rogerio/> (acesso em 22/06/2019)

DEM. *Para Sóstenes, Brasil está livre de governo que assolou o país*. 2016c <http://www.dem.org.br/noticias/para-sostenes-brasil-esta-livre-de-governo-que-assolou-o-pais/>(acesso em 22/06/2019)

PCdB. *Unir sempre, dividir jamais*. 2016a. http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=7805&id_coluna1 (acesso em 22/06/2019)

PCdB. *Nossa elite é pior*. 2016b. http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=7953&id_coluna1 (acesso em 22/06/2019)

PCdB. *128 dias de Golpe: O assalto final*. (2016c) http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=8012&id_coluna1 (acesso em 22/06/2019)

PR. *Wellington Fagundes defende vitalidade para as instituições em votação do impeachment*. 2016^a http://www.partidodarepublica.org.br/partido/Noticias_republicanas_2016/noticias_2016_1409.html (acesso em 22/06/2019)

PR. *Magno Malta prevê 63 votos favoráveis ao impeachment de Dilma na batalha final*. 2016b. http://www.partidodarepublica.org.br/partido/Noticias_republicanas_2016/noticias_2016_1469.html (acesso em 22/06/2019)

PR. *TV-PR: Quintella faz a defesa da legalidade no impeachment*. 2016c. http://www.partidodarepublica.org.br/partido/Noticias_republicanas_2016/noticias_2016_0492.html (acesso em 22/06/2019)

PSDB. *Página virada*. 2016a <http://www.psdb.org.br/acompanhe/artigos/pagina-virada-por-bruno-covas/> (acesso em 22/06/2019)

PSDB. *Em dia histórico, Senado decide pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República*. 2016b. <http://www.psdb.org.br/acompanhe/noticias/em-dia-historico-senado-decide-pelo-afastamento-definitivo-de-dilma-rousseff-da-presidencia-da-republica/> (acesso em 22/06/2019)

PSDB. “*Um ano livres do PT*”, *análise do ITV*. 2017. <http://www.psdb.org.br/itv/um-ano-livres-pt-analise-itv/>. (acesso em 22/06/2019)

PT. *Carta da Frente Brasil Popular à Presidenta Dilma Rousseff*. 2016a. <https://pt.org.br/carta-da-frente-brasil-popular-a-presidenta-dilma-rousseff/> (acesso em 22/06/2019)

PT. *Manifesto “Em Defesa do Estado Democrático de Direito”*. 2016b. <https://pt.org.br/blog-secretarias/manifesto-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito/> (acesso em 22/06/2019)

PT. Nota do PT sobre admissão do *impeachment* no Senado. 2016c. <http://www.pt.org.br/nota-do-pt-sobre-admissao-do-impeachment-no-senado/> (acesso em 22/06/2019)